UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

JANAINA FERNANDA BATTAHIN

A HISTÓRIA ECONÔMICA EM HEITOR FERREIRA LIMA (1950 -1960)

CAMPINAS

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

JANAINA FERNANDA BATTAHIN

A HISTÓRIA ECONÔMICA EM HEITOR FERREIRA LIMA (1950 -1960)

Profa. Dra. Milena Fernandes de Oliveira – orientadora

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Econômico, na Área de História Econômica.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA JANAÍNA FERNANDA BATTAHIN E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. MILENA FERNANDES DE OLIVEIRA.

_____

Orientadora

CAMPINAS
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Erica Cristina de Carvalho Mansur - CRB 8/6734

B321h

Battahin, Janaina Fernanda, 1992-
A história econômica em Heitor Ferreira Lima (1950-1960) / Janaina Fernanda Battahin. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Milena Fernandes de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Lima, Heitor Ferreira, 1905-1989. 2. Industrialização. 3. História econômica - 1950-1960. I. Oliveira, Milena Fernandes de, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Economic history in Heitor Ferreira Lima (1950-1960)
Palavras-chave em inglês:
Lima, Heitor Ferreira, 1905-1989
Industrialization
Economic history - 1950-1960
Área de concentração: História Econômica
Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora:
Milena Fernandes de Oliveira [Orientador]
Nelson Mendes Cantarino
Alexandre de Freitas Barbosa
Data de defesa: 06-12-2017
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

JANAINA FERNANDA BATTAHIN

A HISTÓRIA ECONÔMICA EM HEITOR FERREIRA LIMA (1950 -1960)

Defendida em 06/12/2017

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Milena Fernandes de Oliveira
Instituto de Economia/UNICAMP

Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino
Instituto de Economia/UNICAMP

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa
Universidade de São Paulo/USP

Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

À minha família

Agradecimentos

O mestrado se encerra como um dos ciclos mais importantes da minha vida; ele foi necessário para eu aprender tudo o que aprendi. Não foi fácil chegar ao fim de tal ciclo – o qual parecia nunca terminar –, mas aqui estou, consciente de que cada dia foi fulcral para a construção de quem eu sou hoje.

Agradeço, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), responsável pelo financiamento dessa pesquisa.

À minha orientadora Milena Fernandes de Oliveira, que possibilitou o desenvolvimento e conclusão desse trabalho, empenhando-se com tamanho profissionalismo nas leituras, diálogos e desabafos.

Agradeço aos professores Alexandre de Freitas Barbosa, Alfredo Melo e Nelson Cantarino por aceitarem os convites para a banca de qualificação e defesa desta dissertação de mestrado. Agradeço também aos professores Alexandre Saes e Carlos Cordovano por aceitarem o convite como membros suplentes da banca da defesa.

Ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, professores e todos os demais funcionários, extremamente prestativos, generosos e prontos para um sorriso acolhedor. Em especial às queridas Andrea, Fátima e Lurdinha.

Agradeço ao Roberto, filho de Heitor Ferreira Lima, e a toda sua família pelo carinho ao me receberem. Agradeço a confiança e disponibilidade em auxiliar minha pesquisa com o material que dispunham.

Aos professores que me acompanharam durante a graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG): Daniel Cosentino, Alexandre Saes e Roberto Silva. Obrigada por acreditarem na minha competência e por terem sempre me incentivado a seguir esse caminho. Com certeza vocês foram (e sempre serão!) inspirações do que buscarei ser como profissional na história econômica.

Ao meu amigo Francisco Monticeli, parceiro de longa data nos estudos sobre história econômica. Agradeço por cada conversa e auxílio durante essa longa jornada que data desde nossa graduação na UNIFAL-MG, além de nossa convivência no grupo PET.

Aos queridos amigos que fiz junto ao Instituto de Economia: Abel, Acson, Alessandra, Delaíde e Rodrigo Milano. À Alessandra, amiga e companheira de casa, agradeço por cada conversa, cada almoço, cada lágrima e cada reflexão que fizemos sobre o existir. Ao meu querido amigo Acson Gusmão, "mineiro da roça", que tem um dos maiores corações que

já vi nesta vida. Agradeço pelas conversas, pelas risadas, pelas cervejas e pelos potes de doce de leite que me proporcionou durante essa estadia em Campinas.

Aos amigos Altierez, Daiane, Giulia, Jessica e Zamara. Vocês foram os primeiros que acreditaram nesse sonho que hoje se concretiza. Obrigada pelos quase cinco anos de convivência e amor em Minas Gerais. Amo vocês!

Às minhas amigas da vida: Rafaela e Danieli. Danieli, sempre sábia, inspira minhas atitudes e me faz querer ser uma pessoa melhor. Querida Rafaela, amiga de infância, sempre me fazendo sorrir nos dias difíceis.

À minha família, sempre incentivadora dos meus sonhos. Á minha mãe Maria Luiza, pelas orações e ombro amigo em todos os dias desse mestrado. Ao meu pai Paulo Sérgio, por acreditar e confiar sempre nas minhas escolhas, dando-me suporte para concretizar meus planos. À minha doce e amada avó Jacy, por todas as orações e por compreender meu trabalho. À minha irmã Paula, por me ajudar durante essa caminhada. Ademais, agradeço ao meu namorado Isaac, por ter me dado suporte durante todo esse processo. Obrigada por toda paciência, compreensão e carinho. Os dias teriam sido ainda mais difíceis sem você ao meu lado.

"O certo era a gente estar sempre brabo de alegre, alegre por dentro, mesmo com tudo de ruim que acontecesse, alegre nas profundezas. Podia? Alegre era a gente viver devagarinho, miudinho, não se importando demais com coisa nenhuma."

Guimarães Rosa

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo compreender a história econômica em Heitor Ferreira Lima entre 1950 e 1960. Para que isso fosse possível, o trabalho se dividiu em três momentos. Primeiramente, apresentou-se um estudo sobre a trajetória do autor, possibilitando conhecer sua formação intelectual e o seu contato com a história e economia. Posteriormente, realizou-se a leitura minuciosa dos artigos publicados por Heitor Ferreira Lima na *Revista Brasiliense* (1955-1964), trabalho que amadureceu suas ideias. Por último, apresentou-se as obras que o autor publicou durante os anos 1950 e 1960 e uma discussão acerca de como se apropriou de alguns conceitos. Este estudo revelou que a ideia principal de Heitor Ferreira Lima consiste na industrialização como o meio para atingir o progresso. Para que isso se concretizasse, defendeu o estudo sistemático da história econômica na tentativa de conhecer os erros do passado e não repeti-los. Além do mais, admitiu a importância do capital estrangeiro nesse processo; porém, sua utilização deveria se direcionar a satisfazer os interesses do mercado interno.

Palavras-chave: História Econômica, Industrialização, Heitor Ferreira Lima.

ABSTRACT

The present dissertation aims to understand economic history in Heitor Ferreira Lima between 1950s and 1960s. To make this possible, the dissertationhas been divided into three moments. Firstly, a study of author`s trajectory has been presented, making it possible to know his intellectual formation and his contact with the history and economy. Subsequently, a meticulous reading of the articles published by Heitor Ferreira Lima in the *Revista Brasiliense* (1955-1964) has been done. This published work has matured his ideas. Finally, it has presented the books that the authorhad published during the 1950s and 1960s and a discussion about how he appropriated some concepts. This study has revealed that the main idea of Heitor Ferreira Lima is industrialization as the means to achieve progress. In order to achieve this, he had defended the systematic study of economic history in an attempt to know the errors of the past and not to repeat them. Moreover, it has acknowledged the importance of foreign capital in this process, but its use must be directed towards satisfying the interests of the internal market.

Keywords: Economic History, Industrialization, Heitor Ferreira Lima.

Sumário

Introdução **12**

Capítulo I - Heitor Ferreira Lima e o contato inicial com a história e com a economia **19**

1.1 O início de uma vida intelectual 22

1.2 Os estudos na União Soviética e os Anos de "duro combate" 29

1.3 Um período de produção intelectual e calmaria 55

Capítulo II – As publicações da *Revista Brasiliense* e o amadurecimento das ideias de Heitor Ferreira Lima. **65**

2.1 A fundação da *Revista Brasiliense* e sua inserção no contexto brasileiro 66

2.2 O projeto de nação da *Revista Brasiliense* 74

2.3 As publicações de Heitor Ferreira Lima na *Revista Brasiliense* 80

Industrialização 82

Capital Estrangeiro 90

O sistema de transportes 97

O sistema bancário 98

A questão social 100

A questão regional 102

Capítulo III – A História Econômica em Heitor Ferreira Lima **107**

3.1 Heitor Ferreira Lima e as obras publicadas entre 1950 e 1960 107

3.1.1 *Evolução Industrial de São Paulo* 107

3.1.2 *Formação Industrial do Brasil: período colonial* 113

3.1.3 Mauá e Roberto Simonsen 117

3.1.4 *Do Imperialismo à Libertação Colonial* 123

3.1.5 Análise do passado e projeto de futuro em Heitor Ferreira Lima 127

Considerações Finais **134**

Referências Bibliográficas **138**

Introdução

Sempre que nos referimos à história econômica do Brasil, nomes como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e tantos outros grandes intérpretes da nossa história e da nossa formação econômica tomam os olhares dos estudiosos desse assunto, fazendo-os recordar de obras memoráveis como *Formação do Brasil Contemporâneo, Formação Econômica do Brasil, Raízes do Brasil* e *Casa Grande & Senzala*. Tais autores – e suas respectivas obras – se tornaram clássicos de interpretação nacional, pois foram além da época em que viveram. Heitor Ferreira Lima, um nome pouco lembrado, também teve suma importância para a construção de uma história econômica no Brasil. Escritor de grandes obras como *Evolução Industrial de São Paulo, Formação Industrial do Brasil* e *História do Pensamento Econômico Brasileiro* foi um dos pioneiros no âmbito da historiografia econômica brasileira, fator esse pouco conhecido.

Foi o primeiro intelectual brasileiro e provavelmente o único historiador formado na Escola Leninista Internacional de Moscou, o que lhe deu uma formação marxista particular[1]. Historiador revolucionário brasileiro e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Heitor Ferreira Lima foi considerado "gladiador do socialismo" e caminhava sempre rumo ao futuro analisando o passado[2]. O percurso do autor possibilitou mensurar a sua importância repleta de acontecimentos importantes e cruciais para o rumo que a sua vida tomaria

> Um percurso rico, desde o menino de Três Lagoas, o aluno do Rio que encontra no bonde o tenente Lucas, o alfaiate, o sindicalista, o militante dedicado do PCB, o estudante na escola Leninista em Moscou, o jovem delegado em congressos internacionais, o dirigente partidário num momento de crise, o dissidente várias vezes preso, o jornalista, o estudioso da economia, o historiador da indústria [...] sua experiência e sua observação jamais ficaram cristalizadas nesses anos encantados de formação. Não ficou colado nos textos sagrados ou preso a categorias dogmáticas, acompanhando o debate e levando em conta as terríveis realidades brasileiras (PINHEIRO, 1982, pp. 7-12).

Como pensador da realidade nacional, entusiasta do processo de industrialização e admirador do progresso, seu interesse esteve voltado para as origens e o desenvolvimento da

---

[1]Paulo Sérgio Pinheiro; Marcos Del Roio. *Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima.* Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990, p. 18.

[2]Abguar Bastos. *Sua Criatividade*. In: Paulo Sérgio Pinheiro; Marcos Del Roio. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990, p. 16.

indústria brasileira; ou seja, para as origens e desenvolvimento do capitalismo no país. Na fase posterior a sua militância, vislumbrou o incentivo de políticas econômicas de estímulo à industrialização como uma forma de superação do velho sistema herdado da colônia e uma revolução passiva conduzida pela classe dominante (burguesia industrial), não negando que o aumento dos investimentos externos tenha contribuído para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil[3].

Jornalista e pesquisador da economia brasileira, rendeu-se também à crítica literária e aos livros de memórias[4]. Foi a partir dos anos de 1950 que Heitor Ferreira Lima se direcionou às pesquisas sobre história do Brasil, concentrando-se na história econômica, na formação industrial e na história do pensamento econômico, tendo como resultado uma vultosa obra "pioneira em muitos sentidos, que tem prestado serviços à historiografia brasileira".

Seu primeiro livro sobre história econômica foi *Evolução Industrial de São Paulo* de 1954, obra na qual se encontra a visão da importância do passado do autor que mais tarde fora retomada em *Formação Industrial do Brasil* de 1961[5]. A investigação do passado para Heitor Ferreira Lima não podia ser menosprezada e utilizada "como coisa meramente acessória, apenas ilustrativa, ou de simples luxo de erudição", pois, para o autor, seria por meio dessa investigação que se resolveria com maior exatidão "questões que atualmente se apresentam exigindo soluções" (LIMA, 1954, p. 11).

Heitor Ferreira Lima trilhou um caminho em que construiu uma interpretação da economia e da história. Assim, o objetivo desta dissertação foi compreender a história econômica no aludido autor, a partir do seu conjunto de textos e obras publicados entre os anos de 1950 e 1960. Esse recorte histórico se mostrou fundamental, pois além de abranger as primeiras obras de história econômica do autor, marcou o amadurecimento das suas ideias através das publicações da *Revista Brasiliense* entre 1955 e 1964. Tal revista, importante periódico da época, foi "uma das mais importantes fontes para entendimento do debate político e ideológico de seu tempo" (LIMONGI, 1987, p. 1). Nela, Ferreira Lima conseguiu tornar sólida suas ideias sobre história econômica, pois foi nesse veículo de comunicação que conseguiu dar maior visibilidade ao que defendia. Além da *Revista Brasiliense*, a presente

---

[3]Marcos Del Roio. *Heitor Ferreira Lima*. In: Luiz Bernardo Pericás; Lincoln Secco. Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados, São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

[4] Exemplos são as obras *Castro Alves e a sua época* e a autobiografia *Caminhos percorridos: memórias de militância.*

[5]Antônio Penalves Rocha. *Heitor Ferreira Lima: militante e historiador*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990, pp. 17-20.

dissertação utilizou as obras publicadas durante a década de 1950 e 1960: *Evolução Industrial de São Paulo* (1954), *Formação Industrial do Brasil* (1961), *Do Imperialismo à Libertação Colonial* (1965), *Mauá e Roberto Simonsen* (1963).

Os estudos sobre Heitor Ferreira Lima ainda deixam a desejar, o que tornou o presente trabalho ainda mais pertinente. Na busca de referências bibliográficas sobre o autor, encontrou-se uma limitação muito grande, destacando-se como fontes básicas de auxílio à presente pesquisa a autobiografia de Ferreira Lima; o trabalho organizado por Roio e Pinheiro; e o trabalho de Pericás e Secco, os quais ofereceram conhecimento detalhado sobre a trajetória do autor e a importância de sua obra. Vejamos, respectivamente, alguns aspectos desses trabalhos significativos para o estudo proposto.

A autobiografia publicada em 1982 intitulada *Caminhos percorridos: memórias de militância* se mostrou seminal para conhecer melhor o trabalho e atuação de Heitor Ferreira Lima. Nela, o autor fez "uma só trama da trajetória do militante e a história observada. A autobiografia é pretexto para uma análise do Partido Comunista do Brasil, o PCB, desde a sua fundação até os anos 1940, na cena política e na sociedade brasileira" (PINHEIRO, 1982, p. 7). Tal obra contou detalhes de uma vida toda, levando ao leitor acontecimentos muitas vezes desconhecidos, como as pautas dentro do PCB, as lutas, os desentendimentos, prisões; além de fatores de sua vida pessoal como a mudança para o Rio de Janeiro, os anos na Escola Leninista em Moscou e seu trabalho na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que só ele próprio poderia expor com tamanha riqueza de detalhes como se observa no trecho de Carneiro (1990)

> Em *Caminhos Percorridos*, livro de memória política, Heitor Ferreira Lima narrou toda a sua vida feita de lutas e forjada em muitos sacrifícios, e se debruçou, para além da sua militância política, sobre um período da nossa história, décadas de 20 e 30, quando os vagidos do movimento operário, surgidos da industrialização nascente, assinalavam o nascimento de outro tipo de nação, que começava a deixar de ser uma grande fazenda. Heitor foi soldado de primeira linha de fogo desse período rico e tumultuado da história social e política do Brasil. Exerceu função de liderança e sofreu consequências em face disso. Mas o belo, nesse belo livro, é que o autor não se põe de herói nem de vítima. Apesar da militância ativa no tumulto dos acontecimentos, ele expõe os fatos dentro de um equilíbrio nobre/ e sem paixões, que transforma a memória num filme dinâmico e palpitante. As personagens e os cenários, todos reais e verdadeiros, parecem, pela força expressiva e elegância literária, tirados de um trabalho de ficção. Vê-se então que é possível, em livros assim, contar a verdade dos fatos, libertando-os das asperezas de análises mais ou menos confusas e duvidosas. É um livro que é parte da nossa história e é bem ele mesmo, Heitor Ferreira Lima. Aquela consciência lúcida, aquela prudência que não é dúvida, aquela precisão no

> como dizer que é bem complemento de quando ele conversava estão presentes no livro (CARNEIRO, 1990, p. 26).

Outro trabalho importante, já mencionado anteriormente, foi o organizado por Paulo Sérgio Pinheiro e Marcos Del Roio – trabalho este que reuniu um compilado sobre a trajetória do autor. Nessa obra, defenderam que o resgate da vida e obra de Heitor Ferreira Lima foi primordial para recompor a história do PCB, prejudicada pela ausência de documentos perdidos durante os anos de sua ilegalidade, bem como para conhecer o perfil de seus companheiros de luta nas décadas de 1920 e 1930. Os ensaios escritos por Paulo Netto, Ricardo Antunes, Abguar Bastos, José Sebastião Witter, dentre tantos outros nomes, revisitaram sua trajetória, sua militância, os aspectos de sua obra e sua lucidez intelectual. Além desses ensaios, a obra reuniu: alguns artigos escritos por Heitor nos anos de 1920 para o jornal *O Alfaiate* do Rio de Janeiro, no qual abordou "as condições de vida e de trabalho do operariado brasileiro naquela época"; documentos inéditos como as cartas enviadas a Astrojildo Pereira em 1930, em que deu notícias sobre a vida de estudante na União Soviética, sobre a Terceira Internacional e demonstrou inquietações com os acontecimentos no Brasil; e estudos que realizou sobre o já mencionado Astrojildo Pereiro e sobre o revolucionário Nikolai Bukharin. Dessa maneira, *Combates na História: a trajetória de Heitor Ferreira Lima* compõe "um quadro vívido de uma época turbulenta e apaixonada" e "revelou o passado de um dos grandes revolucionários brasileiros" (PINHEIRO; ROIO, 1990).

Destacamos, também, o ensaio de Marcos Del Roio para a obra *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*, organizado por Pericás e Secco, no qual teceu um panorama sobre a vida, a formação e os aspectos centrais da obra de Heitor Ferreira Lima; além de críticas a alguns elementos de seu pensamento. Roio o descreveu como um entusiasta do processo de industrialização e admirador do progresso. Por vezes, mais economicista que marxista; valorizando o positivismo e contrário ao liberalismo ao defender a ação estatal em prol da industrialização. Afirma, ainda, que o autor não evidencia e nem dá a importância devida aos grupos sociais oprimidos e explorados, subestimando o papel da classe trabalhadora nas mudanças da época e demonstrando atenção ao trabalho escravo apenas em 1961 e 1970 nas obras *Formação industrial do Brasil* e *História político-econômica e industrial* (ROIO, 2014, pp. 27-38).

A dissertação de mestrado de Alexandre Curi Juliani[6] teve um importante papel nos estudos acerca do autor, pois trata-se do primeiro trabalho que buscou analisar a fundo os pressupostos teóricos e metodológicos do seu pensamento. O estudo de Juliani questionou a utilização do seu materialismo histórico, demonstrando a subordinação de seu pensamento a Roberto Simonsen. E defendeu as evidências que comprovam a análise de que Ferreira Lima é economicista em prol ao nacional-desenvolvimentismo, posicionando-se ao lado da burguesia industrial.

Outros trabalhos seminais para a construção da presente dissertação foram os que deram ao autor papel coadjuvante, mas que auxiliaram na construção de sua trajetória: os trabalhos sobre o PCB e a *Revista Brasiliense*. Os trabalhos a respeito dessa revista se mostraram importantes, pois Heitor Ferreira Lima publicou vários artigos por meio dela. Trabalhos como o de Limongi[7] auxiliaram na compreensão das relações que o periódico mantinha com os partidos políticos – principalmente com o PCB e com o movimento nacionalista –, apresentando os escritores colaboradores e seus temas sobre os quais escreviam. A lista de colaboradores do magazine revelou que os militantes do PCB eram maioria; porém, não foi possível afirmar que a publicação era um órgão oficial do partido, muito menos um meio para conquistar o poder. Alguns membros estiveram presentes em situações decisivas para o Partido, mas, a partir de 1955, eles estiveram ausentes dos principais debates e disputas do mesmo. Um grupo de militantes de São Paulo entrou em choque com o PCB em 1937 e 1943 por serem contrários às alianças getulistas defendidas por tal grupo. Dentre os militantes estava Heitor Ferreira Lima, o qual fora secretário geral do PCB em 1930 e expulso do partido em 1937.

Outros trabalhos que direcionam a uma maior compreensão sobre o autor são, como já foi enunciado anteriormente, as obras relativas ao PCB. Alguns livros de memórias sobre a militância e as lutas dentro do partido se tornaram primordiais para compreender as fases da vida de Heitor Ferreira Lima; e isso porque grande parte de sua vida esteve ligada ao PCB. *Ensaios Históricos e políticos,*[8] de Astrojildo Pereira; *História das Lutas sociais no Brasil,*[9] de Everardo Dias; *A vida em 6 tempos: memórias,*[10] de Leôncio Basbaum; *Vida de*

[6]Alexandre Juliani. *Heitor Ferreira Lima e a industrialização do Brasil*. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2016.
[7]Fernando Papaterra Limongi**.** *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr e a Revista Brasiliense.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº5, v.2. São Paulo: Vértice, 1987.
[8]Astrojildo Pereira. *Ensaios Históricos e políticos.* v. 9. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
[9] Everardo Dias*. História das Lutas sociais no Brasil*. 2ªed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.
[10] Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

um revolucionário,[11] de Agildo Barata; *Memórias de um socialista congênito,*[12] de Tito Batini; e *Combates e batalhas: memórias,*[13] de Octávio Brandão, foram algumas das obras escritas por militantes do PCB que auxiliaram na reconstrução da trajetória de Heitor Ferreira Lima. Leôncio Basbaum, por exemplo, recordou, em sua obra, a oferta da bolsa de estudos para a Escola Leninista Internacional e a escolha de Ferreira Lima; uma escolha que, segundo o autor, não o desiludiu.

Obras como *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil,*[14] organização de José Carlos Ruy e Augusto Buonicore; *O PCB (1922-1943),*[15] de Edgar Carone; *A classe operária na burguesia – a política de alianças no PCB: 1928-1935,*[16] de Marcos Del Roio; *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938,*[17] de Dainis Karepovs; *Breve história do PCB,*[18] de José Antônio Segatto; e *O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974,*[19] de Moisés Vinhas, permitiram conhecer as entranhas da luta partidária e o ambiente no qual o autor do presente estudo se inseriu.

Esses trabalhos se mostraram fundamentais para consolidar e tornar possível esta dissertação, já que ofereceram ferramentas para compreendermos vários aspectos da vida e obra de Heitor Ferreira Lima. Para cumprirmos nosso objetivo, que consistiu em compreender a história econômica do autor no recorte proposto, dividimos o presente estudo em três partes.

O primeiro capítulo tem caráter descritivo e aborda a trajetória de Heitor Ferreira Lima, apresentando ao leitor como se deu a evolução de sua relação com a história e a economia no decorrer do tempo. Isso se mostrou fundamental para compreender a história econômica no autor, pois forneceu ao leitor ferramentas para perceber o despertar do desejo em continuar seus os estudos, sua inserção da intelectualidade carioca, a entrada no Sindicato dos Alfaiates e no PCB, seus estudos na União Soviética, os anos de militância e o período de remanso no qual trabalhou com a escrita de jornais, revistas e livros.

O segundo capítulo aborda os artigos de Heitor Ferreira Lima escritos para a *Revista Brasiliense* na tentativa de compreender como o periódico contribuiu para que as

---

[11] Agildo Barata. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
[12] Tito Batini. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.
[13] Octávio Brandão. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
[14] José Carlos Ruy; Augusto Buinicore (org.). *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.
[15] Edgar Carone. *O PCB (1922-1943).* São Paulo: Difel, 1982.
[16] Marcos Del Roio. *A classe operária na burguesa – a política de alianças do PCB: 1928- 1935.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
[17] Dainis Karepovs. *Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.
[18] José Antônio Segatto. *Breve história do PCB.* 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
[19] Moisés Vinhas. *O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

ideias do autor se estabelecessem. Acreditou-se que a *Revista* foi um meio para o amadurecimento de suas ideias, já que a mesma contou com vários trabalhos que reconstruíram vários fatores da história, da formação econômica e da indústria nos anos 50 e 60. Nessa *Revista*, pôde colocar em prática uma das suas principais ideias: reconstituir o passado. Ferreira Lima acreditava que através da reconstituição da história poderíamos criar ferramentas para compreender os erros cometidos e, assim, não repeti-los no presente e no futuro. Ou seja, uma tentativa de vencer os dilemas do passado.

O terceiro capítulo apresenta as obras publicadas pelo autor no recorte de 1950 e 1960: *Evolução Industrial de São Paulo* (1954), *Formação Industrial do Brasil* (1961), *Mauá e Roberto Simonsen* (1963) e *Do Imperialismo à Libertação Colonial* (1965). O capítulo consiste na exposição dessas obras publicadas, em ordem cronológica, analisando como Ferreira Lima se apropriou de alguns conceitos como indústria, evolução e formação; além do levantamento das principais problemáticas que abordou e as propostas sugeridas para a superação das mesmas.

Capítulo I - Heitor Ferreira Lima e o contato inicial com a história e com a economia

Heitor Ferreira Lima nasceu em Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, em 1905. Na infância, os estudos foram deixados em segundo plano, o que fez com que despertasse o anseio de se tornar uma pessoa instruída, partindo para o Rio de Janeiro em busca de conhecimento. Fez parte de uma geração que refletia para a superação da miséria e para emancipação dos trabalhadores. Essa geração teve alguns nomes importantes como Octávio Brandão, Astrojildo Pereira, Mário Pedrosa, Hermínio Sacchetta e Caio Prado Júnior; nomes estes que marcaram a prática e o pensamento de esquerda no Brasil, traçando elementos para a história do marxismo no país "apesar da ausência de uma tradição socialista anterior e de terem vivenciado sua experiência sob a brutalização staliana e stalinista"[20].

> Heitor Ferreira Lima foi parte integrante e importante dessa geração de intelectuais (e) militantes. Foi alfaiate, ativista sindical, membro do Partido Comunista, historiador e escritor. Participou de encontros internacionais como representante partidário e viveu diretamente os ricos acontecimentos que cobrem a década de 20-40. Acompanhou as primeiras ações do Partido Comunista, seus primeiros estudos, a criação do Bloco Operário Camponês, a cisão Joaquim Barbosa, a ruptura da Liga Comunista, os erros oriundos da guinada de 1928, a Revolução de 30, a stalinização e o obreirismo no início da década de 30, o combate ao getulismo, a eclosão da Aliança Nacional Libertadora, o advento do Estado Novo, a cisão de 1937, as prisões políticas, o contexto da Segunda Guerra, a reorganização do Partido Comunista, a "União Nacional" com Getúlio[...] Heitor Ferreira Lima participou e refletiu praticamente sobre todos esses eventos (ANTUNES, 1990, p. 58).

Em sua autobiografia intitulada *Caminhos Percorridos: memórias de militância*, Ferreira Lima dividiu sua vida em quatro momentos. O primeiro marca a transição da adolescência para a juventude e se inicia em 1922, quando mudou-se para o Rio de Janeiro – cidade na qual continuou os estudos escolares. Após concluir sua formação profissional, caminhou rumo à sua preparação social-política com a entrada no Sindicato dos Alfaiates e para o PCB. Nesse período, o campo sindical e o trabalho eram fracos e se fazia necessário um operariado organizado e de reivindicações.

O segundo momento descreve seus três anos na União Soviética, onde foi enviado em 1927 com o objetivo de estudar na Escola Leninista. Nessa época, Ferreira Lima

[20] Ricardo Antunes. *Um caminho percorrido: A coerência de Heitor Ferreira Lima*. In: Paulo Sérgio Pinheiro; Marcos Del Roio. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990, p. 57.

enriqueceu suas leituras ao ter um primeiro contato com Marx, Engels e os bolcheviques. Estudou história contemporânea e economia política do capitalismo presenciando de perto as decisões do Partido Comunista Soviético e sua relação com os demais países. Por sua formação, recebeu o título de "jovem bochevique" (ROIO, 1990, p. 46).

O terceiro momento narra seu regresso conturbado ao Brasil, em outubro de 1930, e o início dos anos intutulados “Anos de Duro Combate”. Na década de 1930, aguça sua militância ao lutar pelos ideiais de seu partido. Nesse período, sua vida foi marcada por prisões e deportações devido ao momento político no qual o país se encontrava; além do surgimento de divergências dentro do PCB e de viagens pelo Brasil – incluindo a viagem ao Nordeste, onde observou de perto as necessidades do país.

O quarto, e último, momento aponta o remanso de sua vida a partir da década de 1940, período no qual o “desencanto com a ação do Partido Comunista” fez com que se debruçasse nos estudos de economia, no ensaio biográfico, no jornalismo, na assesoria econômica à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e no estudo sistemático da história econômica; desdobrando-se em sua interpretação da realidade (ANTUNES, 1990, p. 58). Assim, explicamos o interesse do presente trabalho que debruça-se no período entre 1950 e 1960: período este de rica produção teórica pautada no estudo da história econômica.

Também foi nessa época, especificamente em 1941, que se mudou definitivamente para São Paulo. Escreveu para o jornal *Dom Casmurro* no Rio de Janeiro e, em São Paulo, coloborou praticamente em todos os jornais. Atuou também como tradutor e escritor. Porém, todos os trabalhos apresentavam remuneração modesta. Além dos jornais supracitados, escreveu, também, para diversas revistas. Em sua maioria, sobre industrialização (Planos de Metas de JK, segundo governo Getúlio Vargas etc). No trecho a seguir, Ferreira Lima elenca alguns de seus trabalhos nessa época

> Os meus trabalhos eram sempre especializados, referentes ao nosso movimento econômico em geral, com exposições, exames e, às vezes, críticas do desenvolvimento industrial, comercial, agrícola, nível de vida, medidas governamentais estimuladoras ou cerceadoras, assuntos urbanos, bancários, capitais estrangeiros, comentários de relatórios de ministros e líderes patronais. Procurava fazê-los de forma objetiva, como jornalista, tendo em vista o interesse coletivo. Percorrendo-os agora verifico com surpresa que, não obstante o imediatismo com que eram escritos, encerram boa parte da vida material do país daquela época, confirmando o que li recentemente num artigo do Tristão de Athayde, ao dizer que o “cronista é o historiador do presente e o historiador é o cronista do passado” (LIMA, p. 1982, 268).

Seu trabalho de destaque foi o exercido na *Revista Brasiliense* entre 1955 e 1964. A Revista tinha um caráter mais político e os artigos de Heitor Ferreira Lima não se limitavam apenas aos dados descritivos, mas penetravam mais nos ângulos analíticos e críticos. Esse periódico, aliás, desempenhou importante papel na abordagem das questões nacionais daquele tempo, tendo, para isso, excelentes colaboradores em todos os setores. Por esse motivo, marcou sua época (LIMA, 1989, p. 269).

Em 1944, ingressou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo como membro do Conselho de Economia Industrial onde permaneceu até a sua aposentadoria. Foi a partir desse trabalho que se especializou como técnico em economia e participou de eventos importante como o Congresso de Bretton Woods (1944) e a Conferência Nacional das Indústrias (1946). Ainda ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dirigiu a *Revista Industrial de São Paulo* de 1946 à 1949. Tranformou-se, assim, num admirador de Roberto Simonsen[21] (ROIO, 2014, pp. 29-30)

> […] mas Roberto Simonsen não aspirava apenas à formação das elites para assumir a direção de nossos negócios administrativos, públicos e privados. Isso não bastava e não basta a um país. É preciso que a instrução, a capacidade profissional se estenda às largas massas da população, preparando igualmente obreiros aptos, conhecedores de seus ofícios, conscientes de suas responsabilidades no mecanismo da produção, dominando perfeitamente a técnica e as máquinas, nas tarefas de que são incumbidos. Dessa forma, se dá maior valor ao operário, proporcionando-lhe salário mais elevado, integrando-o de modo mais sólido à sociedade (LIMA, 1976,p. 210)

Todavia, essa admiração e influência considerável de Roberto Simonsen não o fizeram jamais deixar de se declarar como marxista. Em 1942, publicou seu primeiro livro: *Castro Alves e sua época*. Posteriormente, publicou *Evolução Industrial do Brasil,* em 1954; *Formação Industrial do Brasil,* em 1961; *Mauá e Roberto Simonsen,* em 1963; e *Do Imperialismo a Libertação Colonial,* em 1965. Nos anos de 1970 e 1980, publicou *História Político-Econômica e Industrial do Brasil* (1970), *Três Industriais Brasileiros* (1976),

[21] Roberto Simonsen (1889-1948) foi o principal líder da burguesia industrial na década de 1940. Vale destacar que foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e defensor convicto da industrialização e do regime democrático.

História do Pensamento Econômico no Brasil (1976), [22]*Caminhos Percorridos: memórias de militância* (1982) e *Perfil Político de Silva Jardim* (1987).

A maioria de suas publicações datam entre os anos de 1940 e 1980, período no qual os intelectuais brasileiros se questionavam sobre a essência do nacionalismo no país, o Estado Nacional se desenvolvia e o capitalismo (momento de desenrolar da revolução burguesa). Nesse processo, algumas das interpretações mais importantes fizeram uso do instrumental marxista e Heitor Ferreira Lima foi um desses intelectuais. A partir de 1929, o marxismo adentrou no Brasil devido à revolução socialista na Rússia. Era, no entanto, um marxismo mal assimilado e que "batia de frente" com a corrente de esquerda do positivismo, influente para os militares. Ferreira Lima se proclamava marxista, porém, o que mais chamou a atenção, foi que o autor realizou uma interpretação da realidade brasileira da sua época (ROIO, 2014, p. 27).

Em 1960, passou a atuar como economista no Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Em 1975, após um total de 38 anos de trabalho, aposentou-se encerrando uma época de “trabalho sacrificado” que constituíra toda a sua existência (LIMA, 1982, p. 284).

Dessa maneira, o presente capítulo retomou esses pontos brevemente abordados, visando apresentar ao leitor a trajetória de Heitor Ferreira Lima, bem como o seu contato inicial com a economia, com a história, seu amadurecimento e sua evolução conforme o passar do tempo e as experiências vividas pelo autor. Para isso, o capítulo se dividiu em três partes na tentativa de mostrar ao leitor essa evolução: primeiro, a ida ao Rio de Janeiro e o contato com o Sindicato dos Alfaiates e o PCB; segundo, sua preparação para a militância possibilitada pelos estudos na União Soviética e a efetivação da mesma nos anos de participação no PCB; por último, e de suma importância, o período em que deixou para trás a militância e se dedicou aos jornais, revista e à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – momento este que marcou o surgimento de um novo Heitor Ferreira Lima.

1.1 O início de uma vida intelectual

Durante a infância e início da adolescência, Heitor Ferreira Lima morou em várias cidades do interior do Mato Grosso do Sul: Corumbá, Coxim, Aquidauana, Campo Grande e

[22] Lançamento de uma segunda edição em 1978.

Três Lagoas. Seu pai morreu jovem, passando sua mãe a ocupar funções de lavadeira, passadeira, vendedora e costureira para garantir o sustento dos seus. Morou, também, em Assunção, no Paraguai, quando frequentou pela primeira vez uma escola. Em Corumbá, estudou no Colégio Salesiano por pouco tempo devido uma gripe espanhola que pegou em 1918, passando, após esse episódio, a se dedicar à profissão de alfaiate. Ao ler alguns jornais e livros emprestados, percebeu a necessidade de retomar os estudos, transferindo-se, juntamente com sua mãe, para o Rio de Janeiro em 1922, aos 17 anos de idade. Num primeiro momento, se hospedaram na casa de uma amiga de sua mãe chamada Nenê Rocha; posteriormente, mudaram-se para a casa do tenente Lucas, oficial da marinha, o qual conhecerem no Mato Grosso do Sul (LIMA, 1982, pp.22-25). No Rio de Janeiro, passou a conviver com nomes como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Paulo de Lacerda, Joaquim Barbosa, Manuel Cendon, dentre outros nomes que lideravam o ambiente sindical e a política operária, constituindo o PCB.[23]

A partir desse momento, se abriu um "novo e inesperado capítulo" em sua existência "cheia de vicissitudes", conforme mostrou na autobiografia, o que "causou grande alegria" ao realizar seu sonho de se tornar uma pessoa instruída (LIMA, 1982, pp.25-27). Para tal, passou a se dedicar à leitura dos jornais que conseguia comprar, das revistas *Para Todos*, da literatura de cordel – que contava com os nomes de José de Alencar, Castro Alves, Casimiro de Abreu etc. –; originando-se daí sua formação literária. Apreciava os discursos da Academia Brasileira de Letras e a vida intelectual. Iniciou seus estudos no Rio de Janeiro no curso noturno da Academia do Comércio e, posteriormente, numa escola de preparatórios e no colégio Jurema de Matos. Tão logo, arrumou um emprego de auxiliar de alfaiate.

Em meio a conversas com o tenente Lucas, tomou conhecimento dos problemas políticos e sociais do país: discutiam política nacional e internacional, a miséria, o atraso e o papel da Rússia soviética no mundo. Por recomendação do tenente, procurou Octávio Brandão. Este intelectual passou a fornecer a Ferreira Lima os fascículos do *Movimento Comunista* e os folhetos *Mundos Fragmentários.* Ele também foi o responsável por apresentar-lhe, mais tarde, a Astrojildo Pereira, "moço de pele rosada, cabelos louros e olhos azuis, usando óculos de aros de ouro", uma das "principais figuras da direção do PCB" (LIMA, 1982, p.35).

---

[23] Marcos Del Roio. *A formação de um quadro dirigente do PCB*. In: Paulo Sérgio Pinheiro; Marcos Del Roio. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990, p. 43.

Aconselhado por Brandão, entrou para o Sindicato dos Alfaiates – sua "primeira escola de política" –, onde estabeleceu amizades e amadureceu intelectualmente por meio de leituras sobre comunismo, anarquismo, revolução russa, materialismo mecanicista e emancipação da mulher. Após isso, passou a ler jornais de outros países como Argentina, Uruguai, Espanha e Portugal; e, também, a adquirir obras de Lênin, Trotski, Zinoviev, Bukhárin; além de ler os artigos sobre a política internacional e as atividades dos partidos comunistas fornecidos por Astrojildo Pereira. O Sindicato criou um jornal mensal para a União dos Alfaiates intitulado *O Alfaiate*, o qual Ferreira Lima contribuiu constantemente, tornando-se essa a sua primeira experiência com a escrita (LIMA, 1982, pp.36-37). Em alguns artigos escritos para o jornal, dos quais se teve acesso[24], encontram-se a defesa de que os proletários se preparavam para a missão histórica. Tal missão consistia em uma série de processos históricos em que os homens eram transformados e realizavam formas de vida superior às que se tinha na sociedade atual. Para isso, seria necessário que os trabalhadores se organizassem, e, no caso do Sindicato dos Alfaiates, que arrastassem o maior número possível de alfaiates, entusiasmando-os a lutar pela causa operária a fim de representar os que querem se libertar do jugo capitalista e da exploração.[25]

Empenhado nos estudos, Ferreira Lima foi adquirindo maior capacitação ao longo do tempo e assumiu cargos importantes no Sindicato. Substituiu o 2º tesoureiro em 1924; elegeu-se 2º secretário em 1925; 1º secretário e diretor do periódico *O Alfaiate* em 1927; e secretário geral da União dos Alfaiates e Classes Anexas em 1927 (ROIO, 1990, p.42).

Passou a colaborar em todos os números do jornal "ascendendo gradativamente aos postos mais elevados do sindicato" e dilatando os "conhecimentos da vida prática, dos problemas sindicais e econômicos do país", "lendo tanto quanto podia, além dos contatos permanentes com Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Joaquim Barbosa, Manuel Cendón". Assim, ficou responsável pela "orientação geral da organização, a elaboração das ordens do dia-a-dia das assembleias, apresentação e discussão dos assuntos em pauta, representação do sindicato onde fosse necessário", tornando-se figura principal da União dos Alfaiates (LIMA, 1982, p. 39-40).

---

[24] Uma seleção de artigos de 1926 encontrada na obra *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima* de 1990. Os seguintes artigos foram apresentados: Nossa missão histórica (1925), Necessidades (1925), O artesanato (1926), Força Sindical (1926), O mal infantil do artesanato (1926), Organização e propaganda (1926).

[25] Ver em Paulo Sérgio Pinheiro; Marcos Del Roio. *Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima.* Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990, p. 81-92.

Em meados de 1923, Heitor Ferreira Lima se filiou ao PCB, o qual foi fundado, no Brasil, em março de 1922, e reconhecido como seção brasileira na Internacional Comunista somente em 1924. Fato este que descreve com detalhes na autobiografia

> No dia 10 seguinte, eu assinava a papeleta de adesão ao PCB, após afirmar ter reconhecimento de seus Estatutos e das 21 Condições da IC, requisitos prévios exigidos para isso. Tinha 18 anos e meio. Não se havia constituído ainda a Juventude Comunista, motivo pelo qual se tornava indispensável a idade mínima de 18 anos e meio. Sendo necessário ainda três apresentadores, os meus foram: "Tumine", Paulo de Lacerda e creio que Octávio Brandão (LIMA, 1982, p. 45).

Porém, por dedicar-se as atividades sindicais no Rio de Janeiro, em particular na União dos Alfaiates, não pode ter uma maior atuação no partido nos primeiros anos da sua vida política e social, o que proporcionou uma aproximação maior das organizações operárias e das reivindicações dos trabalhadores. Suas participações nas reuniões e seu convívio com as pessoas do PCB permitiram que acompanhasse de perto as atividades e os problemas (LIMA,1982, p. 44).

Nessa época, havia concordância entre os sindicatos e as organizações do PCB, pois "os comunistas intensificaram sua atuação dentro dos sindicatos operários, através de líderes e ativistas sindicais que haviam aderido ao partido" e uniam-se pela unidade sindical "independente das diferenças ideológicas e políticas". Lutava-se contra o anarquismo, o sectarismo, o divisionismo, o isolamento e a impotência (PEREIRA, 1979, pp. 78-79). O PCB desde o início se constituiu sobre uma base proletária, pois os grupos comunistas eram formados por uma maioria de ativistas sindicais e "a preparação política e prática para a realização do I Congresso se desenvolveu em estreita ligação com a atividade dos comunistas dentro dos sindicatos, com a sua participação nas lutas operárias e nas ações de massa" (PEREIRA, 1979, p. 78). Isso também foi alegado por Carone (1982) quando o mesmo afirmou que "o campo da atividade sindical, ao contrário das correntes anarcossindicalistas, cooperativistas e socialistas (denominados amarelos), os comunistas dão enfoque ao caráter político dos sindicatos, não deixando de lado o sentido reivindicatório de classes" (CARONE, 1982, p. 4).

O PCB nasceu das lutas da classe operária, inspirado e comprometido com as ideias da Revolução de Outubro[26]. No Brasil dos anos de 1920, a dívida externa já somava

[26] Conhecida também como Revolução Vermelha ou Revolução Bolchevique, ocorreu na Rússia em 1917 e teve como líder Vladimir Lênin. Foi uma Revolução contra o governo provisório que levou os bolcheviques ao poder.

150,3 milhões de libras esterlinas e a exploração imperialista já refletia no orçamento do governo federal. O atraso cultural derivado do colonialismo, do escravismo e do domínio das oligarquias refletia nos 75% da população analfabeta, com a maioria vivendo no campo. Por outro lado, diante de todo atraso que o país se encontrava, os primeiros agrupamentos proletários começaram a surgir, encontrando-se, em 1922, um Brasil agitado por dois levantes: o Levante do Forte de Copacabana[27], impulsionado pelos tenentes; e a Semana de Arte Moderna,[28]com participação de artistas e intelectuais.[29]

O partido tinha como ideais a soberania nacional, a democracia, os direitos sociais e políticos dos trabalhadores e do povo; e nasceu com base em quatro singularidades: a de um Partido da classe operária, internacionalista, nacional e teoricamente apoiado no marxismo-leninismo. Seu surgimento foi possível graças ao amadurecimento da classe operária, à falência anarcossindicalista, ao amadurecimento político das lideranças mais avançadas do movimento operário, ao crescimento e concentração da classe operária brasileira e ao acúmulo histórico das lutas do povo brasileiro (RUY; BUONICORE, 2012).

Logo após sua fundação, em 1922, a tensão política imposta pelo monopólio do poder político nas mãos da oligarquia cafeeira de São Paulo e Minas Gerais resultou na ilegalidade do partido. A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana buscava o fim desse monopólio e exigia um país democrático e livre de fraudes eleitorais. Mesmo na ilegalidade, o PCB não cessou suas atividades e manteve sua atuação sob essas condições difíceis como bem observou Astrojildo Pereira em seu livro de memórias

> Convém recordar que a formação do Partido se processou durante meses de extrema tensão política, motivada sobretudo pela campanha da sucessão presidencial. Realizada a eleição de março de 1922, a luta política, em vez de amainar, cresceu de intensidade e virulência. A 5 de julho, o Forte de Copacabana tomou a palavra. Foi vencido, mas continuou fumegando. O governo decretou estado de sítio. Com isso viu-se o partido jogado na ilegalidade, três meses e pouco depois do congresso de fundação (PEREIRA, 1979, p. 80).

O PCB emergiu das lutas operárias figuradas entre 1917 e 1920 no Brasil, nascendo e se formando "na época de guerras imperialistas e das revoluções proletárias" (PEREIRA, 1979, p. 45). Esse período no país contou com greves em massa que objetivavam

[27] Ocorreu no Rio de Janeiro em meio ao contexto da República Velha em 5 de julho de 1922. A luta era pelo fim das oligarquias no poder.
[28] Marcou o início do Modernismo no Brasil.
[29] José Carlos Ruy; Augusto Buonicore. *Condições históricas do surgimento do Partido Comunista do Brasil.* In: José Carlos Ruy; Augusto Buonicore (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

o aumento dos salários e a melhoria das condições de trabalhos inspiradas na Revolução de Outubro de 1917, mostrando a incapacidade "teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica" (PEREIRA, 1979, p. 61)

> A bancarrota do anarquismo fora total e com ela ficou encerrado um largo período da história do movimento operário brasileiro. O consequente surgimento do Partido Comunista, ao mesmo tempo que assinalava o início de um novo período, era também a revelação de que as lutas precedentes haviam produzido um rápido amadurecimento político da classe operária brasileira, que assim mostrava compreender qual o papel histórico que lhe caberia à frente da revolução social e nacional em marcha. Eis por que dizemos que a existência do Partido Comunista do Brasil corresponde a uma necessidade histórica que os fatos do passado demonstraram e são confirmados pelos fatos do presente (PEREIRA, 1979, p. 61)

Foi nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922 que ocorreu a primeira sessão do Congresso Constituinte do PCB[30], ato historicamente importante que representou as aspirações do proletariado do Brasil "finalmente integrado na vanguarda revolucionária do proletariado mundial". Com a fundação do Partido, iniciou-se a luta pela direção do movimento operário e sindicalista que só se reorganizou e avançou a partir de 1927 com a "maturação de um grupo dirigente com um projeto mais ou menos claro para a crise brasileira" (ROIO, 1990, p. 42).

As primeiras tarefas de Heitor Ferreira Lima dentro do partido foram as de mensageiro de recados, de Tumine a Paulo Lacerda, e convocador de reuniões importantes. Posteriormente, atuou nas reuniões do Comissão Central Executiva (CCE) e naquele que foi um meio de suma importância para a difusão de suas ideias: a imprensa. Atuou nas páginas sindicais do jornal grevista *O País*, como secretário de redação do jornal *Correio da Manhã* e na divulgação[31] do jornal *A Classe Operária* nas assembleias sindicais. No jornal *A Nação*, primeiro jornal cotidiano do PCB que circulou legalmente no ano de 1927, Ferreira Lima escreveu pequenas notícias ao participar de reuniões sindicais e estudantis, tornando-se importante meio para os comunistas divulgarem suas propostas e atingirem um público maior (LIMA, 1982, pp.45-47). Esses jornais foram um grande meio de divulgação na época e Heitor Ferreira Lima, juntamente com seus colegas de partido, fugiu da identidade dos intelectuais do período de 1920 a 1945, que Sérgio Miceli descreveu em *Intelectuais à*

[30] Conhecido como I Congresso.
[31] Heitor Ferreira Lima era responsável pela apresentação, explicação e busca de apoio para o jornal, realizando posteriormente reportagens sobre essa experiência.

Brasileira[32]. Segundo o autor, os intelectuais desse período derivaram da filiação política que as classes dirigentes e o Estado impuseram sem qualquer influência no processo social. Não constituíram um campo autônomo, mas, pelo contrário, reagiam apenas às transformações sociais. Seu enfoque foi a formação dos intelectuais derivados da oligarquia: uns com uma boa parte do capital social por serem filhos de famílias com funções importantes e funções culturais fortes; e outros que ficavam com o capital social restantes, os chamados "primos pobres"[33].

Os primeiros anos da década de 1920 foram cruciais para o amadurecimento intelectual de Ferreira Lima por meio de suas leituras, contatos com o sindicato e os elementos do PCB. Nessa época, o PCB passou por sua fase histórica: publicação desses importantes jornais; organização da Juventude Comunista, em 1924, da Confederação Sindical do Rio de Janeiro, em 1927, da Confederação Geral do Trabalho do Brasil, em 1928; efetivação do II e III Congressos; participação do VI Congresso Internacional da Internacional Comunista (IC); do IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha (ISV) e da fundação da Confederação Sindical Latino-americana (CSLA) (LIMA, 1982, p. 64).

Vale salientar que o reconhecimento do PCB como seção brasileira na Internacional Comunista só ocorreu em 1924 com a ida de Astrojildo Pereira a Moscou. Explicando esse fator, a frágil influência da Internacional Comunista no PCB nessa época resultou em uma independência teórica dos comunistas brasileiros até meados de 1928. O PCB tinha como tática nos anos de 1920 "ampliar a palavra de ordem de frente única proletária" atuando com diretrizes inapropriadas para as nossas condições "quando muito poucas resoluções haviam sobre as tarefas dos países coloniais e dependentes". Conheciam pouco de Marx e Engels, estudavam com pouca profundidade as questões nacionais e formavam um partido com elementos anarcossindicalistas, elementos esses com visão limitada dos problemas sociais (LIMA, 1982, pp. 65-66).

O resultado de um rígido centralismo organizacional na Internacional Comunista foi a limitação das palavras de ordem brasileiras a Moscou, impossibilitando uma estratégia que levasse em conta as necessidades locais "esquecidos que Lênin sublinhava a autonomia da questão colonial e a necessidade correlativa de uma descentralização" (LIMA,1982, p.66).

---

[32] Sérgio Miceli. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45).* In: Sérgio Miceli. Intelectuais à Brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

[33] De origem oligárquica, afastados das pessoas políticas e intelectuais da classe dirigente, criados no interior.

Dessa forma, conclui-se que o início dos anos de 1920 foram tempestuosos, pois tivemos: a Revolta dos 18 dos Forte de Copacabana, a Revolta Paulista de 1924[34]e muitas conspirações. Foi nesse período em que o Rio de Janeiro estava imerso – em meio a uma confusão ideológica nos ambientes culturais – que Heitor Ferreira Lima chegou à cidade com "sede de saber, a abertura para a política, a vontade influir sobre as coisas do mundo" (ROIO, 1990, p. 42). Nessa época, realizou algumas conquistas no âmbito intelectual as quais sonhara ao entrar para a União dos Alfaiates e fazer parte dos autores que davam corpo ao jornal *O Alfaiate*, além de ter feito parte dos mais importantes cargos dentro do sindicato. Foram nesses anos, também, que Ferreira Lima fez história ao se filiar ao PCB, fator esse que, à época, não tinha ideia de que mudaria sua vida por completo, transformando-o num militante assíduo e num escritor crucial para a compreensão da industrialização nacional e para a história econômica do país.

Aqui, expusemos a evolução intelectual do autor na primeira parte dos anos de 1920 e a conquista de seu espaço por meio de seu interesse pela história e pelos direitos do proletariado, tudo isso em um país de jugo capitalista. O capítulo seguinte aponta a evolução do seu contato inicial com o ambiente intelectual ao ser escolhido para estudar na Escola Leninista em Moscou – onde aguçou seus sentidos e interesses pelos estudos da história e da economia – e sua evolução como militante do PCB.

1.2 Os estudos na União Soviética e os Anos de "duro combate"[35]

Com o intuito de mostrar a evolução do contato de Heitor Ferreira Lima com a história e com a economia, nesta parte elucidaremos os anos de estudos na Escola Leninista, as experiências vivenciadas nas reuniões/conferências do Partido Comunista Soviético, seu retorno conturbado ao Brasil, seus anos de militância, prisões e conflitos de ideias dentro do PCB.

Sabe-se que o país vivia em Estado de Sítio desde julho de 1922, até que isso terminasse em dezembro de 1926 no governo de Washington Luís. Com isso, a vida política no país inaugurava uma normalidade constitucional. Com isso, o PCB – que passou a atuar na

[34] Considerado o segundo 5 de julho, pois constitui-se como uma revolta dos tenentes contra o poder político das oligarquias, contra os privilégios dessa elite agrária e a favor da conquista democrática.
[35] Expressão utilizada pelo autor na autobiografia *Caminhos Percorridos: memórias de militância* para se referir aos anos que esteve no PCB.

legalidade – tentava superar os entraves impostos pela ilegalidade vivenciada em seus primeiros anos de existência (PEREIRA, 1979, p.109).

Retomada a legalidade, o PCB foi procurado pelo dono do diário *A Nação* com a proposta de retomar suas publicações como órgão do Partido. Assim, no dia 5 de janeiro de 1927, tal diário publicou uma *Carta Aberta* na tentativa de propor a criação do Bloco Operário para as eleições do Congresso Nacional, conquistando, com isso, um representante eleito com o apoio seu e do PCB. Insatisfeitos com a existência do diário comunista, o governo elaborou a *Lei Celerada.*[36] Com essa lei sancionada, o PCB passou, novamente, à ilegalidade. Devido a isso, *A Nação* foi fechado. Visando à atuação dos comunistas entre as massas, os dirigentes do Partido transformaram o Bloco Operário (BO) em Bloco Operário Camponês (BOC).

Ainda em 1927, o PCB fez seu primeiro contato com o comandante da *Coluna Invicta,* Carlos Prestes. Episódio este no qual Astrojildo Pereira propôs uma aliança entre comunistas e a Coluna Prestes, na tentativa de unir o proletário revolucionário e as massas populares camponesas.[37] Essa foi uma decisão da Comissão Central Executiva (CCE) em razão à derrota sofrida com a nova fase de ilegalidade e às posições sectárias tomadas pelo Partido. A Comissão Central Executiva acreditava que o contato com Prestes e uma possível aproximação seria crucial, pois seu "prestígio popular e revolucionário, mantinha-se intacto e mesmo crescente" (PEREIRA, 1979, p. 128)

> Eu lhe transmiti claramente o pensamento da direção do Partido sobre as questões que nos levaram a procurá-lo e que tudo se resumia em coordenar as nossas forças tendo em vista os objetivos comuns. Era, em suma, o problema político da aliança entre os comunistas e os combatentes da Coluna Prestes, ou, em termos mais amplos, entre o proletariado revolucionário sob a influência do Partido Comunista e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da Coluna e do seu comandante (PEREIRA, 1979, p. 129).

Foi nesse período, ao ver num jornal argentino a foto de um jovem que iria estudar em Moscou, que Heitor Ferreira Lima despertou a vontade de seguir os mesmos passos e comunicou seu desejo a Paulo de Lacerda. Em agosto de 1927, ao término de uma reunião da Comissão Central Executiva, recebeu, de seus companheiros, a surpresa de que

---

[36] "[...] além de reprimir as greves, autorizava o fechamento dos sindicatos, associações e entidades que incidissem na prática de crimes ou atos contrários à ordem, vedando a propaganda de suas ideias" (CARRION, 2012, p.63)

[37] Raul Carrion. *1922-1929 – Os primeiros passos do Partido Comunista do Brasil*. In: José Carlos Ruy; Augusto Buonicore (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

fora o escolhido para ir até Moscou representar o PCB no 10° aniversário da Revolução Russa e realizar um curso na Escola Leninista Internacional (LIMA,1982, p.69). Nas memórias de Leôncio Basbaum (1976) é clara que a escolha de Ferreira Lima evidencia uma linha política de pressupostos hierárquicos e sectários dentro do PCB naquela época

> No mês de agosto, em que foi fechado *A Nação*, escrevemos para Moscou, sede do KIM (Internacional Comunista da Juventude) comunicando a fundação da JBC e solicitando adesão à mesma, da nossa organização. Um dia chega a resposta e, ao mesmo tempo, ofereciam uma bolsa de estudos para a Escola Leninista, que então fora fundada, a um jovem operário, pertencente, é claro, a JCB. Depois de muitos debates nossa escolha recaiu sobre um alfaiate chamado Heitor Ferreira Lima, de 21 anos, por nos parecer inteligente e sério, além de ser um militante ativo no seu sindicato, o que era, para nós, ponto de honra e decisivo. É verdade que alfaiate não era uma profissão das que os comunistas mais apreciavam, por não ser a alfaiataria uma "indústria básica". Sempre havíamos preferido metalúrgico, ferroviário, marítimos, e outras dessa ordem. Mas assim mesmo mandamos Heitor, com boas recomendações. Na verdade, ele não nos desiludiu, ao contrário de muitos que mandamos depois, os quais voltavam com a cabeça entupida de conhecimentos não assimilados, olhando os demais com superioridade. (BASBAUM, 1976, pp.49-50)

Ao ser escolhido para estudar em Moscou, Ferreira Lima "mesmo não tendo consciência (e nem poderia ter), se transformava em importante elo internacional do grupo dirigente do PCB em gestação, quase todo ele de origem operária e artesã". Chegou a Moscou no dia 10 de dezembro de 1927 e foi recebido por Vitorio Codovilla (ROIO, 1990, p. 43)

> O jovem revolucionário brasileiro, como não poderia deixar de ser, emocionou-se ao ver Burkharin, Rykov, Tomsky, Stalin e outros bolcheviques no Congresso Internacional dos Amigos da URSS. Na Escola Leninista, enquadrado no setor de língua francesa, no grupo dos sul-americanos espanhóis, italianos e naturalmente belgas e franceses, Heitor Ferreira Lima estudou *O Capital* de Marx, história contemporânea, história do movimento operário, história da Revolução Russa, sindicalismo, questão agrária, filosofia, organização político partidária, e até algum treinamento militar [...] (ROIO, 1990, p. 44).

Ao se aproximar da primeira cidade russa, avistou a frase de Marx e Engels *"Proletários de todos os países, uni-vos"* sentindo grande emoção ao adentrar em um mundo novo. Em sua primeira noite em Moscou, vislumbrou a Praça Vermelha, a Catedral de São Basílio, o Mausoléu de Lênin – e as vitrines iluminadas com as suas fotos –, e a muralha de Kremlin. A vida em Moscou para Ferreira Lima completou sua "formação intelectual e de

caráter" e o "moldou para o resto de sua vida, que seria cheia de sinuosidades e de marcas indeléveis", mas segundo o autor "não de todo inútil, pela participação, de uma ou outra forma, na áspera luta pelo progresso social no Brasil" (LIMA, 1982, pp.70-73).

Em dezembro de 1927, Ferreira Lima foi levado à Escola Leninista, onde o ambiente escolar se dividia em quatro setores de língua. O autor ficou no setor do francês (LIMA, 1982, pp. 71-82). Segundo Roio (1990), sua primeira leitura na Escola Leninista foi *Questões do Leninismo*, de Stalin, superando, aos poucos, as dificuldades com o francês e a débil dedicação aos estudos. Na Escola Leninista, passou estudar muitos assuntos, como *O Capital,* de Marx; a Revolução Francesa, de 1789; e a história do movimento operário internacional. As aulas o "enriqueceram culturalmente", como era de seu desejo, e ainda fizeram com que "seu gosto pela história e economia brotassem naturalmente" indicando de "modo inconsciente, uma orientação intelectual que seguiria mais tarde" (LIMA, 1982, p. 84). Os anos que passara na União Soviética auxiliaram nas atividades posteriores de jornalista, economista e historiador. Heitor Ferreira Lima aprendeu sobre economia política, filosofia, história moderna, francês etc.; acompanhando de perto a Revolução Russa e todas as dificuldades e tendo a seu alcance "o seguro método de análise histórica e social, que é o marxismo" (LIMA, 1982, pp. 128-130).

Além disso, teve acesso aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais de todos os países, principalmente os da América Latina, através da leitura de jornais do Brasil, de Paris etc. O método de ensino adotado era a apresentação de relatórios aos colegas e professores, o que o ajudou no contato com o francês – aprendendo muitíssimo com essas aulas. Realizavam trabalhos dentro e fora da escola: na escola, trabalhos práticos antes das férias; fora dela, trabalho com direito a salários que doavam ao clube local dos operários. Posteriormente, iam passar férias em Cáucaso. No final do curso, deveriam apresentar um trabalho, uma espécie de tese, a qual demonstrava o conhecimento adquirido nos três anos de estudos. Ferreira Lima trabalhou com a questão agrária no Brasil utilizando obras de Lênin, o Recenseamento Geral de 1920, colocações sobre a economia, as camadas camponesas e possíveis soluções para o atraso. O autor refere-se a este trabalho como atrasado, cheio de erros e insuficiências devido seu conhecimento limitado sobre o assunto. Para Ferreira Lima, a Escola Leninista foi de imensa importância, já que, nos anos que passou por lá, elevou seu nível cultural e seus conhecimentos através do levantamento das dificuldades da Rússia Soviética, preparando-o para a militância (LIMA, 1982, p. 87).

Heitor Ferreira Lima descreveu experiências cruciais, vividas em seus anos na Escola Leninista, para o amadurecimento intelectual do simples adolescente que chegou ao

Rio de Janeiro. Sua atuação dentro dos encontros internacionais envolvendo a Internacional Sindical Vermelha (ISV) e a Internacional Comunista (IC) foram de extrema importância para que o mesmo passasse a compreender os conflitos existentes no cenário mundial, as peculiaridades dos países coloniais, a relação dos comunistas soviéticos com os países da América Latina e para que construísse uma identidade intelectual e teórica para seguir. Dessa forma, cabe, nesse momento, abordar as experiências do autor com a Internacional Sindical Vermelha e a Internacional Comunista, respectivamente.

O contato com a Internacional Sindical Vermelha fez com que o autor entendesse as necessidades dos países coloniais. Ela "teve o mérito de ser percursora no interesse pela América Latina" inserindo-a no "movimento comunista revolucionário mundial", "congregou suas entidades sindicais, estudou seus problemas, deu-lhes consciência continental na luta contra o imperialismo e na unidade de ação, suscitando questões até então "adormecidas" (LIMA, 1982, p. 92). O interesse pelas causas latino-americanas foi despertado nas conferências sobre sindicalismo na América Latina da Escola Leninista, muitas delas realizadas pelo dirigente da Internacional Sindical Vermelha, Lozovsky. Enquanto esteve na União Soviética, Heitor Ferreira Lima atuou como representante brasileiro nesses encontros sindicais. Em uma reunião de 1927, na qual Ferreira Lima representou os Sindicatos Revolucionários do Brasil, surgiu a ideia da convocação de um congresso de fundação da Confederação Sindical Latino-Americana (CSLA) e se deu prosseguimento à primeira Conferência Sindical Latino-Americana (ROIO, 1990, p. 44). A Confederação Sindical Latino-Americana foi criada com o intuito de unir forças revolucionárias dos diversos países, desmascarar a Federação Americana do Trabalho – que servia o imperialismo dos Estados Unidos –, unir os sindicatos de todos os países para lutarem contra as guerras imperialistas emancipar os trabalhadores. Essa missão, de fato, se consolidou e muitos delegados regressaram aos seus países de origem enquanto outros permaneceram em Moscou para desempenhar novas tarefas (LIMA, 1982, pp. 76-79).

Em junho de 1930, quando aconteceu o V – e último – Congresso da Internacional Sindical Vermelha, elaboraram algumas *Teses e Resoluções,* tendo uma parte destinada aos países coloniais e semicoloniais analisando seus movimentos sindicais. A consolidação dos movimentos sindicais tornou-se real com a fundação de centrais sindicais em países como México, Uruguai, Colômbia, Brasil, Peru, Honduras e Panamá, além da instalação da Confederação Sindical Latino-americana em dezesseis países. A maioria dos sindicatos não conseguiu se consolidar como entidade das massas, sendo as ações para mulheres e jovens insuficientes, o que resultou a definição de novas tarefas. Ao final do V Congresso da

Internacional Sindical Vermelha, a Internacional Comunista reuniu comunistas das delegações sindicais para uma análise da situação da América Latina que passava por uma crise econômica, política e social em decorrência da crise de 1929, bem como para a discussão de soluções e possíveis atuações dos partidos nesse sentido. Os estudantes da Escola Leninista participaram do debate ativamente e trabalharam como tradutores. Mesmo com a generalidade dos programas reivindicatórios para países com diversidades e peculiaridades acentuadas, as realizações da Internacional Sindical Vermelha foram positivas e combateram velhas ideologias ultrapassadas, o que renovou o movimento sindical e auxiliou nas conquistas do proletariado. Com isso, os estudantes latino-americanos, que passaram a compreender as necessidades de seus países e as lutas que estariam por vir, foram incentivados a estudar as peculiaridades de cada nação para conquistar um movimento revolucionário de sucesso (LIMA, 1982, pp. 91-92).

Por meio dessas discussões realizadas em congressos, conferências e encontros, os estudantes da Escola Leninista passaram a despertar um interesse pela história de seus países, para suas respectivas realidades econômicas e pelas debilidades da formação de cada nação. Esse foi um importante despertar para que Ferreira Lima pudesse realizar sua obra posteriormente.

Outro contato importante foi com a Internacional Comunista, responsável pela realização de fóruns primordiais para as discussões teóricas do movimento comunista internacional. Destaques importantes foram a III e a IV Internacional, que definiram respectivamente as teses leninistas e trotskistas sobre a situação econômica e social dos países atrasados e ex-colônias. A III Internacional (1919 – 1943) foi criada após a vitória comunista na União Soviética, tendo como objetivo criar a União Mundial das Repúblicas Soviéticas e emitir diretrizes aos seus filiados. Tinha concepções derivadas das obras de Lênin e interpretações importantes referentes às relações de produção e das forças produtivas que consistiam na afirmação de que a estrutura social e econômica dos países da América Latina era semifeudal e pré-capitalista. Inspiração importante para as teses da III Internacional para as colônias e ex-colônias foi a obra *Duas Táticas da Social-Democracia na revolução Democrática*, de Lênin, que teve como principal herdeiro, e partidários dessas ideias, o PCB (MANTEGA, 1987, p. 137).

A IV Internacional (1938), por sua vez, pregou a não existência de acordos possíveis entre o proletariado e a burguesia. Pregou, também, que o programa revolucionário deveria ser de transição para o socialismo em vez de democrático-burguês, antes que o fascismo esmagasse o proletariado. Segundo Trotski, o Brasil nunca fora feudal, mas, sim, um

país de capitalismo retardatário (relações de produção capitalistas subdesenvolvidas). A revolução burguesa não seria possível, pois as transformações burguesas já haviam sido realizadas, sendo o objetivo maior a Revolução Socialista (MANTEGA, 1987, p. 152-153).

Vale ressaltar, aqui, alguns desmembramentos da III Internacional como o I, II e VI Congresso, resultado das divergências entre Lênin e outros líderes do movimento comunista, que buscavam discutir as diretrizes a serem seguidas pelos países coloniais. No I Congresso (1919), a preocupação foi com a organização do movimento comunista numa escala internacional em conjunto com a crítica ao reformismo e aos que seguiam a II Internacional. O II Congresso (1920), por sua vez, preocupou-se com a questão nacional e colonial, já que houve um aumento das disputas pelas colônias e movimentos anti-imperialistas, colocando em questão qual era o caráter dos movimentos imperialistas e a relação do proletariado com as classes desse movimento. Segundo Lênin, os movimentos dos países atrasados deveriam ser democrático-burgueses, pois a maioria da população era de camponeses que representavam as relações burguesas e capitalistas. Afirmava, ainda, que a política imperialista era um entrave ao desenvolvimento industrial da colônia, visto que, de fato, barrava o nascimento de uma classe operária, direcionando todo trabalho ao campo dominado pelos proprietários de grandes latifúndios. Assim, a dominação estrangeira impedia o desenvolvimento da economia, devendo o primeiro estágio da revolução ser composto de mudanças pequeno-burguesas como a democracia, considerando, dessa forma, acordos com a burguesia, para, somente depois disso, realizar a revolução comunista. Nesse congresso, a participação dos países atrasados da América Latina foi pequena, sendo as teses direcionadas às colônias asiáticas, francesas, britânicas, holandesas; submetidas ao imperialismo europeu. O III, IV e V Congressos não deram atenção à questão colonial (MANTEGA, 1987, pp. 144-147).

O VI Congresso da Internacional Comunista aconteceu em 1928 em Moscou e se dedicou à questão colonial e em diretrizes revolucionárias a serem aplicadas nesses países, enfatizando a luta anti-imperialista. É importante discuti-lo, pois Heitor Ferreira Lima teve a oportunidade de participar e atuar como representante da delegação brasileira juntamente com Paulo de Lacerda e Leôncio Basbaum. Esse congresso também contou com representantes do Partido Comunista de outros países latino-americanos e compartilhou o ponto de vista da Internacional Comunista defendido por seu secretário – e chefe do Secretariado para a América Latina –, Humbert Droz, repleto de ideias limitadas "partindo do pressuposto de que vivíamos e trabalhávamos em regime colonial, com independência fictícia, com Grã-Bretanha e Estados Unidos dominando nossa economia", além de supor que as cidades eram

“parasitárias e o proletariado composto de funcionários públicos, trabalhadores em transportes e empregados em geral” (LIMA, 1982, p. 93).

Em relatório para esse congresso, Droz ocupou-se de trabalhar com as semelhanças entre as nações da América Latina. Abordou aspectos como o “caráter semicolonial dos países latino-americanos” enfatizando a dependência em relação aos capitais ingleses e norte-americanos, destacou nosso caráter de escoador de mercadorias, afirmou que a revolução democrática-burguesa precisava se transformar em revolução socialista para atingir seus objetivos, levantando, ainda, a necessidade da formação de um bloco revolucionário entre trabalhadores agrícolas, industriais e a classe média (LIMA, 1982, p. 94).

> As finalidades da revolução democrático-burguesa seriam: 1)expropriação do solo e exploração coletiva da terra; 2) confiscação das empresas estrangeiras; 3) anulação das dívidas externas; 4) jornada de 8 horas e supressão das condições semi-escravistas de trabalho; 5) armamento dos operários e camponeses e sua transformação em milícias; 6) abolição do poder dos latifundiários e organização dos sovietes de operários, camponeses e soldados para a formação da União Federativa das Repúblicas Operárias e Camponesas da América Latina (LIMA, p. 94, 1982).

Essas colocações tiveram como resultado uma confusão extrema, pois a Internacional Comunista e os Partidos Comunistas da América Latina divergiam. Tanto a Internacional Comunista quanto a Internacional Sindical Vermelha tinham conhecimento limitado da América Latina e não consideravam as diversidades regionais e as diversidades entre os países, atribuindo uma mesma ideia para todos os países latino-americanos. Um bom exemplo disso é o problema indígena relacionado à questão agrária no Brasil que nunca fora mencionado. Isso era reflexo do pouco conhecimento dos problemas latino-americanos por parte dos dirigentes da Internacional Comunista, revelando a fraqueza ideológica dos partidos comunistas e o modo rudimentar como enxergava essa realidade (LIMA, 1982, p. 95).

Assim, nesse VI Congresso buscaram qualificar a luta, definir os passos para o socialismo, caracterizar o bloco revolucionário e a liderança. O imperialismo “se alia às camadas dominantes da ordem social anterior”: “senhores feudais e burguesia comercial e usuária” reforçando “as formas pré-capitalistas de exploração” que impedem o “desenvolvimento das forças produtivas e impedem a industrialização”. O baixo desenvolvimento do mercado interno é resultado da exploração da população colonial, destacando-se a classe camponesa que não tem poder de adquirir a produção industrial; e também da concorrência estrangeira com importação e comercialização nas mãos da burguesia comercial e usuária. Estabeleceu-se no VI Congresso a estratégia e tática

comunistas para os países coloniais colocarem em prática: a revolução democrático-burguesa como preparação para a ditadura do proletariado e a revolução socialista, rumo a libertação nacional (MANTEGA, 1987, pp. 149-150).

A 1ª Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, que aconteceu em maio de 1929 em Buenos Aires, na qual Heitor Ferreira Lima foi delegado, teve resoluções mais realistas, objetivas e menos abrangentes que o VI Congresso. Nela, afirmou-se que "o caráter e as forças motrizes do processo revolucionário na América Latina, com suas possíveis especificidades", além de redigirem teses que iriam propor ao Congresso Comunista Latino-Americano em 1929 (ROIO, 1990, p. 44). Incentivou-se, nessa conferência, a libertação nacional sob direção dos partidos comunistas; a possível aliança entre burguesia e proletariado; as lutas contra a guerra; além de, pela primeira vez, abordarem as questões dos índios, mulheres e juventude. Nessa Conferência, Humbert Droz repetiu o discurso de que as cidades na América Latina eram parasitárias, realçando a ideia de que as atividades no campo deveriam ser fortalecidas. Porém, na Escola Leninista, um estudante argentino classificou essa ideia como uma forma de desprezo aos trabalhadores urbanos, em sua maioria proletariados, levando essa ideia ao Secretariado Latino-Americano da Internacional Comunista que considerou a colocação válida e importante. Ao aceitar essa posição, a Escola Leninista conquistou a aversão de Droz, o que resultou numa "disputa de interpretação do marxismo-leninismo e sua ação prática" (LIMA, 1982, pp.98-99).

Os acontecimentos envolvendo a Internacional Comunista e o PCB exerceram influência importante sobre Heitor Ferreira Lima. Os congressos e plenários da Internacional Comunista, como já enunciado, discutiam as conjunturas econômicas, as políticas mundiais e as questões dos Partidos Comunistas da Europa. As questões da Europa e da China eram prioridade e os assuntos referentes a América Latina pouco debatidos devido ao número reduzido de partidos – e que ainda eram novos. Dessa forma, "só esporadicamente e ante fatos concretos graves é que as questões latino-americanas eram suscitadas e constituíam objetos de deliberações dos órgãos diretores" do Partido Comunista. Os estudos sobre as questões brasileiras e as ações comunistas no país dentro da Internacional Comunista tomaram corpo em novembro de 1929 quando discutiram "a situação do Brasil" e a "atuação política do PCB", afirmando que o problema principal era "a próxima revolução brasileira, seu caráter" e a posição dos brasileiros presentes[38] diante desse fato e de possíveis aliados (LIMA, 1982, pp. 100-102).

[38] Astrojildo Pereira, Heitor Ferreira Lima e Russildo Magalhães.

Embora tenha sido reconhecido pela Internacional Comunista somente em 1924, o PCB realizou alguns congressos importantes para discutir a situação do Brasil e a luta que o partido teria pela frente. O I Congresso ocorreu de 25 a 27 de março de 1922 e teve o intuito de organizar o Partido através da análise das vinte e uma condições de admissão da Internacional Comunista; elaboração e aprovação dos estatutos do novo partido levando em conta as condições especiais do Brasil; e a realização da eleição para os cargos da Comitê Central Executivo (PEREIRA, 1979, p. 72).

O II Congresso ocorreu entre os dias 16 e 18 de maio de 1925, sendo "as teses discutidas e aprovadas em plenário documentos importantes para a história política do Partido" (PEREIRA, 1979, p. 91). O posicionamento do PCB sobre a política brasileira nas teses desse congresso era o de que a mesma se baseava num "agrarismo-industrialismo" tendo o "capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo moderno, como contradição fundamental da sociedade brasileira" após a República. Consideraram, também, o fator imperialista nessa caracterização da política nacional, por exemplo, por meio dos empréstimos e do capital industrial. Essas teses evidenciam "o imperialismo inglês apoiando o agrarismo e o imperialismo americano apoiando o industrialismo" (PEREIRA, 1979, pp. 92-93).

Representando essa linha de pensamento do PCB da época, temos a obra de Octávio Brandão *Agrarismo e Industrialismo,*[39] escrita em 1924 e publicada em 1926. Nela, é clara a ideia de que as revoluções pequeno-burguesas de 1922 e 1924 cometeram grave erro ao contarem com o capital norte-americano e inglês. A revolução proletária não deveria ser fator primordial naquele momento, pois, antes, seria necessária uma revolução por parte da pequena burguesia e da burguesia industrial na tentativa de agitar as camadas mais profundas do proletariado na busca de concessões amplas, abrindo um abismo entre os revoltosos e o passado feudal. Dessa forma, a revolução democrática pequeno burguesa criaria possibilidades por meio da aliança entre o proletariado e a pequena burguesia na luta contra os grandes proprietários rurais e feudais; e, num segundo momento, contra a grande burguesia.[40] Essa tese ficou consagrada no III Congresso do PCB, que ocorreu entre os dias 29 a 31 de dezembro de 1928 e 1 a 3 de janeiro de 1929, a qual foi recordada por Astrojildo Pereira (1979) devido às falsas concepções sobre o caráter da revolução brasileira (PEREIRA, 1979, 136).

---

[39] BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil - 1924*. 2. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2006.

[40] BRANDÃO, Octávio. *O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa*. In: ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo, SP: Global Ed., 1985.

O III Congresso caracterizou a economia brasileira como agrária, semifeudal e semicolonial, com capitais estrangeiros empregados em empréstimos públicos e em empresas particulares controlando a indústria de acordo com seus interesses. O cenário econômico era de "luta entre as forças internas de expansão, propulsionadas pelos fatores de natureza diversa, e as forças externas de compressão, sustentadas pelo imperialismo, que suga, explora e oprime as energias do país". Já a análise da situação política é "confusa, esquemática e sectária", afirmando que o imperialismo americano se apoiou, na sua primeira fase, na burguesia industrial, acentuando os antagonismos entre as forças sociais internas e resultando em um aumento da exploração e opressão da massa trabalhadora. Esse posicionamento diante da política nacional conta com erros graves como a apreciação das forças de classe no Brasil: fala-se em "burguesia agrária e conservadora, burguesia industrial e liberal, grande burguesia, pequena burguesia, proletariado, fazendeiros, latifundiários"; porém, não se fala em "camponeses, lavradores, operários agrícolas". Essa nomenclatura é "defeituosa e omissa" o que gera "conclusões esquemáticas" e a formulação de uma teoria da terceira revolta como continuação dos movimentos de 5 de julho de 1922 e 1924, devendo o PCB "subordinar-se a esta etapa estratégica de mobilização das massas" para conquistar sucessivamente "não só a direção da fração proletária, mas a hegemonia de todo o movimento" (PEREIRA, 1979, pp. 135-139).

Essa apreciação do movimento político presente nos Congressos do PCB causou a repulsa do Secretariado para a América Latina da Internacional Comunista, pois orientava todas as táticas em torno dessa terceira revolta. Foram, assim, acusados de "colocar-se a reboque da pequena burguesia", "menosprezar reinvindicações específicas do proletariado", "abandonar as causas camponesas", "esquecer a reforma agrária e a aliança operários e trabalhadores do campo", "não cuidar da formação do PCB", de "esconder o Partido atrás do Bloco Operário e Camponês", "não se preocupar com problemas dos índios e negros" e de inadequada "adoção de uma política pequeno-burguesa contrária ao leninismo e a Internacional Comunista" (LIMA, 1982, p.104).

Acompanhando as reuniões que discutiam essas teses, em Moscou, Heitor Ferreira Lima ficou no lugar de Astrojildo Pereira como representante do PCB. Essas reuniões resultaram numa resolução da Internacional Comunista dirigida ao partido na qual os fatores que prolongavam a crise econômica declarada em 1929 eram: o caráter colonial; a contradição entre o desenvolvimento rápido do modo de produção capitalista com uma base econômica e social feudal e escravagista; e a crise nos Estados Unidos da América do Norte. Essa crise econômica teve como resultados a queda dos pequenos e médios produtores de café, o

desemprego nas cidades e nas fazendas de café, péssimas condições dos operários industriais, agrícolas e dos camponeses; dando forma, assim, a greves, aguçando a luta entre a burguesia industrial, grandes proprietários de terras (não produtores de café), parte da burguesia agrária dos Estados que colide com os grandes fazendeiros feudais, banqueiros, industriais e grandes comerciantes. A luta se torna necessária pelo fato de o imperialismo inglês se apoiar nos fazendeiros feudais, os governantes do Brasil (LIMA, 1982, pp. 108-109).

Dessa forma, o PCB teve como tarefa se preparar para a luta e para o apoio aos revolucionários trabalhadores. Tal partido deveria lutar contra os que buscavam destruir seu papel revolucionário; por uma política proletário-revolucionária que tenha como tarefas a revolução agrária, a libertação do Brasil do jugo do imperialismo, organização de uma República operária e camponesa. A hegemonia do proletariado possibilitaria a revolução agrícola (libertação das formas feudais e coloniais de exploração, confiscação, nacionalização, entrega de terras aos camponeses e trabalhadores agrícolas); libertação do imperialismo; instauração da República Operária e Camponesa agrupando classe operária e massa camponesa. Somente dessa forma é que a revolução democrático-burguesa se transformaria em revolução socialista (LIMA, 1982, p. 109-110). Deve-se compreender o papel da hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa e a necessidade da independência desse partido proletário como evidencia o trecho citado

> Somente um partido marxista e leninista irredutível do proletariado revolucionário que procura atingir, essencialmente, os fins do proletariado na revolução democrático-burguesa e quer, custe o que custar, o desenvolvimento de sua consciência de classe, sem jamais perder de vista que, nesta revolução democrático-burguesa, o proletariado deve ser a vanguarda que arrasta a massa camponesa revolucionária, só um semelhante partido constitui a "única garantia do acabamento" desta revolução e de sua transformação mais rápida e mais fácil numa revolução socialista (LIMA, 1982, p. 111).

Para a Internacional Comunista, a política de alianças fazia com que o proletariado se subordinasse aos interesses burgueses que se ligavam diretamente ao imperialismo, sendo o proletariado a classe que deveria levar a revolução a frente (SEGATTO, 1989, p. 39). Quando se deixou administrar pela Internacional Comunista, o PCB se isolou politicamente, perseguiu intelectuais e proletarizou o partido, deixando de lado o preparo militante e intelectual de seus membros. Foi o conhecido processo de "obreirismo" que convocou operários, afastando e perseguindo os intelectuais (BASBAUM, 1976, p. 76).

Um dos afastamentos resultantes do processo de "obreirismo" foi o de Astrojildo Pereira que ocasionou, posteriormente, sua saída do PCB por espontânea vontade em 1931.

Heitor Ferreira Lima vivenciou todos esses acontecimentos na época em que estava em Moscou, o que permitiu que o mesmo adquirisse experiências e senso crítico sobre as questões apresentadas. Foi também durante sua temporada em Moscou que passou a ler e pensar sobre economia[41], construindo, dessa maneira, sua visão de história. Alguns elementos refletiram na formação de Ferreira Lima como intelectual nacional que viria a ser: o interesse pelas causas latino-americanas; a compreensão dos problemas sociais dos países coloniais; os movimentos revolucionários necessários nesses países e as dificuldades de se tornarem executáveis; os males do imperialismo; o baixo desenvolvimento do mercado interno devido a exploração colonial; e o controle industrial por parte do capital estrangeiro, compreendendo as amarras com o passado colonial. Como representante brasileiro pôde participar das numerosas reuniões, congressos e conferências, aprendendo muito sobre o que antes sequer ouvira falar, conhecendo os principais líderes russos – ao passar três anos na primeira nação do mundo a fazer uma revolução para tentar implantar o socialismo em busca de melhorias e justiça para todos. Porém, o aprendizado maior foi discernir que as lutas enfrentam obstáculos como a incompreensão, o conformismo e as mentiras que buscam manter a exploração das massas trabalhadoras.

No tempo em que esteve na União Soviética, presenciou a centralização de Stalin[42], responsável pelo fim do debate democrático, pelo encerramento na Nova Política Econômica (NEP)[43] e Aplicação do 1º Plano Quinquenal[44]; e teve contato direto com a Internacional Comunista e com a Internacional Sindical Vermelha moldando seu pensamento

---

[41] Como descrito por (ROIO, 1990, p. 44) "Heitor Ferreira Lima estudou *O Capital* de Marx, história contemporânea, história do movimento operário, história da Revolução Russa, sindicalismo, questão agrária, filosofia, organização político partidária, e até algum treinamento militar; sua primeira leitura foi *Questões do Leninismo*, de Stalin".

[42] Stalin tinha se tornado braço direito de Lênin, assumindo controle da Revolução Russa em 1917 e tornando-se secretário geral do Partido Comunista Soviético. Abandonou a Nova Política Econômica em 1928 para adotar os Planos Quinquenais que objetivavam uma industrialização rápida, coletivização forçada e planificação centralizada.

[43] Proposta por Lênin no X Congresso do PC em 1921 devido ao descontentamento das decisões econômicas do chamado Comunismo de Guerra, entrou em vigor em 1922 com os seguintes princípios: liberdade comercial, liberdade de salário aos trabalhadores, autorização da entrada de capitais estrangeiros para reconstrução do país, autorização do funcionamento de empresas particulares.

[44] O I Plano Quinquenal utilizou reservas internacionais e a expropriação de camponeses e pequenos comerciante para realização de grandes empreendimentos de infraestrutura e bens de capital e estatização de empresas comerciais e industriais. Embora tenha transformado a União Soviética em uma superpotência e realizado o sonho de torná-la industrializada como o ocidente, Stalin assumiu uma conduta de ditador e chocou o mundo ao matar e caçar os contrários ao seu sistema, conduta essa denunciada no XX Congresso do Partido Comunista em 1956.

que uniu a preocupação com a industrialização como meio de melhoras sociais e trabalhistas, sempre enfatizando no planejamento.

Após três anos na União Soviética, em outubro de 1930, Heitor Ferreira Lima iniciou a saga de retorno ao Brasil que se iniciou com a negação do visto por parte do consulado alemão – o qual alegou validade ultrapassada do passaporte. Fez uso, então, de um passaporte venezuelano com a promessa de receber em Berlim o passaporte verdadeiro. Dias antes de sua saída, recebeu informações sobre o Brasil através de um relatório de Codovilla, vindo da Argentina. Ferreira Lima embarcou clandestinamente a Alemanha e, de lá, acompanhou o noticiário sobre a luta armada no Brasil (LIMA, 1980, p. 140).

O cerne dessa luta armada encontrou-se na crise econômica que se transformou em uma crise política ocasionando a criação da Aliança Liberal composta por capitalistas e latifundiários insatisfeitos com o governo de Washington Luiz. Assim, duas classes dominantes partiram em busca da presidência do país: de um lado, a oligarquia paulista em apoio à 1ª República, representada por Júlio Prestes; do outro, as oligarquias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, apoiadas pelos tenentes revolucionários e representada por Getúlio Vargas. Este foi, segundo resultados, derrotado e o fato não foi aceito, culminando no Movimento Revolucionário de 1930 que o levou ao poder.[45] Constituiu-se, dessa maneira, como um movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luiz instaurando uma junta governativa provisória que posteriormente transmitiu o governo a Getúlio Vargas.[46]

O PCB fez uma interpretação sobre o movimento – a qual foi publicada em um editorial de *A Classe Operária* – em que afirmava se tratar de um "choque entre dois bandos da política coronelista" e "uma luta entre oligarquias que apoiaram o imperialismo inglês ou imperialismo norte-americano". O Partido comprou a interpretação limitada que a Internacional Comunista fez sobre a realidade brasileira, ou seja, a interpretação de que os países como o Brasil eram semifeudais ou semicoloniais, prevalecendo o sectarismo e a defesa de mudanças revolucionárias com a participação exclusiva do operariado, dos camponeses, dos soldados e dos marinheiros, organizando-se as massas de forma precária. Inexistia um partido coeso, dando margem a uma visão equivocada sobre o Movimento Revolucionário de 1930 (KONRAD, 2012, pp. 68-69).

---

[45] Diorge Alceno Konrad. *1930-1935 – Do isolamento inicial à grande ação de massas com a Aliança Nacional Libertadora.* In: José Carlos Ruy; Augusto Buonicore (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

[46] CASTRO, Ângela Maria de. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935).* In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.3.

Como resultado dessa posição, os líderes do PCB foram perseguidos pelas forças da Aliança Liberal de Vargas. Esse cenário compunha o Brasil para o qual Heitor Ferreira Lima retornou em dezembro de 1930 juntamente com um PCB completamente desarticulado, perseguido e dominado pelo obreirismo[47]. Esse partido encontrava-se em sua pior fase, depois de tantos êxitos anteriores[48], em muitos estados num completo marasmo.

> A velha direção que eu deixara desaparecera. Barbosa e Rodolfo Coutinho saíram, com a dissidência de 1927, Cendón morrera, Astrojildo estava em São Paulo, Octávio Brandão encontrava-se preso, Leôncio Basbaum fugira para o Nordeste, devido às perseguições policiais, Mário Grazzini estava em Moscou, trabalhando na Internacional Sindical Vermelha. Só encontrei Fernando Lacerda e Artur Basbaum (LIMA, p. 140).

Os anos 30 apresentaram uma inflexão no itinerário do PCB devido a mudanças na sociedade[49] e no partido soviético, pois este passou a ser controlado pela autocracia stalinista. Essa autocracia de Stalin teve início com a morte de Lênin, em 1924, quando a corrente trotskista – defensora da expansão da Revolução Russa para os demais países do mundo (incluindo as colônias e semicolônias) – e a corrente stalinista, defensora de uma revolução restrita à União Soviética, entraram em choque. Stalin foi escolhido como sucessor de Lênin e passou a liderar a União Soviética sob uma conduta ditatorial e violação dos direitos humanos. Isso fez com que a União Soviética se tornasse uma superpotência, impondo a industrialização intensiva e a coletivização da agricultura em 1928. Esse acontecimento atingiu diretamente os partidos filiados à Internacional Comunista, o qual inseriu todos aqueles adeptos às antigas ideias bolcheviques[50] na "camisa de força"[51] e resultou em um PCB distinto dos ideais projetados pelos fundadores, sendo Astrojildo Pereira submetido ao ostracismo e Cristiano Cordeiro à crescente marginalização. Heitor Ferreira Lima se preparou numa Internacional ainda não totalmente stalinizada e se comporta, quando retorna ao Brasil, como "herdeiro consequente dos traços mais pertinentes ao período anterior e, pois, entra em rota de colisão com os novos rumos do partido". Representava assim, "a

[47] Como já citado anteriormente, o obreirismo constituiu-se como uma aversão do partido aos intelectuais: convocou operários, afastando e perseguindo os intelectuais (BASBAUM, 1976, p. 76).
[48] Manifestação de 1º de maio de 1929, organização do Bloco Operário e Camponês, Confederação Geral do Trabalho, etc.
[49] Governo Provisório de Getúlio Vargas e perseguição ao Partido como evidenciado anteriormente.
[50] Lênin foi o líder bolchevique e defensor da Revolução Democrático-Burguesa, meio pelo qual se eliminariam os entraves feudais via transformações burguesas para posteriormente realizar-se a Revolução Socialista (MANTEGA, 1987, p. 137).
[51] José Paulo Netto. *Sobre Heitor*. In: Paulo Sérgio Pinheiro; Marcos Del Roio. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

projeção autônoma e nacional do PCB, filtrada pelo seu estágio na escola de quadros leninista" (NETTO, 1990, p. 34).

> Não só se alteram as práticas dirigentes e políticas do PCB, também funcionais ao seu crescimento e à precipitação sócio-política gerada pelo colapso da República Velha e a vitória da Aliança Liberal: altera-se a relação do partido com o conjunto do movimento comunista (suas práticas e representações). É precisamente no curso dessa inflexão que Heitor assume a sua condição de comunista e se forma como quadro dirigente. Sem pertencer ao núcleo dos fundadores, conecta-se basicamente a seus dois componentes mais lúcidos, Astrojildo e Cristiano (NETTO, 1990, p. 34).

Diante dos resultados da Revolução de 1930, que só fizeram fortalecer a burguesia diante o Estado, deixando o proletariado sem autonomia nenhuma após a criação do Ministério do Trabalho, Heitor Ferreira Lima viu esse momento como favorável para o partido se reerguer, pois a classe média aos poucos se desiludia com os problemas do governo Getúlio Vargas como desemprego, miséria, baixos salários e alta do custo de vida. Foi nessa conjuntura que o PCB agiu politicamente influenciado pela III Internacional procurando entender "a realidade socioeconômica e política em que atuava" (KONRAD, 2012, p. 68).

Em dezembro de 1930, Astrojildo Pereira foi afastado do PCB acusado de "resistir à proletarização" e, em janeiro de 1931, aconteceu uma Conferência para reorganização do partido, na qual Ferreira Lima foi aclamado secretário-geral (KONRAD, 2012, p. 70). A primeira medida foi publicar no jornal *A Classe Operária* uma lista de membros expulsos do PCB e preparar "a Marcha da Fome", passeata dos desempregados rumo a assaltos aos armazéns – que resultou em repressão policial e em vários companheiros presos. A "Marcha da Fome", ocorrida em janeiro de 1931, repercutiu amplamente significando um ressurgimento partidário, mas teve perseguição forte, faltando lugar para as reuniões do partido que passaram a se realizar clandestinamente. Em 1931, Luiz Carlos Prestes teve sua "Carta Aberta" divulgada nos jornais, na qual condenava a passividade do Governo Provisório frente às reinvindicações das greves e problemas brasileiros, propondo como solução a "Revolução Agrária e anti-imperialista sob a hegemonia do PCB", evidenciando a necessidade da luta de terras por colonos; operários agrícolas; camponeses pobres; expulsão de imperialistas; desapropriação das grandes empresas nacionais e estrangeiras; e cancelamento das dívidas imperialistas. Dessa forma, Prestes "se enquadrava dentro da linha do PCB, aceitando sua direção, representando isso completa adesão aos princípios comunistas então vigentes entre nós" (LIMA, 1985, pp. 142-145). Isso já havia sido confirmado em maio de 1930, quando escreveu um *Manifesto* em que afirmava ser anti-

imperialista e antilatifundiário, aproximando-se ainda mais do marxismo e do PCB. Porém, o extremo combate ao prestismo dentro do Partido resultou num impedimento dessa aproximação desde aquela época (KONRAD, 2012, p. 69).

> Prestes havia sido convidado por Vargas para ser o comandante militar da revolução, declinou do convite e rechaçou a orientação política da Aliança Liberal. Entretanto, o extremo "antiprestismo", na direção central do Partido, impediu uma aproximação efetiva. Em maio de 1930, a Conferência do Secretariado Sul-Americano da IC propôs novas relações entre os comunistas e o líder revolucionário brasileiro. Mesmo assim, a sua filiação ao Partido não aconteceu, fazendo com que ele, em Buenos Aires, fundasse a Liga de Ação Revolucionária (LAR) (KONRAD, 2012, p. 70).

Heitor Ferreira Lima fez contato com os adeptos da Liga de Ação Revolucionária e recebeu de alguns membros uma doação para o Socorro Vermelho[52]. Esse ato causou a repressão de Inês Guralsky – esposa do Secretário do Bureau Sul-americano Augusto Guralski e representante da Internacional Comunista – que fora enviada ao Brasil para combater Pestes e qualquer aproximação prestista com o PCB; enquanto Ferreira Lima tinha como prioridade aproveitar o descontentamento popular para fortalecer o partido. Guralsky viu nessa atitude uma manifestação da influência prestistas e propôs ao Bureau Político a ida de Heitor ao Nordeste para reforçar o trabalho na região no primeiro semestre de 1931, já que o mesmo era secretário regularmente eleito, o que impedia que fosse removido do cargo sem motivo (LIMA, 1982, pp. 146-148). Esse acontecimento, que impedia alianças partidárias, evidenciou a desarticulação ocorrida dentro do PCB naquela época, fortalecendo-se um grupo dirigente sob as rédeas do obreirismo.

> Na realidade, quem controlava a direção do PCB era a "interventora" Inês Guralsky que encontrara em Fernando de Lacerda um aliado decisivo, e que esperava controlar Heitor Ferreira Lima, por demais jovem e pouca experiência. Heitor se constituíra inicialmente em importante elo internacional do grupo dirigente do PCB em formação, e após a intervenção da IC que desarticulou esse grupo dirigente apareceu como elemento continuador da obra de Astrojildo Pereira e peça de resistência contra a presença impositiva de Ines Guralsky. (ROIO, 1990b, p. 46).

Em junho de 1931, chegou ao Recife onde encontrou muita combatividade dos comunistas, operários e do povo devido descontentamento com a Revolução de 1930 e o constante aumento do custo de vida. Lima, atuando ilegalmente, frequentava assiduamente as reuniões e não percebera pressão policial ostensiva. Em novembro, eclodiu uma sedição no

[52] Organização internacional de auxílio aos presos políticos e suas famílias.

21º batalhão de caçadores, movimento "exclusivamente político, fruto de rivalidades e ambições pessoais". Diante a pregação da greve dos trabalhadores da Great Western, lembrara "do que aprendera na Escola Leninista, segundo a qual, quanto mais extensa e profunda for a greve, maior é a sua probabilidade de êxito". Dessa forma, procuraram os trabalhadores de Pernambuco, incentivando-os a seguirem os trabalhadores ferroviários, o que alvoroçou também os carregadores de açúcar e os gráficos. O movimento paralisou a cidade – o que ocasionou a mudança de Ferreira Lima. O autor participou de uma reunião de camponeses em que passou a conhecer mais sobre os camponeses nordestinos e suas necessidades. Informou-os da situação do país, das dificuldades crescentes e das reinvindicações a serem enfrentadas. Os camponeses dialogaram sobre as dificuldades de vida e trabalho, das necessidade e humilhações pelas quais passavam; dando-se, assim, o primeiro contato com a gente do campo do Nordeste, impressionando a disposição que demonstraram (LIMA, 1982, p. 152). No início de 1932, organizou uma conferência regional sob severa vigilância.

Em Natal, Ferreira Lima e seus companheiros lançaram "manifestos acusando o governo de incúria pela situação do país, atacando ainda o interventor pelos aumentos dos impostos que causavam contínuo crescimento do custo de vida" e foram censurados pelas críticas que fizeram ao Bureau Político (BP). Sua próxima visita foi a Fortaleza, capital de pouco movimento fabril e comercial e de vida complicada, tomada por dois grupos divergentes: os intelectuais (intransigentes) e os operários (Sectários) ambos cobertos por erros e exageros. Ferreira Lima dedicou trabalhos e boletins tratando as questões partidárias na tentativa de controlar a divergência existente. Observou o sofrimento dos retirantes nordestinos, suas péssimas condições de vida e histórias de horror chegando a escrever um relatório ao Bureau Político que foi ignorado (LIMA, 1982, p. 153).

Seu próximo destino seria o Piauí, mas ao tentar embarcar clandestinamente para Teresina em meados de julho, Heitor Ferreira Lima foi preso. Em sua estadia na prisão em Fortaleza, leu alguns livros, incluindo *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Foi deportado para o Rio de Janeiro onde encontrou outros presos políticos. Dentre eles, Minervino de Oliveira, antigo intendente do Bloco Operário e Camponês. Foi informado da Revolta Constitucionalista, na qual segundo autor "os velhos políticos tinham conseguido levar o povo a lutar pelas voltas ao poder, que haviam perdido em 1930" (LIMA, 1982, p. 162).

O Movimento Constitucional de 9 de julho de 1932, que aconteceu em São Paulo, buscou uma mudança constitucional contra o Governo Provisório, sendo duramente reprimido. Nesse momento, o PCB pedia às massas para que lutassem contra o imperialismo, contra o latifúndio e por uma luta armada que buscasse um governo operário e camponês

> Após a derrota do "Movimento Constitucionalista", e, como nova estratégia de governo, Vargas começava a se afastar dos "tenentes", organizados em torno do Clube 3 de Outubro, aproximando-se das lideranças conservadoras de São Paulo. A Assembleia Constituinte foi eleita em 3 de maio de 1933. Visando consolidar o seu poder, Vargas conseguiu incluir na Carta antigas reinvindicações dos trabalhadores. Nesse momento, a tática do governo foi uma aliança com a oposição paulista, na busca de abrandar a luta de classes e limitar a ascensão dos movimentos sociais. Essa estratégia levou Vargas a ser eleito presidente da República de forma direta, em 1934 (KONRAD, 2012, p. 71).

Heitor Ferreira Lima foi transferido para a Colônia Correcional de Dois Rios, presídio que ficava na margem leste da Ilha Grande em frente Angra dos Reis. As condições eram precárias: a comida era ruim – muitas vezes serviam-lhes carne podre –, não havia toalhas para se secarem do banho, usavam uniformes com linhas horizontais chamadas "zebras", dormiam no chão ou nos colchões de capim e acordavam cedo para se dedicarem aos diversos trabalhos. Esses presos políticos comunistas e simpatizantes atuavam separados dos presos comuns. As condições melhoraram decorrido um tempo: conseguiram camas, uma troca de "zebra" a mais e andavam calçados. Porém, o tratamento dos demais presos era repugnante, pois os tratavam como animais. Em junho de 1933 tiveram a notícia de que alguns presos políticos seriam levados ao Rio para serem libertados, dentre eles estava Heitor Ferreira Lima. Porém, ao voltarem ao Rio, protestaram por não serem libertados, o que resultou na volta de Ferreira Lima e José Pereira à colônia. Ficaram por lá mais seis meses e somente em dezembro de 1933 recuperaram a liberdade. Dessa forma, Ferreira Lima ficou preso um ano e meio e em dezembro de 1933, data essa que marca três anos de sua volta da Europa, retornou "à atividade política de antes, porém, sem o mesmo vigor físico anterior, devido ao desgaste de nervos que sofrera e ao desumano tratamento a que fora submetido" (LIMA, 1982, pp. 168-171).

Assumiu, assim, o lugar pelo qual foi eleito no Bureau Político, órgão novo em sua essência, em janeiro de 1934. O PCB, por sua vez, passara por um novo momento de reestruturação após danos do obreirismo virem à tona (KAREPOVS, 2003, p. 49).

Encontrou um Bureau Político composto por Miranda, Martins, Bangu, José Medina, Corifeu de Azevedo Marques, Fernando de Lacerda e Adelino Deícola dos Santos. O país sofria mudanças no panorama econômico e político: a cotação do café que baixara em 1929 permanecera inalterada em 1933 com as queimas; redução das dívidas dos agricultores; intensificação da substituição de importações de manufaturados; novas oligarquias iam

surgindo e se fortalecendo; novos partidos e frentes únicas se organizavam; trabalhadores entrando em ação desencadeando greves. Esse cenário favorecia o trabalho partidário e sindical (LIMA, 1982, pp. 172-175).

Acusado de ser contrário à aplicação da linha sindical do Bureau Político, Heitor Ferreira Lima foi afastado sem ser transferido para qualquer outro órgão. Ele tentou protestar, mas sem êxito. Foi, assim, trabalhar numa alfaiataria e permaneceu juntamente com Grazzini passivo ante os aventureiros do Bureau Político e, enquanto agiam calados, os "antagonistas agiam com presteza e maquiavelismo, como não supúnhamos nem esperávamos" (LIMA, 1982, pp. 172-181).

Heitor Ferreira Lima foi levado, sem saber, para a I Conferência Nacional do PCB, que, segundo o autor, fora manipulada. O assunto principal foram as divergências dentro do Partido, sendo Ferreira Lima e Grazzini acusados de "incapazes de acompanhar o novo ritmo das atividades partidárias" e "não aceitarem a linha traçada pela direção". Como foram levados às pressas para uma Conferência sem aviso prévio, eles não estavam preparados para uma contestação mais profunda e não tinham tempo necessário disponível para defesa. Decidiram pela "expulsão de militantes que já se encontravam afastados, como Leôncio Basbaum, de dirigentes ausentes, como Corifeu de Azevedo Marques, e também Mário Grazzini e Heitor Ferreira Lima", sem qualquer defesa devido a ideia de que discutir e divergir era um ato fracionista e divisionista no Partido (ROIO, 1990b, p. 48). Aconselhado por Gazzini, Heitor Ferreira Lima declarou sua opinião como errada e se dispôs a corrigir suas falhas para permanecer no Partido, sendo cancelada as expulsões de ambos. Esses momentos foram descritos pelo autor como os mais duros e difíceis de toda a sua vida, no qual passou por injustiças e humilhações (LIMA, p. 183).

Nessa Conferência também decidiram os nomes designados para delegados ao VII Congresso da Internacional Comunista, sendo Miranda um deles. Nesse episódio, foi feito um "apelo aos comunistas a fim de promover em todo o Brasil manifestações contra guerra, a reação ao fascismo e, ao mesmo tempo, conclamou ao fortalecimento do Partido". O Congresso teve que ser adiado e se realizou, em Moscou, uma Conferência com os representantes do Partido Comunista da América Latina, em que foram dadas informações que não condiziam com a realidade brasileira, afirmando que o país se encontrava "às portas de um movimento revolucionário que contava com o apoio maciço das Forças Armadas". Em agosto de 1934, a Internacional Comunista decidiu que Carlos Prestes ingressasse no PCB e comandasse o I Congresso Nacional contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, no qual houve

uma chacina. Em protesto, os trabalhadores da Cantareira fizeram uma greve que ganhou força (KONRAD, 2012, pp. 73-76).

Em meio a esse cenário, Heitor Ferreira Lima, que não recebera mais nenhum salário do Partido, voltou para seu cargo de alfaiate e foi lançado candidato a deputado para Câmara Federal devido a seu prestígio. Escreveu um texto para publicar no *Jornal do Povo* visando lançar a ideia da formação de Comitês de Fábrica no Brasil. Com o texto no bolso, foi visitar um alfaiate judeu para aliciá-lo para sua candidatura a delegado-eleitor na União dos Alfaiates e foi detido. Devido a isso, foi deportado ao Uruguai, mas conseguiu fugir. No final de dezembro, tomou um ônibus e chegou a São Paulo em janeiro de 1935 (LIMA. 1985, pp. 184-196).

Chegando em São Paulo, procurou o secretário do Socorro Vermelho, Schester. Voltou ao Rio de Janeiro e passou a preparar o protesto popular contra o II Congresso Integralista. Organizaram uma paralisação do trabalho no dia do Congresso Integralista, manifestação essa de desagrado e que fora contida brutalmente pelos integralistas e chefe nacional. Ferreira Lima ficou responsável por ministrar um minicurso que o PCB decidiu instalar numa chácara em Jacarepaguá. Posteriormente, mudou-se e deu continuação a outro curso em outro local do Rio de Janeiro, retomando a atividade partidária ao se tornar "diretor" da escola do Partido. Após isso, recebeu a proposta de criar e dirigir escola semelhante em São Paulo. Aceitou. Ao retornar a São Paulo em agosto de 1935, Ferreira Lima se ligou ao Comitê Regional através de Aguinaldo Costa. No início de outubro, ficando pronta a casa que serviria como escola, iniciou suas aulas a turmas de dez a quinze pessoas, em geral "jovens, muitos militantes da periferia, todos dedicados, sérios, aplicados" que não podiam sair à rua devido ao perigo de serem presos e descobertos. No final de novembro, conta Ferreira Lima, surpreendeu-se com as notícias de eclosão de levante militar em Natal e Recife. Alguns membros do Comitê Regional acreditavam que aquele era o início da chegada ao poder, fato desconsiderado por Ferreira Lima que concluíra que a participação da massa era fundamental, o que não se verificou naquele momento (LIMA. 1985, pp. 197-198).

A eclosão desse levante militar comandado por Carlos Prestes em novembro de 1935 foi resultado do clima de ebulição criado pela Aliança Nacional Libertadora que teve formação proveniente da organização do PCB – o qual trabalhou pela formação de uma frente única contra Vargas, a guerra, o fascismo e o imperialismo. A Aliança Nacional Libertadora fez com que "o sectarismo, o antiprestismo e o obreirimo perdessem espaço, resultando em uma nova aproximação dos intelectuais, militares e outros setores oriundos da pequena burguesia". Em julho de 1935 foi repreendida por Vargas com base na Lei de Segurança

Nacional passando a atuar na ilegalidade. No 7º Congresso da Internacional Comunista em Moscou, que aconteceu entre julho e agosto desse mesmo ano, a Aliança Nacional Libertadora foi utilizada como exemplo contra o fascismo, passando Prestes a fazer parte da direção da Internacional Comunista e, em novembro, membro do Comitê Central do PCB (KONRAD, 2012, pp. 73-76).

A Revolta de 1935 tinha como bandeira a defesa da reforma agrária e a insatisfação com o governo de Getúlio Vargas. Porém, não havia ainda um amadurecimento revolucionário, tinham força operária ainda débil, falta de apoio da massa camponesa, dentre outros fatores. Resumiu-se, assim, a uma luta armada quase que só de quartéis, o que se mostrou um erro, pois, para o sucesso, era necessário apoio de soldados, marinheiros e toda a população. A Aliança Nacional Libertadora foi fechada pelo governo e o levante armado repreendido, aprovando o Congresso a decretação do estado de sítio que foi prorrogado até 1937. Dessa maneira, entre os anos de 1935 e 1936 o governo foi exercido pelo chefe Executivo Federal, resumindo-se o processo político no pós-34 num reforçamento do autoritarismo (GOMES, 1996, pp. 73-74). Esses acontecimentos, prisões, perseguições e a repressão violenta acentuaram-se

> Em finais de novembro, eclodiram os movimentos libertadores no Nordeste e Rio de Janeiro, sob a bandeira da Aliança Nacional Libertadora e pela instauração do Governo Popular [...] o governo decretou estado de sítio, que logo se transformou em estado de guerra. Iniciou-se um dos piores momentos de repressão na história do Brasil republicano. Milhares de comunistas, aliancistas, patriotas e progressistas foram presos por todo o país. Ainda em 1935, a polícia de /Vargas conseguiu prender mais de 5 mil pessoas e, até o início de 1936, esse número já passava de 15 mil. Os presos eram encaminhados, em sua maioria, para a Ilha Grande, para Fernando de Noronha e para a Casa de Correção do Rio de Janeiro (KONRAD, 2012, p. 81).

Em 1936, o poder de Vargas aumentava juntamente com a repressão, torturas, invasões, perseguições e leis retroativas que possibilitavam condenações sem possibilidade de defesa. Em meio a esse cenário, o PCB se transferiu para Pernambuco e, posteriormente, para Bahia, desmantelando-se devido a essa repressão. Mais à frente, em 1937, com o PCB desmantelado pelas perseguições e repressões, um ambiente de eleições presidenciais e pressão popular pela anistia surgiram. Getúlio Vargas, então, pediu a liberdade dos presos políticos que ainda não tinham sido condenados por meio de um decreto chamado "Macedada". Esse decreto possibilitou uma maior liberdade política. O PCB, por conseguinte,

iniciou a reorganização das direções estaduais e a mobilização popular para um governo que contasse com um presidente que tivesse compromisso com a anistia e com a liberdade democrática, apresentando o nome de Carlos Prestes para a sucessão presidencial. Esse acontecimento provocou divergências e cisão no Comitê Central e na direção do PCB no estado de São Paulo, resultando da adesão do trotskismo por parte dos dissidentes do estado (KONRAD, 2012, pp. 81-83). Porém, Vargas forjou um plano de conquista do poder pelos comunistas, o Plano Cohen, e efetuou o Golpe do Estado Novo em novembro de 1937, intensificando a perseguição aos comunistas.

Em meio essa ilegalidade do PCB, em 1937 Heitor Ferreira Lima foi enviado a Minas Gerais com a missão de reestabelecer contato com a região e de expor a situação política das tarefas de reorganização – através de reuniões e exposições em várias cidades. Também viajou para Campo Grande a fim de reforçar o trabalho local e impedir as forças militares da capital, partidárias de Getúlio Vargas, de atacar São Paulo. Regressando a São Paulo ainda em 1937, encontrou uma luta interna dentro do Bureau Político (BP) devido divergências ligadas às forças motrizes da revolução brasileira, à situação nacional e às tarefas do PCB. Em 1935, a direção do PCB ficou nas mãos de Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, que tentou se juntar a linha de pensamento da IC que defendia o fim no nazifascismo e o apoio as reivindicações burguesas de estímulo à industrialização. Bangu defendia a burguesia industrial como a força para a revolução. Ou seja, as forças motrizes da revolução, que antes se fundamentavam nas mãos do proletariado e aliados, passaram a se encontrar nas mãos da burguesia. Acreditava que somente com a industrialização o proletariado amadureceria como classe revolucionária. Em outras palavras, as forças nacionais deveriam ganhar força através da revolução da burguesia para a conquista de um mercado interno e fim da produção imperialista e fornecimento de matérias-primas (ROIO, 2014, p. 29).

Dessa forma, de um lado encontrava-se Bangu e seu grupo afirmando que as forças da revolução brasileira se encontravam na mão da burguesia; de outro, o Comitê Regional de São Paulo (CR-SP) do qual participava Ferreira Lima – que via a burguesia como incapaz de ser a força motriz para a revolução –, pois tinha ligação com os restos feudais e com o imperialismo, defendendo o proletariado como combustível de uma revolução. Bangu e seu grupo atacaram a proposta dos paulistas, acusando-os de fracionistas e divisionistas. Com esforço foi criado o Comitê Central Provisório que realizou denúncias através de folhetos e manifestos sobre as posições oportunistas de Bangu e seu grupo, que insistiam em debater os motivos das controvérsias como se havia proposto (LIMA, 1989, pp. 209-210). Assim, houve uma mudança de orientação política do Partido que substituiu a hegemonia do proletariado

pela hegemonia da burguesia, que, segundo os mesmos, conseguiria fazer uma revolução democrática ao considerar a industrialização como objeto revolucionário, desprezando a aliança operária e camponesa, deixando de lado a luta contra o imperialismo e feudalismo. Bangu e seu grupo seguiam uma linha oportunista. Eles apossaram-se da direção nacional do Partido em 1936, abandonaram a linha revolucionária de 1935 e ganharam força com o apoio da Internacional Comunista (LIMA, 1985, pp. 213-216).

> Sem argumentos para se defenderem, repetiam as mesmas falsidades de fracionismo e divisionismo, acrescentando as de trotskista e até de policiais, para causarem maior efeito, talvez, fugindo sempre à discussão lisa e direta dos problemas controversos. Jamais conheci no P.C.B. tanta baixeza moral, tanta desonestidade, tanta ausência de escrúpulo (LIMA, 1982, p. 210).

Os determinantes dessa divisão foram desacordos ideológicos[53], políticos [54] e desacordo à legitimidade da direção existente no PCB a partir de 1936, sem participação de órgão superiores (Congressos, Conferências) e conhecimento da Internacional Comunista (LIMA, 1982, p. 210). Afirmando que Bangu defendia interesses pessoais e buscando democracia e solução das divergências, Lima e Tito Batini propuseram uma Conferência Nacional que foi recusada. Como uma segunda forma de informar as divergências que ocorriam, Heitor Ferreira Lima[55] e mais alguns companheiros de luta escreveram o *Documento dos 15* em outubro de 1937, dirigindo-o ao Bureau Político do PCB. Esse documento denunciava: os planos fracionistas que negava as leis bolcheviques de unidade partidária; a falta de interação com a massa; o apoio à burguesia etc. Ainda sobre esse mesmo documento, afirmam que se trata de um apelo "de camaradas para camaradas" na busca de uma solução que impeça a divisão do Partido, na luta contra o fascismo e os perigos da guerra (LIMA, 1982, p. 219).

Com o acirramento da luta interna dentro do PCB foi pedido que os militantes mais responsáveis pelos acontecimentos escrevessem uma *Carta Aberta* ao Partido. Ferreira Lima publica sua carta na íntegra em sua autobiografia como forma de complemento ao que escreveu sobre o *Documento dos 15*. Nesta carta busca "compreender a origem e o caráter do

[53] Desacordo sobre as forças hegemônicas da revolução brasileira: para os "bangusistas" era a burguesia nacional - revolução democrático-burguesa; e para Heitor Ferreira Lima e seus apoiadores, dada a ligação da burguesia nacional com os restos feudais e o imperialismo, a função era do proletariado.

[54] Desacordo sobre o problema de sucessão presidencial: para Heitor Ferreira e seu grupo a proposta era a criação de uma frente única democrática, tecendo inúmeras críticas as plataformas dos candidatos, forçando-os a um compromisso com os interesses populares; já Bangu defendia o apoio de um só candidato.

[55] Heitor Ferreira Lima assina como Júlio (Barreto), pseudônimo adotado dentro do PCB depois do regresso da Europa em dezembro de 1930.

oportunismo de Bangu e André, assim como esclarecer os métodos e processos desonestos e antiproletários que essa gente usa nas discussões" (LIMA, 1982, p. 223).

Mesmo declarando assumir "inteira responsabilidade" e estar "pronto para prestar contas perante qualquer órgão regular de nosso Partido, ou qualquer comissão ou pessoa por ele designado para esse fim"; e mesmo afirmando ter um "passado de 15 anos de luta dentro das fileiras de nosso heroico PCB" e "energia para pelejar com ardor pelos ideais de Marx, Engels, Lênin" (LIMA, 1982, p. 227), Heitor Ferreira Lima foi preso em 15 de maio de 1938 quando caiu em uma cilada armada por "Pernambuquinho" que o levou até uma reunião (LIMA, 1989, p. 228).

Para Ferreira Lima, o PCB tinha feito sérios desvios até 1930 e havia se lançado em um levante militar despreparado em 1935 – sem apoio das massas operárias e camponesas –, mostrando incapacidade de agir perante situações complexas e conturbadas. Bangu transferiu-se para o Rio de Janeiro e continuou a caluniar Ferreira Lima e seus seguidores como trotskistas e divisionistas. A Internacional Comunista comprou essa ideia e passou a atacar o grupo opositor sem verificar as acusações, nascendo daí uma contradição enorme, pois a Internacional Comunista orientava os comunistas na luta contra Getúlio. Houve desagregação e o Comitê Regional retirou o seu apoio ao Comitê Central Provisório em 1938, encontrando-se Ferreira Lima preso (LIMA, 1985, p. 213).

A polícia tinha consigo um vasto material do Comitê Central Provisório e de Bangu, fatos que fizeram Ferreira Lima assumir a posição de luta interna dentro do PCB. Ferreira Lima foi condenado pelo crime contra a ordem social, Lei nº38 de 1935 e, mais tarde, transferido para o Presídio do Paraíso onde conseguiu condições melhores que as iniciais, arrumou um advogado chamado Alberto Nunes Brigagão que conseguiu uma pena de um ano e três meses. Em final de agosto de 1938, foi libertado e encontrou o cenário mundial inserido em uma crise na qual o auge levaria à Segunda Guerra Mundial; avanço do nazismo e do fascismo na Europa; invasão da China pelo Japão; liquidação da velha guarda bolchevique e Exército Vermelho pelos stalinista na União Soviética. Já no Brasil, as oligarquias estaduais lutavam pelo poder e Getúlio Vargas incentivava a propagação do integralismo acenando para a população o perigo comunista. Encontrava-se o caos: paralisação de organizações sindicais e populares; entrechoques de Getúlio com os militares; criação de uma nova Constituição que suspendia garantias individuais, políticas e de imprensa; descontentamento e demissões nos cargos políticos; extinção dos partidos etc. Assim, caminhava o país para o Estado Novo:

"sem perceber mudara de regime, inconsciente da gravidade dos fatos, vai pouco a pouco sentir os efeitos da transformação. Entrava-se o regime do despotismo e do medo".[56]

Nesse período, sem dinheiro para retornar ao Rio, Ferreira Lima passou a frequentar a Biblioteca Municipal de São Paulo e, no final de 1939, com a ajuda financeira de amigos do partido, regressou ao Rio de Janeiro, local este onde encontrou muitos refugiados europeus e um ambiente de tristeza. Sua maior preocupação naquele momento era como resolver a hecatombe na qual o mundo e o país se inseriam (LIMA, 1982, pp. 228-234).

Foi morar no bairro Estácio de Sá com sua mãe, arranjando emprego como "chefe" de escritório numa empresa de gás néon. Seu trabalho compreendia atender telefonemas de clientes que reclamavam defeitos dos produtos e também escrever – à máquina – os recibos que cobrava dos fregueses. Recebia pouco, o básico para a sua manutenção, ocupando suas noites na biblioteca com leituras das biografias de Castro Alves, autor sobre o qual escreveu uma biografia chamada *Castro Alves e sua Época,* sua primeira obra – a qual foi publicada em 1942. Nesse retorno, se deparou com o Carnaval; porém, era um novo Heitor que não vira maiores encantos na festa que um dia o havia conquistado (LIMA, 1982, pp. 243-245).

> Da minha parte, eu passara por grandes transformações na vida dura que enfrentara, perdendo o otimismo juvenil que possuíra, as esperanças fáceis que tivera, a alegria espontânea que via em tudo. A rudeza da existência marcara-me para sempre (LIMA, 1982, p. 245).

Ainda em 1939, Bangu, na insistência de destruir a imagem de Heitor Ferreira Lima, escreveu para o jornal *A Classe Operária* afirmando que a mãe do autor era conivente com o "grupo trotskista" e que estava a serviço do mesmo. O grupo banguzista ainda publicou artigos como *O trotskismo e suas máscaras*, na qual denunciava Ferreira Lima, acusando-o, juntamente com seu grupo de espiões, de desagregarem o Movimento de Libertação Nacional, de servidores do imperialismo e da polícia. Ainda nesse texto, alertou que Heitor estava na cidade do Rio de Janeiro e que os cidadãos deveriam ficar atentos. Para este, essa atitude ressaltava uma baixeza moral inadmissível, pois se tratava de denúncias mentirosas e sem fundamento.

Assim, os anos de 1930 marcaram uma fase de forte repressão no PCB por parte de um governo anticomunista e de um Estado policial. Vargas, sob o pretexto do perigo vermelho, consegue, com a consolidação do Golpe Fascista do Estado Novo em setembro de

[56] Edgar Carone. *Revolução no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, São Paulo Editora S.A., 1965, p. 169.

1937, o retorno de uma repressão e de uma ditadura que já havia se instalado há muito tempo (KONRAD, 2012, pp. 83-84).

Baseado nesses anos, considerados pelo autor como anos de "duro combate", teceu várias críticas ao modo de ação do PCB, afirmando que o mesmo se isolava das questões das massas trabalhadoras e desconsiderava a realidade que os rodeava, fazendo uso de um sectarismo, impondo ideias à força e agindo de maneira intransigente com a oposição. Não admitiram a perda da hegemonia, comportando-se de forma sabotadora e tentando desmoralizar as decisões dos organismos de massa. Percebe-se, dessa forma, uma precariedade ideológica e orgânica propiciando o aventureirismo entre os dirigentes.

Entretanto, não só de desacertos se fez o PCB, mas também de elementos positivos na atuação política e social. Havia um combate aos problemas – miséria, desemprego, denúncia de um governo com o domínio de velhas oligarquias dominantes, atuação no meio operário (greves, sindicatos etc.), exploração imperialista, reivindicações sociais (melhores condições de trabalho, redução da jornada, descanso semanal, melhores salários), direitos dos menores e mulheres etc. – que assolavam o país. Por esse motivo, colocaram em evidência outros problemas que nunca haviam sido debatidos, como a questão agrária e o direito dos negros e índios. Logicamente, essas realizações não foram ações únicas do PCB e militantes, mas, também, de outros grupos políticos e ideológicos (LIMA, 1982, pp. 236-240).

Desse modo, encerrou-se o ciclo de militância de Heitor Ferreira Lima. Após a divisão do PCB e dos ataques de Bangu, o autor se desiludiu com a luta na militância comunista e passou por um período de produção intelectual. A sua preocupação com a questão nacional não foi deixada de lado. Ao contrário, intensificaram-se e se solidificaram através da publicação de várias obras sobre industrialização e a história econômica do Brasil. Cabe, agora, abordar esse período de forma mais detalhada.

1.3 Um período de produção intelectual e calmaria

A terceira e última parte deste primeiro capítulo tem como objetivo elucidar a vida de Heitor Ferreira Lima a partir dos anos de 1940. Ao se deligar do PCB, o autor passou a desenvolver um trabalho intelectual árduo que resultou em publicações de algumas obras; escritos em Revistas e Jornais; e a participação na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). As decepções dentro do PCB, juntamente com uma época de perseguições, fizeram com que ele se transformasse em uma pessoa menos otimista, embora sua luta tenha

continuado por meio de seus escritos que buscaram discutir os meios para o desenvolvimento da nação.

> Da minha parte, eu passara por grandes transformações na vida dura que enfrentara, perdendo o otimismo juvenil que possuíra, as esperanças fáceis que tivera, a alegria espontânea que via em tudo. A rudeza da existência marcara-me para sempre (LIMA, 1982, p. 245).

O cenário do Brasil no início dos anos de 1940 era composto por repressões que ocasionaram o acirramento dos ânimos populares contra a Ditadura do Estado Novo, implantada em 1937, e caracterizada por um "Estado forte, centralizado e apartidário, suficientemente distante das forças sociais em confronto para resguardar sua autonomia e mesmo neutralidade de ação".[57] Nesse período, em que imperava a fase de dura repressão ao PCB por parte do governo, os antigos remanescentes da direção do partido que escaparam das perseguições foram presos, ficando o PCB sem direção nacional até 1942. Em julho desse mesmo ano, organizou-se uma passeata estudantil liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) na luta contra o fascismo. Com a Batalha de Stalingrado em 1942 e a derrota das tropas nazistas pelos soviéticos, o respeito ao comunismo e à União Soviética foi fortalecido, iniciando-se a reorganização do PCB em meio a clandestinidade. Em 1943, foi realizada a 2ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil que definiu o PCB como líder da luta patriótica contra o nazismo, escolhendo José Medina como secretário-geral e Prestes e Marighella no Comitê Central (KONRAD, 2012, p. 85-87)

O PCB passou por uma situação de reestruturação e, nesse período, existiam dois grupos: de um lado, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) do Rio de Janeiro, criada para recomposição do núcleo dirigente nacional do PCB e composta por partidários de Bangu; e, do outro, o "grupo baiano", composto por comunistas que se deslocaram para o Rio de Janeiro e São Paulo para reorganizar o partido. O contato entre esses dois grupos através do intermédio de Diógenes Arruda Câmara e a incorporação de João Aranha e Pedro Pomar resultaram no apoio de Carlos Prestes que ainda se encontrava na prisão desde 1936. Surgiram, então, três propostas conflitantes sobre a política a ser adotada em relação ao governo Vargas: o grupo liquidacionista comandado por Fernando Lacerda e que defendia a união em torno do governo de Getúlio Vargas; o grupo paulista de Caio Prado

[57] Eli Diniz. *O Estado Novo: Estrutura de Poder Relações de Classes*. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.3.

Júnior[58], que defendia a não união em torno do governo de Vargas e a sua derrubada, a luta contra o nazifascismo e a luta contra o Estado Novo; e o grupo da CNOP que defendia a união em torno do governo de Vargas, pois "não havia motivo para, naquele momento, fazer oposição a um governo que encabeçava a guerra contra os inimigos principais do proletariado e dos povos do mundo" (BUONICORE, 2012, p. 289-91). Um nome de destaque que apoiou as ideias da CNOP foi o de Prestes. Essas ideias foram oficializadas na II Conferência Nacional do PCB, em 1943, na qual elegeram um Comitê Central que deu a Carlos Prestes – este ainda se encontrava preso –, a vaga de secretário-geral. Diante da luta entre Vargas, que possuía um projeto democratizante, e seus opositores (forças liberais), que visavam manter o poder das classes dominantes, o PCB fez uma escolha estratégica. Aliaram-se a Vargas "contra a UDN e os liberais, que abertamente tinha enveredado pela via do golpe militar na tentativa de controlas e fazer abortar o processo nacionalista e democratizante em curso (VINHAS, 1982, p. 77). Afirmavam defender "uma linha política de União Nacional contra o fascismo, o total apoio do governo Vargas no esforço da guerra, luta pela anistia, contra a carestia, pelo aprimoramento da Previdência Social, pela normalização institucional e pela legalidade do PCB" (VINHAS, 1982, p. 75).

Assim, o PCB preparou um novo programa político-econômico no qual Prestes pedia ao presidente apoio e aos trabalhadores que "apertassem seus cintos, ante a miséria crescente que enfrentavam", impulsionando um PCB com ideias incompatíveis com aquelas de 1920. Percebendo o avanço da oposição, e procurando evitar que o poder fosse para as mãos das oligarquias remanescentes e aliados, Vargas mudou seu regime político regulamentando as eleições presidenciais, anistiando presos políticos[59] e legalizando os partidos como o PCB (IANNI, 1971, p, 77-79). Na legalização do Partido "houve uma verdadeira enxurrada de adesões de pessoas de todas as classes, em primeiro lugar, naturalmente, de operários. O Partido crescia com uma rapidez que não havia tempo para o serviço burocrático" (BASBAUM, 1976, p. 189). Em outubro de 1945, um golpe militar depôs Getúlio Vargas e as eleições de dezembro demonstraram um avanço das forças operárias. Prestes foi eleito senador e deputado, o PCB se aliou ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e, em 1947, elegeram-se 46 deputados comunistas. Tinha-se um avanço. Porém, com o início da Guerra Fria, as forças opositoras já se prepararam para ir contra esse avanço. Dividindo-se o mundo entre Estados Unidos e União Soviética, o Governo Dutra, posterior ao

[58] Não apoiavam a aliança com Vargas, adotando uma posição de luta "contra o inimigo externo – o totalitarismo alemão e italiano – e, concomitantemente, lutar contra o inimigo interno, isto é, o totalitarismo do Estado Novo" (CARONE, 1982, p. 14).
[59] Incluindo Prestes em 1945.

Governo de Vargas, rompeu com os soviéticos. O resultado disso foi o retorno do PCB a ilegalidade e a decisão de radicalizar suas posições, perdendo influência (VINHAS, 1982, p. 94). Essa radicalização decorreu também de "algumas mudanças ocorridas no Movimento Comunista Mundial, provocadas pela criação da *Agência de Informação dos Partidos Comunistas (Kominform)*[60]*,* em 1947" (SEGATTO, 1989, p. 71).

Ferreira Lima e alguns poucos amigos não apoiaram essa repaginação do partido no início dos anos 1940 e assumiram postura contrária às novas ideias. O partido não tinha direção centralizada e nem unidade ideológica. Em meio ao desprezo dos novos representantes e desgosto em ver os rumos do partido pelo qual dedicou parte de sua vida, Heitor Ferreira Lima decidiu ampliar seus horizontes e se direcionou a outras atividades. Sua vida tomou novos rumos em julho de 1941. Recebeu um convite de Tito Batini para trabalhar no jornal paulista chamado *O Esporte* e aceitou, já que o Rio o sufocava devido a seu passado de difamação feita por Bangu e seu grupo. Trabalhou na publicidade do jornal conseguindo anúncios, porém não tinha vocação nenhuma e ganhava muito pouco. Como Batini tinha boa relação com intelectuais paulistas, levava Ferreira Lima para visitar alguns deles (LIMA, 1982, pp. 245-248).

Foi também nesse ano que embarcou para Montevidéu, a convite de amigos, na tentativa de explicar a luta interna que havia ocorrido no PCB em 1937 e esclarecer sua posição. Foi surpreendido com um tratamento grosseiro, reflexo das calúnias e falsidades disseminadas por Bangu, retornando a São Paulo abatido, envergonhado e decidido a cuidar de sua sobrevivência em São Paulo (LIMA, 1982, pp. 149-152).

Em 1942, Joaquim Maciel Filho, conhecido como Macielzinho, apresentou o nome de Heitor Ferreira Lima e o de Tito Batini para oferecer serviço de publicidade à sucursal da renomada revista econômica da época, *O Observador Econômico e Financeiro* onde permaneceu até 1955. Ao conhecerem o diretor da Revista, Humberto Bastos, foram convidados a trabalhar. Este convite foi aceito por Heitor Ferreira Lima, que encarou esse emprego como uma oportunidade, pois tinha certa afinidade como os assuntos relacionados a empresas industriais e comerciais, bancos etc. Em 1943, casou-se com Carmem – com quem teve um filho chamado Roberto. Nesse mesmo ano, com a transferência de Humberto Bastos para sucursal do Rio de janeiro, passou a ocupar o cargo de diretor da revista em São Paulo, o que resultou um aumento de seu ordenado e a oportunidade de auxiliar financeiramente sua

[60] "A Kominform retomava em muitos aspectos a política de centro dirigente do Movimento Comunista Mundial, da extinta IC, com sua prática fortemente marcada pelas concepções do Partido Comunista da União Soviética e pelo dogmatismo stalinista. A Kominform, terá sua influência nas concepções e 109 práticas políticas do PCB, nos anos seguintes, até sua extinção em 1956" (SEGATTO, 1989, p. 71).

mãe que ficara no Rio de Janeiro. O contato com Bastos foi importante, já que como "estudioso dos problemas nacionais e da história econômica" auxiliou o rumo tomado por Ferreira Lima, posteriormente, ao proporcionar ao autor contato com banqueiros, industriais e intelectuais da época. Essa ampliação da rede de contatos possibilitou sua indicação em 1944 para participação do Conselho de Economia Industrial da FIESP (LIMA, 1982, pp. 254-255).

Concomitantemente ao trabalho no *Observador econômico e financeiro*, iniciou participação na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Trabalhou no Conselho de Economia Industrial da FIESP e, em 1946, passou a dirigir a *Revista Industrial de São Paulo*, periódico da FIESP, onde permaneceu até 1949. Em 1950, a revista e o Conselho de Economia Industrial fecharam, passando Ferreira Lima a dirigir o *Boletim Informativo da FIESP* até 1952. Em 1953, se tornou membro do Departamento de Economia Industrial. Em 1956, iniciou o cargo chefe do Departamento Econômico no Consórcio Brasileiro de Investimentos onde permaneceu até 1959. Em 1960, assumiu o cargo de economista na FIESP onde atuou estudando e realizando pareceres sobre projetos de lei de aspectos econômico e financeiro apresentados ao Congresso Nacional, escrevendo discursos presidenciais quando se tratava de história das indústrias, preparando pequenos estudos – e publicando-os no *Cadernos da Indústria –,* participando de reuniões, de encontros de reinvindicações e sugestões, participando das Convenções das Indústrias (congressos da indústria paulista) etc. (LIMA, 1982, pp. 264-265).

A FIESP foi criada por Roberto Simonsen em 1945, em meio ao conflito armado internacional e ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Simonsen tinha "larga visão histórica do momento que atravessávamos" em que se figurava a busca pela reestruturação das instituições. Humberto Bastos foi convidado por Simonsen para ser integrante desse órgão, porém o mesmo recusou e indicou o nome de Heitor Ferreira Lima (LIMA, 1982, p. 261).

> Ao contrário de Bouças, Roberto Simonsen era alto, olhos azuis, cabelos castanho-claros, ereto de busto, usando invariavelmente terno cinza-claro, variando apenas nas tonalidades e bengala de estoque. Desenvolvendo prodigiosa atividade de classe, política e social, achava tempo para atender todos os que o procuravam, desde um ministro a um simples funcionário da Federação das Indústrias. Não fumava nem bebia, a não ser chá. Afável no trato, atencioso com todos, era enérgico nos objetivos visados e exigente no trabalho. Estudava incansavelmente os problemas econômicos e sociais do Brasil, possuindo, por isso, a tal respeito, convicções fortes, arraigadas, que defendia com ardor (LIMA, p. 263).

Apesar dos poucos anos de convivência dentro da FIESP, a presença de Roberto Simonsen na obra de Heitor Ferreira Lima é clara. Ferreira Lima o considerava mais um

professor do que um industrial, sempre agindo de forma independente e sem ligação subalterna ou governamental, buscando novos caminhos para o desenvolvimento do país pautado na industrialização. Acredita-se que, a partir desse contato com Simonsen, Ferreira Lima tenha mudando os argumentos que o nortearam na fase de militância.

Cabe, então, abordar de forma breve o pensamento de Roberto Simonsen, considerado uma figura de manifestação da burguesia industrial brasileira. Ele possuía uma visão conservadora sobre a Reforma Agrária, obviamente por representar os interesses da classe burguesa e acreditar que o direito da propriedade privada da terra não poderia ser retirado da mesma. Utilizava como exemplo a União Soviética, afirmando que as "profundas reformas agrárias promovidas nesses países constituem, porém, um fator de limitação na produção de gêneros de alimentação".[61]

A preocupação com a América Latina conduziu sua vida e obra, como observado no trecho que segue

> [...] Com a difusão do ensino e a divulgação dos progressos mundiais, cresce, diariamente, na América Latina, a insatisfação das massas, e daí a instabilidade de nossas instituições governamentais e o amplo campo que se oferece à propaganda extremista. Os 120 milhões de latino-americanos, ocupam uma área territorial de importância estratégica vital, não só para a defesa do continente, como também para a segurança da grande democracia norte-americana. Reequipar o homem europeu, e manter e agravar a pobreza latino-americana, além de constituir uma injustiça social, significa também incorrer num grave erro de estratégia política. (SIMONSEN, 1973, p. 339)

Muito da teoria cepalina se fez presente nos pressupostos de Simonsen, que sempre esteve em defesa da industrialização nacional e do planejamento econômico. A CEPAL foi uma comissão criada pela ONU em 1948 com o intuito de "explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo". Trouxe à tona o termo subdesenvolvimento, classificando-o como a forma de capitalismo das nações atrasadas (MANTEGA, 1984, p.34).

A explicação da CEPAL, formulada por Prebisch, para os países atrasados da América Latina, constituiu-se na deteriorização dos termos de troca que consistia no argumento de que os preços dos produtos primários exportados declinavam em relação aos produtos industrializados importados, absorvendo os países centrais por meio do excedente

[61] SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* 7 ed. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.

dos países periféricos via preços. A solução para esse problema seria o progresso técnico, industrialização via intervenção estatal (desenvolvimento do mercado interno via processo de substituição de importações) para aumentar a renda nacional e a produtividade e retenção dos frutos do progresso técnico. O papel do Estado era planejar e intervir, sempre incentivando a industrialização, sem deixar de reconhecer o papel importante do capital estrangeiro nesse processo (MANTEGA, 1984, p. 39-42).

Simonsen acreditava que "o sucesso do projeto de industrialização dependia de um decidido apoio governamental" enfatizando a importância do "protecionismo e planejamento" (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 84). Em 1932, a burguesia – que era contra a centralização do poder –passou a reverter seu pensamento e apoiar o governo Vargas, defensor da ordem ameaçada pelo levante comunista e da ideia de fortalecimento do protecionismo, já que sem ele os industriais brasileiros estariam despreparados para enfrentar os produtos estrangeiros. Com isso, as premissas protecionismo e planejamento ganharam força e entraram em prática (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 84). Em 1939, Simonsen publicou *Evolução industrial do Brasil*, obra na qual abordou as dificuldades do processo de industrialização, ignorando o trabalho escravo e enfatizando a produtividade das "indústrias" de extração e agricultura dos séculos XVII e XVIII. Sobre o século XIX, destacou o trabalho livre conquistado em 1988, a vinda de colonos europeus ao Brasil e a produção cafeeira, constituindo-se, assim, o mercado interno. Afirmava que "progresso industrial, em sua maior parte alheio à ação dos governos e às questões da política interna, gerado por um determinismo econômico inelutável" (SIMONSEN, 1973, p. 29), contudo, não avançaria o desenvolvimento no século XX, pois as "indústrias pesadas e de base não se podem, porém, formar, com facilidade, sem a existência de capitais e sem a adoção de uma política econômica governamental definida e segura, dentro da qual estejam claramente delineadas as normas da política industrial" (SIMONSEN, 1973, p. 30).

Simonsen acreditava na boa vontade norte-americana, defendendo, dessa forma, a existência do imperialismo americano no país

> Os Estados Unidos, com toda a sua boa vontade para com o Brasil, também, não podem adquirir produtos nossos na escala de que necessitamos, para fornecer, em troca, produtos industriais a 45 milhões de consumidores. Temos de buscar nos Estado Unidos, ao invés de artigos de consumo imediato, de preferência produtos para o nosso equipamento econômico. Acontece que é exatamente nesse setor que os Estado Unidos desenvolvem as suas maiores atividades produtoras. A situação nos está, portanto, mostrando como é possível o perfeito ajustamento econômico entre os

> nossos dois grandes países, sem ferir a nossa evolução industrial, que é absolutamente incomprimível (SIMONSEN, 1973, p.49).

Simonsen foi presidente da FIESP até 1946, sempre trabalhando na elaboração de um programa econômico industrial para o país. Essa linha de pensamento intitulada desenvolvimentismo ganhou força em 1950, unindo planejamento econômico, papel estatal e industrialização. As ideias desenvolvimentistas eram divulgadas em alguns veículos. Dentre os quais, encontramos, além da FIESP, a Revista *Estudos Econômicos* e *Desenvolvimento & Conjuntura* e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Essa inspiração de Heitor Ferreira Lima em Roberto Simonsen será discutida mais adiante ao abordarmos suas publicações na década de 1950 e 1960 no Capítulo 2.

Retornando a trajetória de Heitor Ferreira Lima, outros trabalhos, além da FIESP, foram citados em sua autobiografia, destacando-se as atividades de tradutor, escritor e jornalista.

> Os meus trabalhos eram sempre especializados, referentes ao nosso movimento econômico em geral, com exposições, exames e, às vezes, críticas do desenvolvimento industrial, comercial, agrícola, nível de vida, medidas governamentais estimuladoras ou cerceadoras, assuntos urbanos, bancários, capitais estrangeiros, comentários de relatórios de ministros e líderes patronais. Procurava fazê-los de forma objetiva, como jornalista, tendo em vista o interesse coletivo. Percorrendo-os agora verifico com surpresa que, não obstante o imediatismo com que eram escritos, encerram boa parte da vida material do país daquela época, confirmando o que li recentemente num artigo do Tristão de Athayde, ao dizer que o "cronista é o historiador do presente e o historiador é o cronista do passado (LIMA, 1982, p. 268).

Referente às suas atividades como jornalista, contribuiu para o jornal *Dom Casmurro* no Rio de Janeiro em 1940. Já em São Paulo, contribuiu praticamente em quase todos os jornais, desde os mais antigos e tradicionais até os mais novos como *A Noitinha*, *O Estado de São Paulo*, *A Hora*, *Jornal de Notícias*, *A Época*, *Última Hora*, *Correio Paulistano*, *Momento Econômico* e *A Nação*.

Já sobre seus trabalhos nas revistas, de acordo com as informações dadas pelo próprio autor, contribui nos anos de 1940 com a revista *Hoje*[62] – na qual escreveu sobre os problemas nacionais – e nos anos de 1950 com a *Revista Brasiliense*. Na década de 1960,

[62] Em 1944, foi adquirida por Caio Prado Jr. e tomou caráter mais político. Tempos mais tarde, foi doada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e transformou-se em seu jornal diário (LIMA, 1982, p. 268).

trabalhou para a revista *Letica*, para a revista *O mundo Motorizado* e para a revista *Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).* Trabalhou, também, para a revista *Indústria e Comércio* entre 1971 e 1978, órgão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Além disso, publicou alguns artigos esporadicamente na *Desenvolvimento & Conjuntura*, *Revista do Comércio*, revista *Indústria e Desenvolvimento*, revista *Trópico*, *Revista Têxtil*.

Também trabalhou na tradução para as *Edições Cultura* e para a *Livraria Martins Editora* entre 1943 e 1946. Mesmo com todos esses trabalhos, Heitor Ferreira Lima diz não atribuir valor especial ao que publicou, afirmando ser resultado de um aprofundamento nos estudos sobre a situação do Brasil, "procurando, no pretérito, suas raízes, quer de erros, quer de acertos, pois, quanto aos primeiros, como já disse alguém, o povo que esquece seus erros cometidos está condenado a repeti-los" (LIMA, 1982, p. 271).

Referente as obras que publicou durante a sua trajetória, temos vários títulos. Em 1942, publicou *Castro Alves e a sua época*, obra escrita no Rio de Janeiro durante o início da Segunda Guerra e que ficou pronta quando regressou a São Paulo. Já em 1954, foi a vez de *Evolução Industrial de São Paulo*, no qual realizou um esboço histórico da industrialização em São Paulo, reunindo trabalhos antes divulgados nas revistas e com base nos Recenseamentos Estatísticos do Brasil por ocasião do IV Centenário da Fundação da cidade de São Paulo.

Na década de 1960, publicou *Formação Industrial do Brasil (1961)*, resultado de sua pesquisa sobre a nossa história, em particular o período colonial; *Mauá e Roberto Simonsen (1963)*, que uniu um ensaio feito sobre Mauá para o *Jornal do Comércio* e outro sobre Roberto Simonsen para o *Homens de São Paulo*; *Do Imperialismo à Libertação Colonial (1965),* no qual realizou um resumo da análise da economia brasileira de 1890 a 1960.

Nos anos de 1970, publicou *História Político-Econômica e Industrial do Brasil (1970)* em que resumiu pesquisas que estava realizando; *Três Industrialistas Brasileiros (1976)*, resultado da união dos artigos sobre Mauá, Roberto Simonsem e Rui Barbosa da revista *Desenvolvimento & Conjuntura; História do Pensamento Econômico no Brasil (1978)***,** resultado de suas buscas sobre a história econômica do Brasil e os aspectos industriais.

Nos anos de 1980, se dedicou às biografias: em 1982 à sua autobiografia *Caminhos Percorridos: memórias de militância* e em 1987 *Perfil Político de Silva Jardim*.

Alguns outros trabalhos que o autor mencionou em sua autobiografia são: a Tese para a Conferência de Raye, publicada pelo Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, em 1944; um pequeno ensaio sobre Roberto Simonsen que apareceu no livro Homens de São Paulo, em 1955; a conferência que pronunciou sobre a Indústria no Brasil Colonial num ciclo de palestras na FIESP, que foi divulgada em um volume chamado *Capítulos da História Colonial*, em 1959*;* a conferência abordando Matérias-primas e Desenvolvimento Industrial, que apareceu na brochura *Problemas da Economia Industrial*, em 1962; e a contribuição para o livro *São Paulo, Terra e Povo* intitulada *Parque Industrial de São Paulo.*

Em 1975, após um total de 38 anos de trabalho, aposentou-se afirmando ser claro que trabalhara muito mais, inclusive como alfaiate; encerrando uma época de "trabalho sacrificado, obrigatório" que constituíra toda a sua existência (LIMA, 1982, p. 284).

> Devo fazer julgamento de todo esse passado aqui exposto toscamente. Não cabe a mim procedê-lo. Estou convencido, todavia, de ter caminhado sempre com dignidade e honestidade, lutando, na medida de minhas débeis forças, por ideias nobres e elevados, aspirando melhores dias para a humanidade. Da sua realização final não duvido, sendo apenas questão de tempo, porque acredito no poder inelutável do progresso, sempre triunfador (LIMA, 1982, p. 290).

Dessa forma, esse período marcou a paz tão almejada, que, segundo o autor, durou pouco com o advento da Guerra Fria. Ocorreu nesse período a libertação colonial desigual que deu origem ao Terceiro Mundo, bem como a volta de Heitor Ferreira Lima à legalidade, ao trabalho seguro e remunerado. São Paulo se tornou sua casa, em meio ao ambiente sufocante que se encontrara o Rio de Janeiro, proporcionando-lhe o envolvimento com o meio intelectual e possibilitando que ingressasse no jornalismo, no estudo da história e da economia do país. Em São Paulo, o ambiente se reestruturava com o processo de industrialização e uma transformação acelerada. Heitor Ferreira Lima foi, assim, mergulhando em seus afazeres e compromissos, chegando o cansaço e o esmorecimento. Faleceu em 1989 com a certeza de que havia lutado por dias melhores para a humanidade.

Capítulo II – As publicações da *Revista Brasiliense* e o amadurecimento das ideias de Heitor Ferreira Lima.

Coube ao Capítulo I apresentar a trajetória pessoal e intelectual de Heitor Ferreira Lima com o intuito de fornecer ao leitor ferramentas para a maior compreensão da pesquisa. Ficou claro na exposição anterior a importância do autor no âmbito da história econômica brasileira, bem como sua enorme contribuição bibliográfica referente ao tema. O Capítulo II buscará apresentar, de forma detalhada, os artigos publicados na *Revista Brasiliense*, tal como os principais temas discutidos por Heitor Ferreira Lima dentro do periódico.

Para cumprir o objetivo central desse trabalho, que consistiu na compreensão da história econômica em Heitor Ferreira Lima entre 1950 e 1960, não se desvinculou os dois principais objetos que nos auxiliaram a compreender as ideias do autor: os artigos da *Revista Brasiliense* e as obras publicadas na década de 1950 e 1960. Esses objetos não puderam ser simplesmente separados e tratados em suas particularidades, pois a hipótese partiu em defesa de que ambos se complementam. Para compreender a história econômica em Heitor Ferreira Lima foi necessário trabalhar com as ideias centrais das obras, pois foram nelas que o autor trabalhou a definição da história, sua importância e como a mesma auxiliou na busca e conquista do progresso. Para que a conclusão do trabalho ganhasse fôlego e relevância maiores, optou-se por essa ordem.

Dessa forma, abordaremos, no presente capítulo, os artigos de Heitor Ferreira Lima escritos para a *Revista Brasiliense* na tentativa de compreender como o periódico contribuiu para que as ideias do autor se estabelecessem. Como hipótese, admitiu-se que a *Revista* foi uma ponte fundamental para o amadurecimento das reflexões do autor, já que a mesma contou com artigos que reconstruíram vários fatores da história, da formação econômica e da indústria nos anos 50 e 60. Ferreira Lima acreditava que através da reconstituição da história poderíamos criar ferramentas para compreender os erros cometidos, e, assim, não repeti-los no presente e no futuro, ou seja, uma tentativa de vencer os dilemas do passado.

O presente capítulo se dividiu em três partes. Na primeira parte, se discutiu a fundação da *Revista Brasiliense* e a sua inserção no contexto nacional. O segundo momento abordou o projeto de nação proposto pela *Brasiliense*, situando-o no debate sobre nacionalismo. O terceiro, e último, ponto apresentou os artigos de Heitor Ferreira Lima publicados nesse periódico na tentativa de compreender a mensagem que emitiu ao público leitor da *Revista.* Para que isso fosse possível, os temas discutidos pelo autor foram divididos

em *Industrialização, Capital Estrangeiro, Sistema de Transportes, Sistema Bancário, Questão Social* e a *Questão Regional*; para, por fim, articulá-los evidenciando seus pontos em comum.

2.1 A fundação da *Revista Brasiliense* e sua inserção no contexto brasileiro

A *Revista Brasiliense* foi fundada em 1955, segundo Chaves Netto (1977)[63], como resultado da tese de Caio Prado Júnior, seu membro e colaborador, para a Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito de São Paulo chamada *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, na qual elaborou sua primeira formulação de um projeto de nação, deixando de lado o caráter simplista de somente denunciar a exploração das empresas estrangeiras. Segundo o *Manifesto de Fundação*, de 1955, a *Revista Brasiliense* reuniu estudiosos "interessados em examinar e debater nossos problemas econômicos, sociais e políticos" na tentativa de propor ideias para superação do "atraso econômico do país" e "melhoria das condições de vida do povo"[64].

Editada bimestralmente entre setembro e outubro de 1955 e janeiro e fevereiro de 1964, publicou 51 números reunindo "um grupo de intelectuais, expressivos, alguns menos conhecidos", além de nomes que "se projetariam nas décadas seguintes, cuja produção não passou ao largo das transformações que vincaram a realidade brasileira no pós-guerra"[65]. Observando um trecho do trabalho de Montalvão[66] percebemos que *Revista Brasiliense* contou com um leque amplo de temas

> Nas páginas da *Revista Brasiliense* encontramos uma vasta quantidade de artigos dispostos a discutir os efeitos negativos do imperialismo, a questão da propriedade da terra e as condições de saúde e alimentação do povo nas regiões mais distantes do Brasil. Por outro lado, em concordância com os objetivos expostos no manifesto de fundação da revista - criada com o propósito de apoiar "a renovação e os progressos da cultura" - também encontramos uma grande presença de artigos de crítica literária, estudos históricos, filosóficos e sociológicos (MONTALVÃO, 2006, p. 2).

[63] Elias Chaves Neto. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias.* São Paulo, Alfa-ômega, 1977.
[64] Grupo Fundador. "Manifesto de Fundação". *Revista Brasiliense* nº 1, São Paulo, set./out, 1955, p. 1.
[65] Evaristo Giovannetti Netto. *Uma Trincheira de Idéias*: A *Revista Brasiliense* (1955-1964) – A Urdidura de um Pensamento Político de Esquerda. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
[66] Sérgio de Souza. *Notas sobre a publicação comunista independente: a Revista Brasiliense*. Revista Urutágua. Maringá. N.10. 2004.

Reuniu desde figuras como Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto, Paulo Alves Pinto, Carlos Tamangi, até nomes desprestigiados no PCB – devido a problemas com a direção do partido –, como Heitor Ferreira Lima e Octávio Brandão. Apesar da "consulta da lista de colaboradores revelar uma nítida predominância de pessoas vinculadas ao PCB", a *Revista* teve ideias desvinculadas do partido (LIMONGI, 1987, p.1).

> Para afastar esta hipótese basta dizer que apesar da presença de algumas críticas à linha política do Partido, em nenhum momento encontra-se qualquer repercussão de suas lutas internas nas páginas da revista. Por exemplo, a luta entre "fechadistas" e "abridistas", que se desenrola na esteira das revelações de Kruschev no XX Congresso, não é sequer mencionada nas páginas da revista (LIMONGI, 1987, p. 1).

Nesse momento, considerou-se o argumento de Limongi de que a "revista não é órgão oficial e tampouco é veículo de uma facção interna com pretensões de conquistar o poder" (LIMONGI, 1987, p. 1). Prova disso foram as críticas que recebeu de Carlos Prestes no artigo de 1955 do jornal *A voz operária* e na 39ª publicação da revista *Fundamentos*, do mesmo ano. Essas publicações acusaram a *Brasiliense* de se vincular aos interesses dos "homens de negócio" e de não reconhecer o papel do PCB e da classe operária no processo de renovação do país, afirmando, ainda, que era inadmissível a presença de membros de alguma forma vinculados ao PCB como Elias Chaves Neto e Caio Prado Júnior na direção e orientação da *Revista*. A *Brasiliense*, porém, não tentou reverter essa posição, muito menos aguçou qualquer tipo de confronto com o partido. Assim, afastamos qualquer hipótese de que "o projeto de nação que defendia viesse a ter qualquer chance de ser empenhado pelo PCB" (LIMONGI, 1987, pp. 5-7). A própria *Revista* afirmou que não tinha qualquer laço com o mundo político e defendeu que havia "erros das forças nacionalista e suas alianças espúrias". Condenava, inclusive, o "falso populismo" afirmando que romper com as figuras do personalismo populista "era tão essencial quanto romper a dominância das forças conservadoras no Congresso"[67]. O único político que escreveu na *Revista Brasiliense* foi Sérgio Magalhães e, obviamente, a política não foi um assunto fora da pauta, tanto que o periódico contou com uma coluna fixa intitulada *Vida Parlamentar* escrita por Paulo Motta Lima, na qual realizou críticas aos partidos e políticos brasileiros acusados de disfarçarem os problemas que atingiam o país – carregando a coluna com um ar de deboche ao congresso –, deixando clara a crítica à ausência de engajamento dos políticos nos principais problemas do

[67] Caio Prado Júnior. *As eleições de 3 de outubro*. Revista Brasiliense, n. 32, São Paulo, nov./dez. 1960, pp. 1-18.

país. Assim, "a raiz da *Revista Brasiliense,* por esta versão, não deve ser localizada no cenário político, mas sim no campo intelectual" (LIMONGI, 1987, p. 8-9).

Embora sem qualquer ligação política e partidária, a *Brasiliense* representou o pensamento intelectual de uma época importante para o país marcada pelos debates sobre o desenvolvimento nacional, industrialização, projetos de nação, superação do atraso colonial, dentre outros temas, tornando-se um produto do contexto em que se inseria. Vejamos um pouco desse cenário.

No início dos anos 1950, mais precisamente em 1951, ao se deparar com os problemas econômicos e financeiros deixados pelo Governo Dutra, Getúlio Vargas inaugurou um governo que preconizou as relações entre Estado e Economia, criando novas condições para o desenvolvimento econômico no país. Ressaltou a necessidade de fortalecer a economia nacional através da "reformulação das relações externas (econômico-financeiras) e da "emancipação das decisões sobre política econômica" trazendo para o debate a questão do planejamento[68].

Vargas desenvolveu uma "política trabalhista, e conseguiu ampliar o apoio das massas urbanas ao governo e à sua política econômica", e em meio as dificuldades cambiais, inflação, tensões políticas e sociais, manteve um política econômico-financeira de estímulo à industrialização. Um destaque foi a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)[69] de estímulo à exportação, que desagradou o setor industrial devido as desvalorizações cambiais que elevaram seus custos de importação de bens de capital. O caráter nacionalista[70] com que orientava as políticas de seu governo desagradava os setores conservadores (IANNI, 1971, p. 120). Após ser acusado de "esquerdista", corrupto e de mandante de uma cilada para Carlos Lacerda, membro da União Democrática Nacional (UDN), os opositores pediram a renúncia de Vargas, que, diante da pressão política, se suicidou.

Em 1955, o Brasil viveu o Interregno Café Filho marcado pela dualidade da política econômica dos ministros da fazenda: num primeiro momento, Eugenio Gudin com uma política contracionista de ajuste interno; e, posteriormente, Whitaker com o objetivo de

---

[68] Octávio Ianni. *Estado e Planejamento econômico no Brasil* (1930-1970). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971, pp.113-114.

[69]Teve como objetivo melhorar a capacidade de exportação nacional e priorizar importações de bens essenciais. Consistiu na criação de "cinco categorias de importações, com sobretaxas cambiais crescentes, conforme o caráter essencial ou supérfluo das mercadorias (IANNI, 1971, p. 118)

[70] A expressão "caráter nacionalista" foi utilizada por Octávio Ianni para definir o governo Vargas nesse período. Essa expressão buscava evidenciar que o governo defendeu a produção do mercado interno e a os interesses do país ao invés dos interesses estrangeiros.

eliminar o confisco por meio de uma reforma cambial ortodoxa. Gudin, acreditando que o problema inflacionário do país era resultado da expansão creditícia, conseguiu milhões em crédito junto ao *Federal Reserve Bank* (FED) na tentativa de aliviar a situação cambial e incentivou a livre entrada de capitais estrangeiros. Whitaker tentou reorientar essa política eliminando o confisco cambial e tomou vultosos empréstimos externos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nenhuma das políticas teve sucesso e os quinze meses que seguiram a morte de Vargas foram marcados pela instabilidade "político-institucional" que só tomou novos rumos com a posse de Kubitschek em outubro de 1955[71], após disputa presidencial com Juarez Távora. Foi nesse ano que a *Revista Brasiliense* foi lançada, ano no qual as heranças dos períodos de crise pelo qual o Brasil passara ainda estavam latentes. A *Revista* surgiu após uma dura crise impulsionada pelo suicídio de Vargas, que deixou uma carta em que abordou a estruturação de um projeto de nação intitulado como "movimento nacionalista".

Esse projeto de nação presente em Vargas floresceu a partir dos dilemas econômicos e financeiros deixados pelo Governo Dutra. O governo anterior deixou como herança a "inflação, o desequilíbrio na balança de pagamentos, a necessidade de importar máquinas e equipamentos, a insuficiência de energia, de transportes e da oferta de gêneros alimentícios". A partir disso, Vargas iniciou um projeto de nação que abandonou as "diretrizes inspiradas no neoliberalismo e passou a atribuir ao Estado tarefas e papéis visando a expansão econômica" (IANNI, 1971, pp. 112-113). Assim, o segundo Governo Vargas (1951-1954) incorporou ao poder público "a ideologia e a prática do planejamento" e promoveu "a progressiva nacionalização da política econômica governamental" (IANNI, 1971, p.130).

Para compreender melhor esse projeto de Vargas, tornou-se crucial a realização de um mapeamento dos debates do período aqui proposto, que giravam entorno do desenvolvimento econômico e na estruturação de várias propostas a serem seguidas como projetos para a nação brasileira. Octávio Ianni admitiu a existência de três perspectivas de estratégia política de organização e desenvolvimento: a perspectiva do desenvolvimento associado, a perspectiva socialista e a perspectiva do desenvolvimento nacional (IANNI, 1971, p. 132).

A perspectiva do desenvolvimento associado (interdependência) acreditava no desenvolvimento do país através da associação com capitalismo mundial, ou seja, organizar-

[71] Pedro Sampaio Malan. *Relações econômicas e internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v.4, p. 77.

se através de relações com as economias desenvolvidas. Segundo essa perspectiva "o subsistema econômico brasileiro somente poderia progredir se se mantivessem e desenvolvessem os vínculos com os centros hegemônicos, para obtenção de capital e tecnologia" (p.134). Para Ianni, essa estratégia de desenvolvimento "correspondia a uma reelaboração da política de estilo tipicamente dependente, que predominou na época em que o Brasil era principalmente produtor e exportador de café" (IANNI, 1971, pp.134-135).

A segunda perspectiva de Ianni consistiu no desenvolvimento socialista que acreditava na socialização dos meios de produção de maneira pacífica ou violenta. Defendiam a "estatização progressiva da Economia" e foram "contrários ao latifúndio e o imperialismo, em nome do nacionalismo econômico e da estatização", aliando-se à burguesia nacional (IANNI, 1971, p.135). A via pacífica de transição para o socialismo foi a que predominou e se conjugou no pensamento de esquerda do país, ganhando representatividade através do PCB.

O PCB dos anos 1950, como sabemos, já não possuía mais a linha de pensamento de seus primeiros intelectuais. Constituíam uma linha inspirados nas propostas da III Internacional Comunista (1919-1943), que afirmava que a estrutura social e política do país teciam relações semi-feudais/pré-capitalistas. Assim, o PCB dos anos 1950 defendeu a organização de uma *Frente Democrática de Libertação* devido à ausência de possibilidade de uma evolução democrática por meios pacíficos. A ideia do partido, considerada como sua proposta de projeto para a nação, era a de que o latifúndio e o imperialismo se tornaram empecilhos ao desenvolvimento e que a industrialização era o principal mecanismo de independência. Nas eleições de 1950, não apoiaram Getúlio Vargas, acusando-o de imperialista, organizando, inclusive, uma greve na cidade de São Paulo, em 1953, devido ao aumento do custo de vida da população. Após o suicídio de Vargas em agosto de 1954, o PCB, em seu IV Congresso, continuou com o discurso de derrubada do "governo latifundiário e grandes capitalistas", assim, afirmaram que o capitalismo no país ainda não tinha alcançado seu pleno desenvolvimento e, por tal motivo, prezaram pela reforma agrária, luta contra o imperialismo (VINHAS, 1982, p. 133). Essas ideias fizeram com que o PCB apoiasse a candidatura de Juscelino Kubitschek em 1955, devido às suas ideias progressistas.

Porém, após a morte de Stalin e a divulgação de seus crimes no relatório apresentado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o PCB passou a rever sua conduta. Sobre o XX Congresso

> Ao longo do debate, vai ficando claro que o stalinismo – o "sistema do culto à personalidade" como se dizia então – era o principal responsável pela

> concepção do partido comunista como uma organização militarizada, cuja severa disciplina só tinha paralelo com a escassa democracia interna e ausência de espírito crítico, estruturado à imagem e semelhança do PCUS apesar da diversidade de situações, e voltado precipuamente para o "assalto do poder". A crítica então feita acaba, portanto, se concentrando em três direções: no dogmatismo e subjetivismo que permearam o terreno da teoria e da política, nos métodos mandonistas de direção centralizada e na política de quadros, cujos destinos eram arbitrariamente decididos pelas cúpulas restritas aos comitês, e finalmente, na própria concepção do partido comunista, contra sua militarização e pela sua transformação em um partido de massas. A ligação dessa crítica, que abrange grosso modo a chamada "política de organização", com a política propriamente dita – com a relação do partido com a realidade brasileira – ia se explicitando com a compreensão de que aquele modo de entender e de construir o PC havia dificultado o aproveitamento pelos comunistas, mesmo na ilegalidade, dos espaços políticos e democráticos abertos de 1930 a 1935, de 1947 a 1950 e de 1950 a 1954 (VINHAS, 1982, p. 179).

Diante desses fatos, no V Congresso do Partido, em 1960, o PCB[72] se mostrou fortemente contrário ao imperialismo, defendendo o nacionalismo e a democracia. Porém, voltou a defender a perspectiva de luta pela Revolução Socialista por vias democráticas (SEGATTO, 1989, p. 129-130). Enfatizaram ainda mais a ideia de uma aliança entre burguesia e proletariado numa luta contra o imperialismo e o caráter semifeudal do país como observado no trecho que segue

> [...] a compreensão que o PCB tinha anteriormente da revolução burguesa e do desenvolvimento do capitalismo no país não foi alterada em sua essência, ou seja, manteve-se a compreensão de que o Brasil continuava a ser um país com um capitalismo atrasado e subdesenvolvido, sendo necessário orientar seu desenvolvimento num sentido nacional e progressista [...] (SEGATTO, 1989, p. 130).

O conceito de burguesia e proletariado sempre envolveu um amplo debate, desde as primeiras discussões iniciadas por Marx. Tendo em vista que o PCB percorreu um caminho "escarpado, longo e difícil é o itinerário que o Partido percorre para dominar e enriquecer o marxismo e, com seu instrumental, conhecer e interpretar o Brasil com o objetivo de

[72] Entre 1940 e 1950, coexistiram duas linhas: uma proletária e outra de ideário democrático burguês formado pela "pequena burguesia democrática e radical". A linha política do Partido, dessa forma, inclinava "ora para a direita, ora para a esquerda", um vai e vem que, "do ponto de vista da orientação geral, termina em 1962" (AMAZONAS, 1987). Nos anos 50, após o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, Prestes decidiu afastar o Comitê Central dirigido por Amazonas, Grabois e outros nomes contrários ao revisionismo do Partido. Os revisionistas tinham "a pretensão de aprovar profundas mudanças no Estatuto, um novo programa e um novo nome para o Partido (RUY, 2012, pp. 115-123).

transformá-lo", nada mais sensato que considerarmos as definições de Marx[73]. Em Marx, esses conceitos percorreram um caminho de tensões e ambiguidades que não cabem a esse trabalho discutir, mas encontramos uma definição que se encaixa à ideia tomada pelo PCB. O conceito de proletariado apareceu pela primeira vez em *Manifesto do Partido Comunista*, de 1948, publicado em parceria com Engels. Nessa obra, definem proletariado como "operários modernos" e relacionam a existência da burguesia ao capital, como apontado no trecho abaixo

> "Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital [...]. O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender" [...] "classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver" (ENGELS; MARX, 1998, p.46).

Essa ideia de submissão à classe burguesa, detentora do capital, se desenvolveu em *O Capital*[74], quando Marx afirmou que "por proletário deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do 'monsieur capital', como o chama Pecqueur". Uma definição mais "simplista" colocada por Daniel Aarão Reis[75]considerou a burguesia e o proletariado como elementos essenciais de uma problemática comum para quase todos os países de esquerda, especialmente para o PCB: "a polarização da sociedade entre, de um lado, ínfimas elites, corrompidas e apodrecidas, autoritárias e brutais (burguesia), e, de outro, massas pauperizadas e famintas, desapiedadamente exploradas (proletariado)" (REIS, 2007, p. 83).

Posto isso, concluiu-se que nos anos posteriores o PCB manteve e fortaleceu a ideia de pacificidade na questão da luta democrática. Permaneceu firme também nas alianças com progressistas e nacionalistas[76] para cortar o grande mal proveniente do latifúndio e do imperialismo. Consistia em inspirações leninistas essa defesa de uma revolução democrático-burguesa, ou seja, num primeiro momento haveria transformações burguesas eliminando os

---

[73] Adalberto Monteiro. *PCdoB: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012, pp. 85-86.
[74] Marx. Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2001.
[75] Daniel Aarão Reis. A trajetória do Partido Comunista no Brasil ente 1943 e 1954. In: RIDENTI, Marcelo; Reis, Daniel Aarão. História do marxismo no Brasil. v.5. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
[76] Segundo Ianni, o nacionalismo no PCB significava ser contrário aos interesses imperialistas, ao latifúndio e a defender como mecanismo de independência a industrialização (IANNI, 1971, pp. 112-115).

entraves feudais e obstáculos para o desenvolvimento das forças produtivas, para só então acontecer uma revolução socialista (MANTEGA, 1987, p. 137).

Assim, o PCB apoiou entre meados dos anos 1940 a 1964 um programa "nacional-estatista"[77], em particular as relacionadas à industrialização sob moldes nacionalistas, a crença de que somente a burguesia industrial combateria o imperialismo, principal impedimento da industrialização. Dessa maneira, esse partido defendeu, na década de 1950, uma reação do capital nacional em resposta à dependência e ao imperialismo. Essa ideia se encontra na declaração do Comitê Central Provisório do PCB em 1958[78]:

> A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e do lado do povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática (Comitê Central do PCB, 1958).

Concluída essa discussão entorno da representatividade que o PCB deu à perspectiva de desenvolvimento socialista definida por Ianni, pode-se esboçar a última perspectiva chamada desenvolvimento nacional.

Essa perspectiva visava "impulsionar a formação" do "capitalismo nacional", defendendo os grupos de classe média, a pequena burguesia industrial, setores do exército, do proletariado e intelectuais. Tratava-se de "desenvolver o intervencionismo estatal e adotar soluções de política econômica de tipo nacionalista" sem ser totalmente contrário ao capital e tecnologia estrangeiro (IANNI, 1971, p. 135). Acreditavam no "intercâmbio e a participação de capital e tecnologia externos, mas sob controle nacional", e por isso, partiram em favor do setor público e da planificação, acreditando na emancipação econômica do país em médio prazo. Assim, buscavam "desenvolver um sistema capitalista cujas decisões econômicas e políticas, governamentais e privadas, seriam tomadas em função dos interesses nacionais, em contraposição às decisões e interesses as empresas e governos dos países dominantes" (IANNI, 1971, p. 135-136).

---

[77] "Estado forte, empolgado por lideranças carismáticas. Nacionalista. Desenvolvimento econômico autônomo e planejado. Justiça social. Mercado regulado. A ideia de uma Nação Poderosa, Justa e Próspera. Falava-se em democracia e em liberdade democrática[...]" (REIS, 3007, p. 99).

[78] Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. *Declaração sobre a política do PCdoB*. Rio de Janeiro, Jornal Voz Operária, 22 março 1958. Disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

Essa perspectiva pode ser considerada como o projeto de nação de Getúlio Vargas nos anos de 1950. Um projeto em que os interesses do capital estrangeiro foram colocados de lado, dando maior espaço à questão do desenvolvimento do nosso mercado interno. Embora muito condizente com as ideias da *Brasiliense*, já salientamos, anteriormente, que a mesma não tinha qualquer vínculo político, chegando a afirmar em suas páginas ser contra o falso populismo do então presidente e se mostrando contrária às alianças desse tipo de governo. Cabe destacar que o nosso intuito com essa exposição das perspectivas de estratégia política de organização e desenvolvimento sistematizada por Ianni, não foi o de rotular de maneira engessada o governo Vargas em alguma dessas perspectivas. Pelo contrário, o intuito foi fornecer ferramentas para continuar o debate que aqui propomos. Posto isso, consideremos que Vargas possuía maior afinidade com a perspectiva "nacional desenvolvimentista".

Esclarecida a proposta do governo de Getúlio Vargas, contexto no qual a *Brasiliense* se inseriu, coube ao próximo tópico levantar o tipo de projeto de nação do periódico diante do cenário nacional.

2.2 O projeto de nação da *Revista Brasiliense*

O termo "nacionalismo" pode assumir um caráter geral demais. Ao procurar seu conceito, encontra-se vários autores que o discutiram, cabendo aqui avaliar qual o conceito mais adequado para expressar o movimento proposto pela *Brasiliense*. O conceito de nacionalismo envolveu um amplo debate e seu significado foi ganhando novas características no decorrer do tempo. John Breuilly foi um dos autores que mapeou esse debate com o intuito de desenvolver algumas preposições acerca do nacionalismo. Segundo o autor, para ser uma teoria nacionalista são necessários dois pontos importantes: a "existência de definições e conceitos claros" (o que se pretende dizer com nacionalismo?) e um "conteúdo das afirmações de doutrina nacionalista" (quais valores se associam ao sentimento nacional?) (BREUILLY, 2000, pp.155-157).

Defensor das teorias modernas[79], Breuilly, apesar de reconhecer que as primeiras perspectivas referentes ao nacionalismo tenham fornecido "descobertas e verdades parciais", afirmou que deixaram de explicar "o lugar da ideia nacional na modernidade". Assim, a

[79] Teorias que explicam "o lugar da ideia nacional na modernidade" (BREUILLY, 2000, p. 168).

perspectiva primordialista[80], a funcionalista[81] e a narrativa[82], mostraram-se insuficientes para compreender o nacionalismo. Dentre as teorias que explicam "o lugar da ideia nacional na modernidade"[83], encontramos uma que mais se adequa ao projeto de nação defendido pela *Revista Brasiliense*: o conceito de Ernest Gellner. Isso porque Gellner relaciona o surgimento da "produção e aceitação dos sentimentos nacionais" com as "transformações societárias" tendo como "pano de fundo" a difusão do capitalismo (BREUILLY, 2000, p. 168-170).

Para Gellner, o surgimento do nacionalismo dependeu da industrialização como um modelo e como uma fornecedora de recursos. Foi no período industrial que os estados-nação substituíram os Impérios, consolidando uma organização política e territorial do capitalismo voltada a industrialização e ao desenvolvimento econômico. Essa consolidação gerou a necessidade de estabelecimento da educação[84] e de uma língua para o aumento da produtividade. Segundo Breuilly, Gellner foi longe em sua análise ao afirmar que

> [...] a cultura tanto se torna uma esfera separada na sociedade moderna quanto, num processo de industrialização móvel e de rápidas mudanças, pode vir a fornecer uma base para a identidade, uma base que os papéis nas estruturas sociais não conseguem proporcionar, acrescentem-se a isso suas colocações sobre como a sociedade industrial, a educação em massa e a construção de uma esfera de cultura popular também ajudam a produzir uma cultura nacional "padronizada" (BREUILLY, 2000, p. 170).

Assim, o nacionalismo tinha ligação estreita com a formação industrial, significando, nesse contexto, numa "imposição de uma alta cultura em uma sociedade onde predominavam baixas culturas na maioria, se não na totalidade, da população. Significa a difusão de um idioma para comunicação tecnológica mediatizado pela escola e burocraticamente supervisionado" (Gellner, 1983, p.57). O nacionalismo debatido nas páginas da *Brasiliense* também se relacionou como um sentimento resultante da modernização que

---

[80] Essa abordagem parte da definição de que o nacionalismo é uma noção antiga. Porém, segundo Breuilly, qualquer abordagem útil deve partir da ideia de que a "identidade nacional é essencialmente moderna" (BREUILLY, 2000, p. 163).

[81] Essa abordagem trabalha com as variadas funções do nacionalismo e afirma que a "função do nacionalismo é promover a modernização", enquanto Breuilly atribui ao nacionalismo caráter de "componente da modernidade", ponto considerado fundamental para a definição de seu conceito (BREUILLY, 2000, p. 166).

[82] Muitos historiadores apenas narram o que consideram a ascensão do nacionalismo, deixando muitas vezes de teorizar essa narrativa e de relacioná-la com a modernização (BREUILLY, 2000, p. 168).

[83] Sobre o nacionalismo e as teorias da modernidade, Breuilly realizou uma divisão de três categorias: as que se concentram nas "transformações das elites" como Miroslav Hroch, "as que como ele concentram-se nas transformações da natureza do poder, enfocando a produção e a aceitação política nacionalista" e as que se concentram "nas transformações societárias que levam à produção e aceitação dos sentimentos nacionalistas em amplas camadas da população", destacando-se o nome de Ernest Gellner (BREUILLY, 2000, p. 168).

[84] A origem dos sistemas de educação em massa se associou a necessidade de força de trabalho qualificada (BREUILLY, 2000, p. 170).

teve como resultado o processo de industrialização que poderia garantir "autonomia e o desenvolvimento nacional" (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 178)

Porém, o conceito de nacionalismo que contemplou com maior força o defendido pela *Brasiliense* foi o que o relacionou a "imposição da alta cultura", tornando-se o ideal

> [...]daqueles que reconhecem a relação de competição existente entre os estados-nação, definem como obrigação de seu governo defender o interesse nacional, ou seja, o interesse do trabalho, do conhecimento e do capital nacional, acreditam que o desenvolvimento econômico deve ser alcançado por meio de investimentos financiados pela poupança interna, e julgam que as decisões governamentais voltadas para o interesse nacional devem ser tomadas de acordo com critérios nacionais (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 179).

O nacionalismo dos países periféricos abordou a mentalidade colonial que implicava no sentimento de inferioridade e subordinação. Nesse caso, temos uma relação desigual entre os países, no qual o imperialismo do país desenvolvido se torna inevitável e se torna ainda "mais forte quanto mais fraco for o nacionalismo anti-imperialista do país mais fraco" (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 181). Esse argumento se relaciona diretamente ao projeto de nação da *Revista*, que segundo a definição de Elias Chaves Neto numa nota explicativa de um artigo escrito por Michael Lowy no 31º número da *Brasiliense*, tratava-se de "uma política que visa unir as mais amplas camadas do povo brasileiro na luta anti-imperialista, promovendo a melhoria de condições de vida do povo dentro do regime político e social vigentes" (CHAVES NETO, 1960, p. 55).

Embora, segundo Limongi (1990), a *Revista Brasiliense* não possa ser vinculada às "forças políticas que disputavam o legado getulista" e nem siga uma linha política específica, como já salientado, foi lançada num contexto em que os efeitos da carta de testamento de Getúlio Vargas surtiam grandes efeitos para a estruturação de um "movimento nacionalista" (LIMONGI, 1990, p. 1).

No *Manifesto de Fundação* de 1955, a *Brasiliense* afirmou que seu objetivo era reunir "escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos" para propor soluções adequadas ao atraso do país, associando-o a "dependência do estrangeiro para a satisfação de necessidades fundamentais de nossa vida". Afirmava, ainda, que a "exportação de produtos agrícolas ou de matéria-prima já não eram suficientes para atender às exigências de bem-estar do povo" e que

havia camadas da população na extrema pobreza por não terem sido beneficiadas pelo surto econômico e industrial do país. O *Manifesto* revelava a necessidade de

> Analisar em suas raízes e a todas as luzes essas e outras questões e encará-las do ponto de vista dos interesses nacionais da melhoria das condições de vida do povo e da renovação dos progressos da cultura, como expressão autêntica da vida brasileira, é o objeto que a Revista se propõe e não poupará esforços por alcançar (GRUPO FUNDADOR, 1955, pp. 1-2).

Além disso, a *Revista* propunha "formar uma consciência nacional realmente esclarecida, resultante do conhecimento objetivo dos problemas brasileiros, analisados, nos termos de seu manifesto de constituição, sob o prisma da melhoria das condições de vida do povo e da defesa de nossa cultura" (CHAVES NETO, 1956, p. 2). Ao longo de suas publicações, essas ideias de projeto nacional só foram reforçadas e ganharam ainda mais fôlego e importância.

Na comemoração dos cinco anos do lançamento do periódico, Elias Chaves Neto, em meio ao cenário que se preocupava com a candidatura de Jânio Quadros, reafirmou que o objetivo era representar o "pensamento nacionalista brasileiro, continuará na sua luta de esclarecimento da opinião pública no sentido de levá-la a compreender os fundamentos teóricos do movimento nacionalista, e a apoiar uma política que, com a defesa dos valores culturais que presidiram à formação de nosso País, visa resolver os problemas de atraso e miséria em que se debate a maior parte da população" (CHAVES NETO, 1960, p. 3).

Beiguelman (1989) apontou a *Revista Brasiliense* como uma "manifestação do nacionalismo brasileiro" e como um projeto que prezava pela "transformação das próprias bases estreitas, com destaque para a fundiária, em que se assentava a economia, para que suas forças produtivas passassem, por fim, a se orientar no sentido do atendimento das necessidades da massa da população brasileira" (BEIGUELMAN, 1989, p. 474).

O tema "nacionalismo", segundo Chaves Neto (1978), foi proveniente das "concepções nacionalistas da tese apresentada por Caio Prado Júnior", e talvez, por isso, essa temática esteve presente na maioria dos artigos de Caio Prado Júnior para a *Revista* (CHAVES NETO, 1978, p. 142). Dessa forma, torna-se fundamental abordarmos as ideias de Caio Prado Júnior acerca do tema para que possamos compreender ainda melhor a proposta do periódico.

Em *"Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros",* escrito por Caio Prado no 31º número da *Revista*, observamos que as opiniões públicas da *Brasiliense* eram baseadas na

necessidade de superar a posição subalterna e dependente do país através de um projeto de desenvolvimento que atendesse as necessidades da população brasileira[85].

Em meio a esses debates sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, a *Revista Brasiliense* formulou um determinado tipo de projeto de nação, mostrando-se "dramaticamente contemporânea daquela época" (MORAES, 2007, p. 78). Esse projeto nacional se mostrou fundamental para enfrentar outra questão fundamental: o papel do capital internacional no processo de industrialização.

Ao analisar alguns dos artigos de Caio Prado na *Revista Brasiliense*, percebe-se que o tipo de projeto de nação do periódico estava ligado à garantia do controle do capital internacional no país. Vejamos mais detalhadamente. Caio Prado Júnior apresentou três naturezas do investimento estrangeiro: transferência de capitais estrangeiros para o Brasil (nacionalização; capital investido visando transferências para o exterior da remessa de lucros; e sob a forma de aquisição de tecnologia estrangeira). A eficiência da aplicação do capital estrangeiro nos Estados Unidos deu certo por se tratar do primeiro caso apresentado. Assim, Prado Júnior condenou a instalação de filiais como forma de suprimento da insuficiência interna de capitais e viabilização da industrialização. Pagávamos os investimentos com a remuneração do capital que acontece sob a forma de lucros, juros e dividendos. (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 15-16). Os investimentos estrangeiros só geram danos e dívidas ao país como mostrou o trecho de Caio Prado a seguir

> O que os empreendimentos imperialistas trazem como economia de importações é certamente ultrapassado com larga margem por aquilo que nos vão custar em outros itens de pagamento ao exterior. A prova disso se encontra nos dados de nossa balança de contas externas, onde a remuneração das inversões estrangeiras avulta cada vez mais, e o atendimento dela se faz sempre mais difícil e com maiores sacrifícios para o País. É de notar que nos últimos anos as remessas de rendas das inversões estrangeiras no Brasil já vêm ultrapassando largamente o afluxo de capital novo (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 20).

Assim, a proposta de Caio Prado foi obter o investimento por meio do financiamento, citando, inclusive, o caso da União Soviética que utilizou esse caminho para se industrializar. Com isso, tornou-se necessária uma postura firme em relação ao capital internacional e a liberdade em como tomar os investimentos, afirmando que, somente quando o controle desses investimentos fosse nacional, passaríamos a defender os interesses do país e

[85] Ricardo Oliveira da Silva. *O debate agrário na Revista Brasiliense*. Revista Oficina do Historiador. Porto Alegre, EDIPUCRS, v.4, n.2, dezembro de 2011.

não os do capital internacional. (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 20).

Segundo Caio Prado Júnior, o país vivia sob um capitalismo colonial que precisava ser superado por meio da emancipação nacional. Assim, para Caio Prado "não se tratava exatamente de uma transição de um modo de produção[86]para o outro, mas, sim, da evolução de uma fase mais primitiva do capitalismo para outra mais avançada" (MANTEGA, 2014, pp. 109-110). A saída seria romper com o sentido pelo qual fomos colonizados

> A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país, como já foi amplamente e repetidamente analisado ao correr de todo este livro. Economia de exportação constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das zonas temperadas da Europa e mais tarde da América [...] (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 270)

Para superarmos a condição colonial precisávamos "deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tonar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional", isto é, organizar nossa produção para satisfazer as necessidades do país e não interesses alheios. O imperialismo impossibilitou que o parque industrial brasileiro atendesse aos interesses nacionais e que tivesse, de fato, indústrias nacionais, já que dependíamos do abastecimento externo de capitais, maquinaria, matéria-prima e tecnologia (PRADO JÚNIOR, 2012, pp. 298-299). Caio Prado defendia um processo de industrialização que não estivesse às ordens do imperialismo, ou seja, a consolidação de uma industrialização nacional contrariando o "ponto nevrálgico da economia brasileira: a estrutura agrária de país, responsável principal, sem dúvida, pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira, e, portanto, entre outras consequências, das insuficiências quantitativas e qualitativas do mercado interno do país" (PRADO JÚNIOR, 2012, pp.333-334).

Assim, compreendemos que o projeto de nação/tipo de nacionalismo, da *Revista Brasiliense*, estava diretamente ligado a todos os debates que Caio Prado Júnior realizou sobre

[86] O conceito de modo de produção emplacou vários debates. Segundo Jacob Gorender, qualquer conceito com certo grau científico e objetividade "diz respeito a um aspecto determinado da realidade, singular e concreta, e implica um grau qualquer de abstração, já não pertencendo mais ao empírico propriamente dito". Assim, o modo de produção é um conceito e, portanto, uma abstração, porém diz respeito a "objetos existentes, concretos, determinados, dotados de particularidade e singularidade" (GORENDER, pp. 47-48). Com isso, conclui que "[...] as várias ordens de relações sociais não devem ser confundidas categoricamente, uma vez que pretendamos que a determinação em última instância é econômica. Em segundo lugar, cabe afirmar taxativamente que modo de produção é um conceito concernente exclusivamente à produção de bens materiais, situando-se, de maneira primordial, do âmbito da ciência da economia política. Por isso, falar em modo de produção teórico ou modo de produção de ideias, como faz Althusser, é estabelecer uma polissemia desnecessária do ponto de vista teórico e escancarar a porta à empresa de desintegração do materialismo histórico, desde o momento em que bens materiais e ideias são reunidos, do ponto de vista categorial, em seu processo de gênese" (GORENDER, 1980, pp. 50-51).

capital estrangeiro e dependência externa. Somente por meio de investimento sob controle nacional – independente dos interesses imperialistas – é que conseguiríamos estabelecer uma economia nacional e independente do controle externo. Nas palavras de Paula Beiguelman (1989)

> [...] a Revista Brasiliense propunha que se desse ao capital nacional tratamento preferencial, além de excluir do campo de aplicação de capitais estrangeiros a mineração e a transformação primária de minerais, a metalurgia e ramos como eletricidade, transportes e química pesada (BEIGUELMAN, 1989, p. 474).

Cabe salientar que, ao expor as ideias de Caio Prado Júnior acerca do projeto de nação da *Revista*, o intuito foi apresentar o projeto de nação defendido por cada um de seus membros, incluindo Heitor Ferreira Lima. Compreendido o tipo de projeto que a *Revista Brasiliense* tinha para o país, cabe, agora, abordar detalhadamente as publicações de Heitor Ferreira Lima no periódico.

2.3 As publicações de Heitor Ferreira Lima na *Revista Brasiliense*

Heitor Ferreira Lima foi um escritor ativo na *Revista Brasiliense* – dos 775 artigos e notas publicados nos 50 números entre 1955 e 1964, publicou um total de 24 textos, fazendo-se presente em quase todos os números do periódico. Ele ficou atrás apenas de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto (LIMONGI, 1987, p. 4). Quando nos indagamos sobre quais foram os temas candentes de Heitor Ferreira Lima na *Revista* nos quase dez anos de sua existência, nos deparamos com dois assuntos que foram destaque e que dominaram a maioria de suas publicações: a industrialização e o movimento de capitais estrangeiros. Vale destacar que o debate principal em torno desses dois temas foi o nacionalista; debate, como já exposto anteriormente, que moveu as páginas da *Brasiliense*. O Quadro I elucida ainda melhor essa afirmação, vejamos:

Quadro I – Artigos de Heitor Ferreira Lima na *Revista Brasiliense*

Volume	**Ano**	**Título**
1	1955	Capitais nacionais e investimentos estrangeiros
2	1955	Os primeiros empréstimos externos
3	1956	Balanço da Industrialização Brasileira
4	1956	Capitais Europeus no Brasil
5	1956	Fatores Positivos e negativos da evolução da economia brasileira

7	1956	O primeiro banco do Brasil
8	1956	Notas sobre a estrutura bancária brasileira
10	1957	O comércio Brasileiro no tempo de D. João VI
11	1957	Produção e necessidade de matérias-primas
13	1957	Indústria automobilística no Brasil
14	1957	Primórdios da Siderurgia no Brasil
16	1958	Instrução 113 e *"Royaltes"*
17	1958	Problemas do Nordeste
19	1958	Capitais Estrangeiros e interesse nacional
24	1959	Euclides da Cunha e Castro Alves
28	1960	Panorama bancário nacional
30	1960	O aspecto financeiro da previdência social
31	1960	Um quinquênio de expansão industrial
32	1960	Amparo à pequena e média indústria
33	1961	Marinha mercante e construção naval
34	1961	Soluções para os problemas do Nordeste
37	1961	Ferrovias no Brasil
41	1962	Manufaturas e atividades artesanais no tempo de D. João VI
43	1962	Fatores materiais e ideológicos da Proclamação da República

Fonte: elaboração própria

A tabela acima prova essa constatação. Encontrar a industrialização como tema corriqueiro nos artigos de Ferreira Lima para a *Revista Brasiliense* não gerou nenhuma surpresa, já que estamos nos referindo a um autor que manteve seu interesse "voltado para as origens e o desenvolvimento da indústria no Brasil" durante toda sua trajetória (ROIO, 2014, p. 31). A análise desses artigos se fez crucial para a pesquisa, pois se acredita na hipótese de que, com essas publicações, o autor amadureceu suas ideias. Prova disso foi o 33º número da *Revista*, de 1961, que defendeu a formação de técnicos e de um corpo de pesquisadores para estudar a nossa realidade e impulsionar o desenvolvimento. Nesse artigo, imperou a ideia de que somente por meio da formação de pesquisadores na "ciência e na técnica" se poderia alcançar o desenvolvimento econômico e lutar contra o subdesenvolvimento e a dependência econômica (GRUPO REVISTA BRASILIENSE, 1961, pp. 101-102).

> Todos estes assuntos: formação de uma mentalidade lógica; aprendizado do método científico de trabalho; formação de técnicos no menor tempo possível, sua diversificação; criação de um corpo de pesquisadores em técnica, capaz de desenvolver a indústria nacional e dar-lhe características condizentes com a nossa realidade; formação de pesquisadores científicos capazes de dar a conhecer a realidade brasileira, assim como pesquisar nos limites do conhecimento científico internacional, de educar e formar nossos técnicos; aumento dos recursos estatais aplicados à pesquisa; orientação da aplicação das verbas formando uma política de aplicação de recursos – são todos assuntos que estão a exigir discussão aprofundada dos nossos intelectuais, técnicos e principalmente do corpo docente das faculdades (GRUPO REVISTA BRASILIENSE, 1961, pp. 102-103).

Essa ideia se expressa nas obras de Ferreira Lima na medida em que, acreditando num progresso via industrialização nacional e em sua efetivação, elaborou obras que propiciaram um estudo e o conhecimento da história[87]. Disso surgiu sua defesa para a realização de uma síntese histórica nacional que deveria ser realizada para a compreensão do passado e dos erros nele cometidos como uma forma de auxílio aos implementadores do progresso[88]. A *Revista Brasiliense*, ao propor examinar e debater os principais problemas econômicos, contribuiu muito para esse processo de estudo e construção do passado nacional. Muitos de seus artigos, inclusive, abordaram o processo de construção do Brasil desde sua origem: o primeiro Banco do Brasil, o desenvolvimento do setor industrial, a vinda de D. João VI, dentre outros temas. Ferreira Lima pode, dessa forma, colocar em prática as ideias que defendeu ao fazer parte do corpo de colaboradores da *Brasiliense*.

Industrialização

A industrialização foi um tema candente e de suma importância nos artigos de Ferreira Lima na *Revista Brasiliense*. Isso não foi reflexo somente do contexto histórico no qual se inseria, no qual o Plano de Metas[89] se desenvolveu como tentativa de transformação da estrutura econômica nacional através da "criação da indústria de base e reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial" (IANNI, 1971, p. 150). Foi reflexo, também, da intimidade e conhecimento amplo do assunto pelo autor devido sua função de jornalista e assessor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Ferreira Lima, assim como os grandes intelectuais desse período, reconheceu a necessidade da industrialização no país. Em *Balanço da Industrialização Brasileira*[90], de

[87] "Além disso, olhando para o passado com argúcia e imparcialidade, nele vamos encontrar muitas experiências proveitosas, positivas ou negativas, que nos podem servir de lição modernamente, repetindo-a ou repelindo-a, conforme o caso, ou melhorando-a para nos ajudar a encontrar a solução de vários problemas que nos preocupam atualmente" (LIMA, 1954, pp. 10-11).

[88] Essa ideia apareceu pela primeira vez na obra *Formação Industrial do Brasil* de 1961: "É necessário, por conseguinte, estimular por todos os meios, os trabalhos que visam o estudo da História Econômica, pela importância que representa. Nesse sentido podem prestar ajuda de enorme relevância as entidades das classes patronais, as fundações e mesmo as grandes empresas, por meio de organizações que já possuem ou por outras que sejam criadas com essa finalidade. Seria altamente meritório, além disso, se os governos (federal, estudais e municipais) se dedicassem também a esse objetivo, mandando elaborar, através de órgãos técnicos e do pessoal competente que possuem, estudos de História Econômica regional, estadual, municipal ou simplesmente de algum produto que no passado ou no presente tenha certa magnitude" (LIMA, 1961, p. 6).

[89] Destacavam-se dois objetivos gerais: "a) abolir pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atrairiam o setor privado; b) expandir a indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros" (IANNI, 1971, p. 153).

[90] Heitor Ferreira Lima. *Balanço da industrialização brasileira.* Revista Brasiliense, n. 3, São Paulo, jan./fev. 1956a, p. 115-131.

1956, esboçou um panorama sobre a evolução manufatureira no país. Ressaltou as realizações e os projetos para a segunda fase industrial – indústria pesada –, bem como suas consequências sociais e econômicas. A industrialização, para Heitor Ferreira Lima, foi idealizada por "antepassados ilustres" como Mauá, Roberto Simonsen e Rui Barbosa que confirmaram a necessidade de apoio a esse processo e implantação e disseminação industrial, caso contrário, fortaleceríamos o aspecto colonial e as nações estrangeiras.

Segundo Heitor Ferreira Lima no Brasil, a industrialização pode ser dividida em duas fases: a fase da indústria leve (1850 – 1950) e a fase da indústria pesada (a partir de 1950). A primeira fase teve início com os empreendimentos de Mauá em meados do século XIX, desenvolveu-se na época do Encilhamento e nos anos da Primeira Guerra Mundial, consolidando-se no período da Segunda Guerra Mundial. Em 1950, tínhamos uma instalação do parque manufatureiro de consumo direto – indústria leve – que se concentrava na exportação (LIMA, 1956a, pp. 115-120).

Referente à segunda fase, iniciada em 1950[91], o autor realizou um panorama abarcando o desenvolvimento das principais indústrias como a metalúrgica, de transporte, química, de álcalis, de petróleo, de material elétrico e de mecânica pesada. O desenvolvimento da indústria pesada gerou frutos positivos como: reforço do potencial econômico, domínio de técnica avançada, aumento do proletariado, reforço do mercado interno, modificações do intercâmbio de comércio exterior reduzindo importações. Como consequências desse desenvolvimento surgiram a necessidade de ampliação e melhoramento do ensino técnico profissional, a necessidade da mecanização e industrialização da agricultura, o aumento inevitável da classe capitalista que passou a buscar uma ativa participação no destino nacional aumentando privilégios e concessões. Heitor Ferreira Lima admitiu a importância crucial do processo de industrialização no combate ao colonialismo gerador de miséria e atraso do país (LIMA, 1956a, pp. 120-131).

Embora evidencie passos rumo à efetivação de um processo industrial completo, Ferreira Lima reconheceu que o retardo industrial foi um dos fatores negativos mais importantes na evolução da economia brasileira. O desenvolvimento desigual e desequilibrado dos ciclos monocultores marcou o caráter colonial e dependente do país. A produção manufatureira sempre fora menosprezada e a criação de um mercado interno de manufaturas que concorresse com a indústria inglesa foi praticamente impossível[92].

---

[91] Estava em plena ascensão quando o autor escreveu o artigo em 1956.

[92] Heitor Ferreira Lima. *Fatores Positivos e negativos da evolução da economia brasileira*. Revista Brasiliense, n. 5, São Paulo, mai./jun. 1956c, p. 62-84.

Para Ferreira Lima, o caráter dependente do Brasil sempre existiu. Num primeiro momento, uma dependência devida à posição colonial (séculos XVI ao XVIII) e, posteriormente, uma dependência imperialista (a partir do século XIX). O Brasil constitui-se como produtor de matérias-primas, gêneros alimentícios e importador de manufaturas, sobrevivendo de práticas monocultoras de produtos de grande projeção no mercado externo; por esse motivo, não podendo contar com nenhuma prática protecionista que auxiliasse na defesa dos interesses internos (LIMA, 1956c, pp. 81-85).

Atento à importância da industrialização e dos reflexos da posição colonial nesse processo, dedicou numerosos artigos para discutir a fundo seu processo e evolução. Na tentativa de conhecer os problemas que permearam nosso atraso industrial, desde o seu início da nossa colonização, escreveu *Manufaturas e atividades artesanais no tempo de D. João VI*[93] em que realizou um levantamento sobre as principais manifestações manufatureiras do período, enfatizando o caráter limitado dessas atividades que se resumiram a uma ação doméstica e local.

O comércio dessa época, por sua vez, sofreu influência da vinda da família real portuguesa para o Brasil e da abertura dos portos para o comércio mundial. Referente ao comércio interno, os centros concentravam-se nas cidades litorâneas, pois o intercâmbio de produtos se dava por navegação marítima, transporte fluvial nos rios e, no interior, por meio de burros e mulas. O dinheiro era escasso e circulava mais nessas cidades litorâneas, limitando as compras ao estritamente necessário para a alimentação, vestuários e produção. Já o comércio exterior era limitado devido à existência de um mercado interno de consumo pequeno e restrito[94], consistindo em importações de artigos de luxo/supérfluos para os membros mais afortunados da corte. O comércio externo e interno revelou muito sobre o caráter colonial de nossa economia, como apontado em um trecho do artigo *O Comércio Brasileiro no Tempo de D. João VI* [95]de 1957

> Pelos tipos de produtos de nossa importação, que expusemos antes, e os da nossa exportação, se pode verificar claramente que éramos um país de economia colonial típica, pois enquanto adquiríamos no exterior artigos manufaturados, máquinas, ferramentas, etc, vendíamos matérias-primas, como algodão, café e gêneros alimentícios como arroz, açúcar, etc, ou produtos extrativos, como ouro e diamantes. A nossa produção, portanto, se

[93] Heitor Ferreira Lima. *Manufaturas e atividades artesanais no tempo de D. João VI*. Revista Brasiliense, n. 41, mai./jun. 1962a. pp. 83-90.
[94] População composta por consumidores de baixo nível (1/3 de escravos, 1/3 de pobres).
[95] Heitor Ferreira Lima. *O comércio Brasileiro no tempo de D. João VI*. Revista Brasiliense, n. 10, mar./abr. 1957a, pp.175-198.

> limitava a artigos agrícolas de alimentação e matérias-primas de extração mineral (LIMA, 1957a, p.184).

Esse artigo expôs com clareza a opinião de Heitor Ferreira Lima referente ao impacto dos interesses portugueses no processo industrial brasileiro. Segundo o autor, existiu uma "falta de genuína reciprocidade" em todos os terrenos, "sendo mais precisos no Brasil os artigos manufaturados ingleses do que à Inglaterra as matérias-primas brasileiras" (LIMA,1957a, p. 196). A subordinação aos interesses portugueses e a abertura de mercado às manufaturas inglesas com tarifas privilegiadas tornaram difícil a formação de industriais locais. Além do mais, sofríamos com tratados que só nos prejudicavam e com o déficit da balança comercial, resultante das importações em larga escala e a falta de recursos para arcar com essas despesas. Observou-se, assim, que "as desigualdades eram flagrantes e frequentes, desigualdades essas decorrentes da posição em que se achavam os dois países e da diversidade que os caracterizava" (LIMA, 1957a, p. 195).

Esses fatores evidenciam que a expansão da industrialização no Brasil foi tolhida desde o período colonial, com os tratados de comércio que impossibilitaram qualquer avanço nacional. Em *Primórdios da Siderurgia no Brasil*,[96] Ferreira Lima afirmou que o alvará de D. Maria I, de 1785, proibiu a existência de fábricas no Brasil – com exceção das de panos e vestimentas para escravos –, evitando, desse modo, o desvio da atenção e atividades da mineração do ouro. Mesmo com o alvará de 1808 que revogou o de 1785, e declarou liberdade à indústria, não houve grandes mudanças devido o Tratado de Comércio com a Inglaterra[97], o qual possuía um parque industrial organizado e adiantado, tornando impossível qualquer concorrência nacional. Além disso, a Inglaterra gozava de vantagens alfandegárias e uma forte frota mercante, dominando, assim, as rotas marítimas. A produção industrial se limitou a determinados ramos, como a siderurgia, a construção naval, a pequenas manufaturas e a atividades artesanais locais (LIMA, 1957d, pp. 9-10).

Heitor Ferreira Lima fez questão de ressaltar também que as atividades desenvolvidas no período colonial estavam ligadas estritamente aos interesses portugueses. O artigo *Primórdios da Siderurgia no Brasil* deixa essa questão clara ao evidenciar que a atenção à siderurgia no Brasil se deu quando D. João VI assumiu o lugar de sua mãe, D.

---

[96] Heitor Ferreira Lima. *Primórdios da siderurgia no Brasil*. Revista Brasiliense, n. 14, São Paulo, nov./dez. 1957d, pp. 9-29.

[97] Esse Tratado abriu "nosso mercado à produção manufatureira britânica, em pleno apogeu de seu desenvolvimento" resultando, assim, na inundação das cidades brasileiras com artigos de consumo diversos vindos da Inglaterra (LIMA, 1957c, p. 9).

Maria I, com o interesse único na mineração do ouro, atividade de interesse primordial na época e dependente do ferro para ser explorada (LIMA, 1957d, p. 10).

O modo como se refere aos Tratados de 1810[98], inclusive, reforça essa ideia, pois afirmou que o essencial de toda essa discussão sobre comércio na época de D. João VI foi a lição de que "tratados dessa natureza, embora sob formas diversas, não se repitam, para que não tenhamos, no futuro, de lamentar erros cometidos agora e nossos filhos não tenham que macular nossas memórias maldizendo atos lesivos cometidos pela presente geração" (LIMA, 1957a, p. 198).

Essa atenção que Ferreira Lima deu a reconstituição do período colonial pode ser encarada como uma tentativa de apresentar ao leitor todos os acontecimentos que impossibilitaram qualquer tipo de avanço nacional, já que todas as realizações, acordos e tratados buscaram satisfazer aos interesses externos e alheios ao nosso país. Dessa forma, o autor apresentou-os com o intuito de que essas atitudes não fossem aceitas novamente no presente. Deveríamos tomar consciência dos danos causados no passado, evitando, assim, que os mesmos erros se repetissem.

Mas não foi somente à reconstituição do período colonial que o autor se dedicou. Além de tentar compreender os reflexos do caráter colonial no atraso do processo de industrialização do país, realizou, também, uma tentativa de esmiuçar o panorama da indústria pesada, segundo o autor, iniciado em 1950. Fazia, dessa forma, uma leitura do passado e do presente visando apresentar ao leitor os problemas pelos quais o país passou, e ainda passava, na tentativa de encontrar soluções para a consolidação do desenvolvimento e superação do atraso.

Em *Indústria automobilística no Brasil*,[99] afirmou que, com a evolução econômica, com a expansão demográfica e com formação de centros comerciais iniciada nos anos 1930, vários elementos foram decisivos para a implantação da indústria automobilística no país: adoção de uma política rodoviária em detrimento das ferrovias e navegação;

---

[98] "Esses tratados eram em número de três: um de aliança e amizade, outro de comércio e navegação e uma convenção para o estabelecimento de paquetes entre Portugal e a Grã-Bretanha [...] por eles, além de redução das tarifas aduaneiras, como privilégio especial para a Grã-Bretanha e do estabelecimento de uma linha mensal regular de navegação entre os domínios de Portugal e Grã-Bretanha [...] os súditos das duas nações aliadas podia negociar, viajar, residir ou estabelecer-se nos portos, cidades, vilas ou lugares dos Estados respectivos; assegurava-se reciprocamente, às duas potências, o tratamento de nação mais favorecida; eram os tratados declarados ilimitados em sua duração, sendo as obrigações e condições nele estabelecidas consideradas perpétuas, não podendo ser alteradas mesmo no caso do Príncipe Regente ou seus herdeiros estabelecerem novamente a sede da monarquia na Europa, só podendo ser revistos e modificados por aprazimento mútuo e decorrido quinze anos de sua vigência" (LIMA, 1957a, p. 191).

[99] Heitor Ferreira Lima. *Indústria automobilística no Brasil.* Revista Brasiliense, n. 13, São Paulo, set./out. 1957c, pp. 56-77.

construção de grandes trechos de rodagem pelo país inteiro; intensificação do uso de veículos motorizados; relevante escambo interestadual através do transporte rodoviário; industrialização com a criação de siderúrgicas; produção de pneus e câmaras de ar; e surgimento da indústria de autopeças[100]. A necessidade de veículos e combustíveis passou a ser cada vez maior com o crescimento da importância do transporte rodoviário nas atividades econômicas.

Assim, apresentou o panorama do início da indústria automobilística no país com o intuito de evidenciar que o Brasil não se beneficiou muito do desenvolvimento desse setor. Isso porque, além das indústrias, em 1957, se limitarem apenas a veículos de pequeno porte, o capital que deu forma a essas empresas – e às que ainda se constituíram – eram de procedência estrangeira e resultaram no envio de vultosas remessas de lucros para o exterior em forma de amortizações e dividendos. O reflexo disso no balanço de pagamentos foi negativo, já que a única parte que permaneceu no Brasil foi referente a salários, impostos e pagamento de matéria-prima nacional consumida. Os lucros foram todos encaminhados para o exterior. Porém, isso não ocorreu somente na indústria automobilística, mas, também, em outros empreendimentos que se consolidaram no país, levantando problemas mais amplos ligados à política de investimentos estrangeiros no Brasil (LIMA, 1957c, pp. 75-77).

Além disso, outro fator que contribuiu para os resultados negativos do balanço de pagamentos foi o aumento das importações[101] de matérias-primas, as quais tinham papel fundamental na balança comercial e exigiam vultosas quantidades de divisas, gerando rubricas onerosas de aquisições no exterior. Embora considerado um país abundante nesse quesito, nossa exploração insuficiente de matérias-primas gerou a necessidade, principalmente nos anos 50 – ano em que o desenvolvimento industrial se encontrava a pleno vapor –, de importarmos as matérias-primas necessárias à nossa produção. A produção de matérias-

---

[100] Segundo Heitor Ferreira Lima, em *A indústria automobilística no* Brasil, de 1957, a dificuldade de importação da última guerra fez com que o país começasse a fabricar peças para reparo dos automóveis, caminhões e demais transportes. Com o passar dos anos, isso foi aumentando e tornou-se um novo ramo de atividade industrial – indústria de autopeças. Mesmo com o fim da guerra, essa indústria permaneceu utilizando um grande número de peças nacionais, contribuindo para a poupança de divisas; pois consumiu matéria-prima nacional e ocupou considerável massa trabalhadora, fazendo com que o governo baixasse instruções que obrigassem o uso de uma porcentagem de peças nacionais na fabricação de veículos no país e que criasse um aumento da oneração de importação de veículos. O resultado foi a participação de elementos nacionais numa porcentagem de 70 a 80% total dos veículos motorizados. Disso surgiu o interesse das firmas estrangeiras começarem a atuar nesse setor por meio de participações e *roaylties*, recebendo equipamentos do exterior sob a forma de importação sem cobertura cambial. Percebendo a ameaça, o *Grupo Executivo da Indústria Automobilística* baixou instruções para nacionalização gradativa da fabricação de veículos e motos com peças produzidas no país.

[101] Heitor Ferreira Lima aborda as principais matérias-primas importadas: trigo, borracha, celulose, cimento, álcalis, ferro e manganês, carvão, enxofre e metais não-ferrosos.

primas para a fabricação de produtos ainda era insuficiente para assegurar uma produção industrial nacional e a libertação do mercado internacional[102].

Outro problema em relação à industrialização do país foi a falta de amparo à pequena e médias indústrias, representantes da maior parte do parque industrial brasileiro. Em *Amparo à pequena e média indústria*[103], de 1960, Ferreira Lima afirmou que "o sentido da industrialização brasileira deveria obedecer a uma harmonização de grande, média e pequena indústria", pois elas restringiam os monopólios e oligopólios forçando a competição, fator crucial para o desenvolvimento e evolução industrial. A política econômica e os investimentos estrangeiros nos anos 1960 foram orientados para os setores da grande indústria como usinas hidrelétricas, enormes siderúrgicas, instalação de indústrias automobilísticas, de álcalis, química, pesada etc. (LIMA, 1960d, pp. 21-24).

As principais reivindicações das pequenas e médias empresas no Brasil, naquele período, consistiram na necessidade de crédito; nas dificuldades e formalidades burocráticas; na centralização das operações; nos prazos curtos e juros altos; na necessidade de renovação de equipamentos e instalações impossibilitadas pela dificuldade de financiamento; na busca por uma participação maior nas exportações; na dificuldade nos transportes; na dificuldade em adotar métodos racionais de trabalho; dentre outros. O ponto crucial, e que vale ser ressaltado nessa discussão, foi o de que Ferreira Lima defendeu a industrialização que representasse interesses nacionais afirmando que "as grandes empresas estavam representando, em sua maioria, as firmas de origem alienígena", deixando de lado as pequenas e médias indústrias "constituídas por capitais nacionais (LIMA, 1960d, p. 24).

Em 1961, Heitor Ferreira Lima resenhou em *Um quinquênio de expansão industrial*[104]; a expansão industrial dos primeiros cinco anos da existência da *Revista Brasiliense*. Apresentou a evolução de alguns setores da indústria de base e infraestrutura, que caracterizaram o período que se propôs a analisar, como as indústrias de petróleo, máquinas, automobilismo, siderurgia, celulose, cimento, álcalis, metais não-ferrosos; evidenciando a modificação estrutural do parque industrial nacional voltado à fabricação de bens de produção. Abordou, também, as três principais realizações da época: a construção de Brasília, que possibilitaria a "interiorização" da economia "alargando as fronteiras econômicas", a

[102] Heitor Ferreira Lima. *Produção e necessidade de matérias-primas*. Revista Brasiliense, n. 11, São Paulo, mai./jun. 1957b. pp. 52-69.
[103] Heitor Ferreira Lima. *Amparo à pequena e média indústria.* Revista Brasiliense, n. 32, São Paulo, nov./dez. 1960d, p. 19-33.
[104] Heitor Ferreira Lima. *Um quinquênio de expansão industrial*. Revista Brasiliense, n. 31, São Paulo, set./out. 1960c, pp. 4-24.

abertura de imensas rodovias ligando pontos extremos do país e a Operação Nordeste que objetivou o reerguimento dessa região do país na busca de um avanço de todas as regiões do país.

Essas realizações geraram consequências de caráter econômico e social. Primeiramente, ocasionou um reforço geral da estrutura econômica por meio de um maior volume e variedade da produção industrial, incluindo artigos que antes não fabricávamos ou que produzíamos em quantidade insuficiente. Reforçou, também, a estrutura econômica nacional gerando um crescimento da riqueza do país expressos pelo aumento da renda nacional e da renda *per capita*. O desenvolvimento de setores industriais, até então insuficientes, exigiram um avanço tecnológico para consolidação de uma mão-de-obra especializada "criando fatores próprios para o nosso impulso, fazendo com que o avanço interno não dependesse mais de circunstâncias externas, como no passado" (LIMA, 1960c, p. 24).

Ferreira Lima considerou esse período de expansão industrial como positivo, pois passamos a satisfazer "nossas necessidades com produtos fabricados aqui mesmo" utilizando "de modo crescente as matérias-primas e outras fontes nacionais de riqueza, ao mesmo tempo que vamos aproveitando e ampliando em maior escala a capacidade técnica brasileira, elevando-lhe o seu padrão a níveis antes nunca atingidos" (LIMA, 1960c, p. 23). Porém, reconheceu um fator que impediu esse processo de ser uma conquista ampla e consolidada ao afirmar que nossos passos em direção a independência econômica foram atenuados pelos investimentos e capitais estrangeiros. O maior problema desses avanços foi o fato de se desenvolverem à sombra de interesses externos e sob seu apoio. O desenvolvimento dos ramos industriais citados contou com empresas estrangeiras instaladas no país atraindo enormes fontes de capital estrangeiro. Os dados evidenciaram vultosos volumes de capitais que entraram no país entre 1955 e 1959, concentrando a maioria dos investimentos aos setores de máquinas e automóveis. As implicações desse movimento de capitais, sem qualquer limite ou ordem, foram negativas; já que impulsionou o domínio de interesses estrangeiros nos diversos setores industriais nacionais e um ônus cada vez maior para o nosso balanço de pagamentos – déficit crescente devido retorno que as aplicações exigem em forma de remessas de amortizações, dividendos, *royalties*, etc. (LIMA, 1960c, p. 15-19).

Embora Ferreira Lima tenha reconhecido a expansão de vários setores ocasionada pelo Plano de Metas[105], seus artigos mostraram sua consciência de que o processo de

[105] Criaram-se "setores industriais novos" e expandiram-se e modernizaram-se outros mais, eliminando pontos de estrangulamento e acelerando o desenvolvimento integrado do setor industrial (IANNI, 1971, pp. 154-158).

industrialização do governo de Juscelino foi sufocado pelo reforço da dependência. Mesmo com os bons resultados da substituição de importações, não conquistamos uma emancipação econômica ou uma economia autossustentada (IANNI, 1971, p. 163). Realizou-se uma industrialização de caráter contraditório, na qual promoveu-se a substituição de importações e, ao mesmo tempo, novas exigências dessas importações (máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc., para efetivação de novos empreendimentos). O conceito de substituição de importações "não mostrava como a instalação de empresas industriais (nacionais ou estrangeiras), a associação de empresas brasileiras ou estrangeiras ou absorção de médias e grandes unidades por grandes empresas multinacionais criava nova exigências, nas relações externas". Quanto mais a empresa se desenvolvia e dependia da entrada de tecnologias mais complexas, maiores eram as necessidades no setor externo (IANNI, 1981, p.168).

Assim, Heitor Ferreira Lima defendeu que a industrialização e a alocação de recursos estrangeiros fossem guiadas pelos interesses da nação. Isso será melhor discutido no terceiro capítulo, o qual contará com a discussão das obras que o autor publicou entre 1950 e 1960, pois os argumentos nelas presentes darão maior credibilidade e consistência para o que aqui se afirmou.

Capital Estrangeiro

Em meio ao cenário de instabilidade política e econômica, Heitor Ferreira Lima publicou seus dois primeiros artigos na *Revista Brasiliense*, ambos sobre um debate primordial na época: o capital estrangeiro. O debate sobre o capital estrangeiro estava diretamente relacionado à industrialização; já que, para que as metas do programa governamental do período Juscelino fossem executadas, precisava-se manter as condições para que o fluxo de capitais e tecnologias estrangeiros continuassem (IANNI, 1971, p. 167). No primeiro artigo, *Capitais nacionais e investimentos estrangeiros,* assumiu que os capitais e investimentos estrangeiros eram cruciais para o nosso desenvolvimento e consolidação industrial. E que essa opinião era quase que unânime. Necessitávamos de uma base financeira sólida para consolidação e realização da expansão manufatureira da nova estrutura industrial que surgia. Desse modo, uma industrialização em larga escala exigiu fundos que só conseguiriam ser captados por meio da criação de um mercado especializado para atender a

---

Houve progresso das empresas do setor privado e do setor estatal, indo além de um esquema de substituições de importações, já que ocorreu uma diferenciação interna do sistema econômico (importância de alguns setores enquanto de outros estacionam ou decrescem) (IANNI, 1971, p. 159).

demanda por financiamento[106].

Porém, Ferreira Lima não deixou de reconhecer os reflexos negativos que causavam no Balanço de Pagamentos e que o problema estava na forma e destino desses recursos (LIMA, 1955a, p. 137).

> E na medida em que esse processo de industrialização progride, acentua-se a necessidade de uma sólida base financeira para a expansão manufatureira. Surge desse modo o problema dos capitais e investimentos, pois, a industrialização em larga escala exige enormes fundos, não sendo mais suficientes os métodos até então empregados, constituídos quase sempre de mobilizações restritas, sob o controle de empresas de cunho familiar e de pequenas dimensões. Esse fato impõe a tarefa da criação de um mercado especializado, capaz de atender a essa demanda potencial de financiamento, que requer somas vultosas, sob a forma de capital fixo. [...] (LIMA, 1955a, p. 129).

Antes da Primeira Guerra, os investimentos que predominavam no Brasil eram ingleses. Com o advento da Segunda Guerra, as inversões inglesas que se limitaram em sua maioria em transportes e serviços públicos declinaram dando lugar às inversões norte-americanas que se dedicaram à mineração, comércio, agricultura e indústria. Esse movimento de capitais norte-americanos para o Brasil, embora tenha permitido um avanço industrial, já em 1954 apresentou um vultoso déficit demonstrando que "entre nós há maior saída do que entrada de capitais estrangeiros". Isso foi um reflexo da enorme quantidade de remessas enviadas ao exterior sob forma de repartições, amortizações, serviços financeiros e juros (LIMA, 1955a, pp. 130-135).

Tendo em vista os problemas causados pelos investimentos estrangeiros, considerou, também, a importância do capital nacional no processo de desenvolvimento econômico. Prova disso foi o fato da "participação do capital estrangeiro, que era quase de 50% em relação ao total do novo capital de 1953, baixou para 33% em 1954, denotando isso a crescente importância que o capital nacional estava adquirindo nos investimentos entre nós", mesmo com a política de restrições de crédito executada pelo ex-ministro da Fazenda, Eugenio Gudin (LIMA, 1955a, p. 142). Percebe-se sua contrariedade em relação à política cambial contracionista de Gudin, já que assumia que o capital nacional era necessário para que o país caminhasse.

Desse modo, Ferreira Lima reconheceu tanto a importância do capital nacional

---

[106] Heitor Ferreira Lima. *Capitais nacionais e investimentos estrangeiros*. Revista Brasiliense, n. 1, São Paulo, set./out. 1955a, pp. 129-149.

como a dos capitais estrangeiros e abordou a necessidade de política nacional de investimentos na tentativa de orientar a melhor utilização dos movimentos desses capitais. Essa política preconizou planejamento econômico[107], um *funding* das dívidas externas[108], a restrição às importações[109], o incentivo às exportações[110] e a entrada de investimentos estrangeiros[111] para satisfazer interesses do país. Essa proposta de política evidenciou que o autor se mostrou a favor do Estado como regulador de medidas, provendo a defesa dos interesses nacionais e a perspectiva progressista de incentivo à industrialização.

Em relação aos empréstimos estrangeiros, escreveu *Os primeiros empréstimos externos*[112], no bimestre de novembro/dezembro. Para Ferreira Lima, o Brasil deu um passo em direção à independência política em conjunto com o início da dependência econômica. Ao analisar o período do Império e das duas Regências, destacou que as expressivas remessas de empréstimos geraram uma crise política, econômica e financeira. Isso porque o autor, por meio da discussão dos danos causados pelos nossos primeiros empréstimos tomados de maneira desorientada, queria evidenciar os cuidados que deveriam ser tomados em relação ao capital estrangeiro. Esse artigo foi publicado num período em que o Brasil acabara de eleger Juscelino Kubitschek para presidência – em outubro daquele ano. O candidato vencedor foi dono de um discurso desenvolvimentista que propunha um Plano Nacional de Desenvolvimento com o auxílio do capital estrangeiro (MALAN, 1995, p. 78). Talvez, Ferreira Lima procurasse através de seus escritos orientar a forma como o Estado deveria tomar esse tipo de capitais, atentando-os dos erros do passado.

Esse tema voltou em um artigo de 1956 intitulado *Capitais europeus no Brasil*[113], no qual lançou novamente um panorama sobre o movimento dos capitais europeus no Brasil, reafirmando que os empréstimos estrangeiros foram a forma de investimento mais ruinosa e

---

[107] O planejamento é uma técnica que não exclui os empreendimentos privados, mas cria condições favoráveis para o mesmo. Assegura, também, a sobrevivência das instituições, das empresas, maior controle sobre trustes e melhor utilização da propriedade privada em prol à coletividade (LIMA, 1955a, p. 143-146).

[108] Necessidade de um f*unding* das dívidas externas, especialmente dos atrasos comerciais, principalmente, de modo a transformá-los em dívidas de longo prazo, desafogar o Balanço de Pagamentos e reduzir seu serviço (que absorvia 17% das receitas cambiais). Com isso, ter-se-ia uma " utilização mais adequada das divisas e alívio da balança de comércio exterior" (LIMA, 1955a, p. 147).

[109] Eliminar mercadorias suntuárias ou supérfluas e outras.

[110] Buscar outros produtos para compensar a perda do café e intensificar comércio com outros países.

[111] Investimentos americanos para "planos de governo para governo" como para Comissão Mista Brasil- EUA (reaparelhamento das estradas de ferro, reaparelhamento dos portos e da frota de cabotagem, energia elétrica, construção de silo e armazéns, de frigoríficos, etc) (LIMA, 1955a, p. 147).

[112] Heitor Ferreira Lima. *Os primeiros empréstimos externos*. Revista Brasiliense, n. 2, São Paulo, nov./dez. 1955b, pp.108-131.

[113] Heitor Ferreira Lima. *Capitais europeus no Brasil. Revista Brasiliense*, n. 4, São Paulo, mar./abr. 1956b, pp. 45-64.

prejudicial ao Brasil. Como já enunciado anteriormente, os investimentos europeus diminuíram após a Segunda Guerra dando espaço ao crescimento norte-americano nesse quesito. Os norte-americanos encontraram na América Latina uma oportunidade de conquista de mercados, já que haviam perdido suas antigas colônias na guerra. Naquele momento, o Brasil vinha passando por muitas mudanças, fortalecendo-se no ramo industrial no período das guerras e fortalecendo sua relação com os Estados Unidos. Dessa forma, os artigos de maiores necessidades, como combustíveis, equipamentos e veículos, eram provenientes das importações norte-americanas. Essa fase resultou numa nova orientação dos investimentos europeus no Brasil que passaram a colaborar com o envio de remessas de equipamentos e fábricas inteiras (nova orientação dos investimentos europeus no Brasil). Vivíamos na década de 1950 um momento de competição entre o capital europeu e norte-americano. Ferreira Lima demonstrou esperança em relação a essa competição acreditando que poderíamos tirar proveitos dela no "caminho do engrandecimento econômico, no aumento da riqueza nacional e do bem-estar do povo" (LIMA, 1956b, pp. 63-64).

Esses artigos demonstraram que Ferreira Lima reconheceu o importante papel dos investimentos e capitais estrangeiros para o nosso progresso. Porém, essa ideia só se tornou completa em *Capitais estrangeiros e interesse nacional*[114], de 1958, quando debateu mais a fundo uma questão fundamental: o conflito de interesses entre países inversores de capitais e os países recebedores desses capitais. Olhando para a situação do Brasil, defendeu o uso de capitais provenientes da poupança interna e admitiu que era necessária a criação de um *Código de Investimentos* na tentativa de barrar o abuso cometido pelo capital estrangeiro que já havia tomado os setores mais importantes do país, comprometendo o desenvolvimento das empresas nacionais ao implantar filiais que remetiam ao exterior juros, amortizações, remuneração de patentes e *royalties*. Defendeu a ideia de "pleitear os investimentos em forma de empréstimos, como modo mais convincente aos nossos interesses" na tentativa de romper com o abuso das empresas estrangeiras. Somente quando utilizássemos "os financiamentos estrangeiros para explorar nossas riquezas naturais e expandir nossa produção", dentro de normas que abarquem os interesses nacionais, é que construiríamos "a grandeza da pátria, auxiliando o seu efetivo progresso e assegurando melhores condições de vida para o nosso povo" (LIMA, 1958c, pp. 19-20).

A ausência de um *Código de Investimentos* fez com medidas como a Instrução 113 da SUMOC, de 1955, fossem impostas desnacionalizando o processo de evolução

[114] Heitor Ferreira Lima. *Capitais estrangeiros e interesse nacional*. Revista Brasiliense, n. 19, São Paulo, set./out. 1958c, pp. 9-20.

industrial do país. Em *Instrução 113 da SUMOC e "Royalties"*[115] definiu essa instrução[116] como uma medida que buscou "simplificar a regulamentação sobre o licenciamento de importações que independem de cobertura cambial, como as vantagens da criação de um clima favorável para os investimentos de capitais estrangeiros" (LIMA, 1958a, p. 8). Isso permitiu o livre movimento de capitais e rendimentos auferidos no país, tornou ilimitada a entrada de novos empreendimentos em certos setores, adotou uma política liberal no que tange à aplicação de capitais estrangeiros e discriminou a indústria nacional. Além disso, a indústria nacional que desejasse importar novas fábricas ou equipamentos completos tinha uma taxa cambial preferencial que estava acondicionada a disponibilidades cambiais cada vez mais escassas, tornando-se impossível promover a renovação de seu maquinário. Tornou-se fundamental conseguir, mediante participação eletiva dos órgãos competentes, a melhor seleção dos financiamentos estrangeiros. O repúdio da indústria nacional à Instrução 113 da SUMOC foi aumentando devido à situação de superioridade do capital estrangeiro em relação ao capital nacional que a mesma ocasionou.

Segundo Ferreira Lima, era necessário canalizar investimentos estrangeiros – e não conceder facilidades cambiais a esse tipo de investimento – e regulamentação na tentativa de evitar fraudes. As consequências da entrada ilimitada e indiscriminada de investimentos e equipamentos estrangeiros na indústria brasileira provocou a desnacionalização da mesma, já que relevantes remessas em forma de lucros, juros, dividendos e *royalties*[117] eram direcionados ao exterior tendo um resultado impactante no balanço de pagamentos como já mencionado nessa seção. Mesmo com todos esses fatores negativos, a Instrução 113, ainda em 1958, permaneceu intacta, comprovando que existiam interesses mais fortes que a indústria nacional.

Debatendo sobre o capital estrangeiro, os artigos de 1955, 1956 e 1958, dialogaram diretamente com o governo de Kubitschek. Esse governo teve como desafio encontrar uma nova forma de obtenção de recursos para efetivação do Plano de Metas. Entre 1951 e 1958 ocorreu uma contínua redução das exportações brasileiras de café até chegar a

---

[115] Heitor Ferreira Lima. *Instrução 113 e "Royaltes".* Revista Brasiliense, n. 16, São Paulo, març/abr. 1958a, pp. 8-21.

[116] A primeira parte da Instrução 113, referente às empresas estrangeiras, facultava à Carteira de comércio exterior a emissão de licenças de importação sem cobertura cambial para conjunto de equipamentos ou equipamentos que complementem ou aperfeiçoem conjuntos já existentes, desde que se averiguasse que não haveria pagamento em divisas dessas importações. A segunda parte, referente às empresas brasileiras, concedia direitos de importação, mas dependendo da disponibilidade de divisas.

[117] Heitor Ferreira Lima. *Instrução 113 e "Royaltes".* Revista Brasiliense, n. 16, São Paulo, març/abr. 1958a, pp. 8-21.

estagnação no triênio de 1958-1960. A escassez de divisas ocasionada por essa redução de exportações poderia ter comprometido a acumulação de capital e a industrialização no decorrer dos anos 50, não fosse o capital estrangeiro (MALAN, 1955, p. 79).

No final de 1956, o Brasil ocupava o terceiro lugar como o maior receptor de capital de risco, também conhecido como investimentos diretos, norte-americano na indústria manufatureira. Essa posição não permaneceu por muito tempo, já que entre 1957-1964, o estoque de capital estadunidense na Europa quadriplicou. Esse movimento foi impulsionado pela criação da *Comunidade Econômica Europeia*, em 1957, que possibilitou o "sucesso do período Juscelino Kubitschek" com a alteração internacional do investimento direto acelerada (MALA, 1995, p. 83). Assim, esse período marcou a consolidação da hegemonia norte-americana sobre a Europa e o Japão, dando a possibilidade de reformular suas relações com os povos coloniais a fim de "encontrar novas fronteiras de expansão" (IANNI, 1971, p. 143).

A política de atração de capitais estrangeiros de Juscelino soube aproveitar as condições internacionais

> O investimento direto e os financiamentos de fornecedores para a importação de máquinas e equipamentos destinados a impulsionar a industrialização brasileira na segunda metade dos 50 podem e devem ser vistas como, em boa parte, associados à competição entre indústrias europeias e norte-americanas por posições de mercado (MALAN, 1995, p. 83).

Além do cenário internacional, a economia chegou a um ponto de seu desenvolvimento em que a industrialização deixou de ser induzida pelo estrangulamento externo. Ou seja, "as exigências estabelecidas pelas relações de interdependência e complementariedades" passaram a ser "inerentes à estrutura econômica". No período que Kubitschek assumiu a presidência, a opinião pública estava preparada para a prática da planificação associada ao desenvolvimento econômico. A opinião pública admitia que a "planificação experimentada por países socialistas era apenas uma das possibilidades de aplicação da técnica", ademais, havia sido aplicada em países capitalistas industrializados para "organizar economias de guerra" e "acelerar a reconstrução econômica no pós-guerra" (p. 146), isto é, consistia numa "técnica neutra". Segundo Ianni, o que distinguiu o Governo Vargas (1951-1954) e o Governo Juscelino (1956-1960) foi que o primeiro executou uma "política destinada a criar um sistema capitalista nacional" enquanto o segundo fez "uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente" (IANNI, 1971, pp. 146-

150). Assim, os argumentos defendidos por Ferreira Lima se mostraram contrários à política executada por Juscelino que só fez reafirmar nossa dependência.

O governo deste último intensificou as relações de interdependência e complementariedade no nível das forças produtivas (tecnologia, capital, força de trabalho). Segundo Malan, "dos 565 milhões de dólares de capital de risco (investimento direto) que ingressaram no Brasil entre 1955 e 1960, cerca de 401 milhões ingressaram nos termos da Instrução n° 113 da SUMOC de janeiro de 1955".

> O endividamento externo foi corolário natural, dado que importações não podem ser financiadas com cruzeiros: importações só podem ser financiadas ou com exportações ou com endividamento. A dívida brasileira, inferior a US$ 2 bilhões em fins de 1955, havia crescido para 2,7 bilhões em fins de 1960, mais de 2 vezes o valor das exportações daquele ano [...] Mas o que causava preocupação não era tanto o nível da dívida externa, mas os termos em que o Brasil se estava endividando, crescentemente a curto prazo: em fins de 1960, 70% do total da dívida externa brasileira deveria ser paga nos próximos três anos (MALAN, 1995, p. 84).

Ferreira Lima, ao escrever seus artigos diante desse cenário, reconheceu a importância dos movimentos de capitais para o processo de evolução industrial nacional e a importância dos capitais e investimento estrangeiros se voltarem aos interesses do Brasil e não aos externos. O que demonstrou em seus artigos foi que desde os primeiros empréstimos do Brasil pós-independência esse movimento esteve ligado à satisfação de interesses estrangeiros que resultaram uma maior saída que entrada de capitais, bem como a desnacionalização da indústria. Segundo Ferreira Lima, para auxiliar o processo industrial nacional e melhorar a condição de vida da população, deveria-se orientar esses capitais estrangeiros aos nossos interesses na tentativa de alcançar o desenvolvimento do país. Essa ideia da necessidade da criação de uma autonomia em relação ao capital estrangeiro foi compartilhada pelos membros colaboradores da *Revista* e tomou força ainda maior nos artigos de Caio Prado Júnior.

Para Prado Júnior, o trabalho e produção brasileiros pagavam as inversões que aqui se aplicavam e "daquilo que mandamos para fora, recebemos de retorno apenas uma parte" (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 20). Enquanto as decisões dos detentores de capitais "forem estranhos ao País, estranhos a ele serão também os interesses que o conduzem" (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 39). A necessidade era a conscientização de que os auxílios exteriores fossem na medida exata, tornando necessária a criação de um projeto que fiscalizasse e disciplinasse as remessas de lucros na tentativa de impedir que a economia brasileira continuasse "dessangrada pela abundância e magnitude dos recursos que aquelas

empresas estrangeiras subtraem às finanças do País" (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 1). Esse projeto "com a sua transformação em lei se terá proclamado a independência econômica do Brasil, precisamente cento e quarenta anos depois da independência política" (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 9).

O sistema de transportes

O sistema de transportes, em uma economia em pleno processo de industrialização, assume papel primordial. Heitor Ferreira Lima debateu em seus artigos dois sistemas de transportes importantes: a marinha mercante e as ferrovias. Isso porque esses meios de locomoção eram fundamentais para a produção, já que transportavam insumos, como carvão e minérios, para a distribuição de toda essa produção.

Em *Marinha mercante e construção naval*[118] abordou o atraso de um dos setores mais importante para o país: o setor marítimo. O panorama sobre a nossa frota mercante, realizado em 1961 pelo autor, foi desolador quando comparada a uma nação com uma costa marítima medindo mais de 8000 quilômetros e rios de navegabilidade extensos como Amazonas, São Francisco e Paraná. Na tonelagem de embarcações que entravam nos portos brasileiros, apenas 8% eram de participação brasileira. Isso gerava um gasto de 200 milhões de dólares com transportes marítimos de outras bandeiras. Apenas cerca de um terço das cargas movimentadas no país eram feitas via marítima ou fluvial, gerando prejuízo, visto que o transporte aquático é consideravelmente mais barato (LIMA, 1961b, pp. 10-17).

Ferreira Lima objetivou com esse debate discutir o que o governo vinha fazendo para recuperarmos "nosso prestígio naval de cem anos atrás e acabar com esse enorme retardo que caracterizava o sistema marítimo de transportes (LIMA, 1961b, p. 20). Assim, citou a criação do primeiro Grupo Executivo da Industria de Construção Naval (GEICON) e o incentivo para aplicação de capitais nesse setor. Abordou, também, as metas relacionadas ao transporte marítimo presentes no Plano de metas de Juscelino: a meta nº 10 (Serviços Portuários e Dragagem), que visava a realização de obras portuárias, reaparelhamento, dragagem, equipamento de dragagem; e a meta nº 11 (Marinha Mercante), que objetivava a expansão da frota especializada para o transporte de minério e carvão, encomenda de DWT, de navios para transporte de cargas secas, navios petroleiros, navios de transporte de carga na/cabotagem, expansão da frota nacional lacustre e fluvial (LIMA, 1961b, pp. 18-20).

[118] Heitor Ferreira Lima. *Marinha mercante e construção naval.* Revista Brasiliense, n. 33, São Paulo, jan/fev. 1961b, p. 10-24.

Problemas também foram encontrados nas ferrovias do país. Em *Ferrovias do Brasil*,[119] Ferreira Lima conscientizou o leitor de que boa parte das estradas de ferro fora construída para atender os ciclos de produção colonial, sem que sequer uma dessas unidades tenha sido constituída para os interesses do país. Foi um setor que contou com uma concorrência desleal em relação às rodovias, aos comboios curtos e não padronizados e ao transporte de pequenas distâncias – com estradas de menos de 200 quilômetros. Isso exigiu várias medidas, como o reequipamento e renovação do material rodante; a ampliação das linhas; a eliminação das deficitárias; e a necessidade de aprovação de um *Plano Nacional de Viação* buscando desenvolver os diferentes sistemas nacionais de transporte.

Essa discussão abordada por Ferreira Lima, referente aos problemas de transportes, mostra que o autor, já em 1961, a encarou como um balanço dos resultados efetivos da política de metas de Juscelino Kubitschek. Isso porque, ao propor "uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis" ao país, o programa esperava atingir seus objetivos até o final do mandato de Juscelino em dezembro de 1960[120].

O sistema bancário

Outro ponto fundamental para o sucesso do processo de industrialização diz respeito ao financiamento e ao crédito, já que ambos tiveram grande peso para que a indústria se desenvolvesse no país. Sabendo disso, Ferreira Lima publicou artigos referentes ao sistema bancário nacional. Em *Panorama bancário nacional*[121], admitiu que, ainda em 1960, havia a necessidade de uma reforma bancária, pois o crédito no Brasil consistia num "conglomerado de estabelecimentos de crédito com funções superpostas, duplas e por vezes até antagônicas" e, mesmo tendo um papel importante para a consolidação da indústria, ainda naquele período era necessária uma reforma bancária que considerasse os interesses coletivos e que levasse "a cabo uma obra de verdadeiro patriotismo" (LIMA, 1960a, p. 24). O sistema bancário constituiu-se sob uma economia monocultora de exportação e não se adaptou a nova estrutura que se formou, praticando, assim, duas políticas opostas: "enquanto os bancos nacionais praticam uma poupança forçada, não distribuindo lucros e incorporando-os às reservas, para depois transferi-las ao capital, os bancos estrangeiros drenam seus lucros para o exterior,

[119] Heitor Ferreira Lima. *Ferrovias no Brasil.* Revista Brasiliense, n. 37, São Paulo, set./out. 1961c. pp. 47-61.
[120] Presidência da República. *O programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação. 1958, p. 13.
[121] Heitor Ferreira Lima. *Panorama bancário nacional*. Revista Brasiliense, n. 28, mar./abr. 1960a, pp. 11-24.

mantendo baixo nível de seus capitais" (LIMA, 1960a, pp. 21-22). Ao definir nosso sistema bancário afirmou que

> [...] trata-se, evidentemente de uma inútil multiplicidade de órgãos, de dispersão de esforços, que uma centralização bem orientada poderia corrigir, com proveito para as realizações e funções a que se destinam. Por sua vez, a direção e orientação geral do nosso sistema bancário hoje está dividida entre a SUMOC, o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil, com atribuições que por vezes correspondem ao Congresso, deliberando, em certos casos, sobre assuntos de magna importância, como a Instrução 70 da SUMOC, que modificou completamente o sistema cambial entre nós, ou a Instrução 113, que decidiu sobre a entrada de capitais estrangeiros no país. Estas Instruções da SUMOC são elaboradas sigilosamente, por isso, quando são publicadas produzem, muitas vezes, o efeito do estouro de uma bomba, provocando pânico ou desassossego em vários setores [...] Ora, uma reforma bancária que contemple todos esses problemas, que atenda a todos esses casos, que corrija todos estes defeitos e omissões, viria sem dúvida sanar este conjunto de males ou simples inconveniência aqui apontados, colocando o sistema bancário brasileiro à altura de suas necessidades do momento, ou seja, de acordo com a novas necessidades criadas pela nossa evolução (LIMA, 1960a, p. 24).

Ferreira Lima escreveu, ainda, outros dois artigos referentes a estrutura bancária: *O primeiro Banco do Brasil*[122]e *Notas sobre a estrutura bancária brasileira*[123]. Em *O primeiro Banco do Brasil*, dissertou sobre uma das medidas mais importantes tomadas pelo príncipe regente D. João VI, a criação do Banco do Brasil em 12 de outubro de 1808. Com isso, deu-se início à lenta venda de ações, tornando essa subscrição um ruinoso ônus público. Devido à lentidão das vendas de ações e a retração de capitais, o Banco do Brasil só começou a funcionar em dezembro de 1809. A primeira crise ocorreu em 1817, como resultado dos boatos que se espalharam sobre a insolvabilidade do banco, e, em 1918, a corrida foi ainda maior. A função do Banco do Brasil foi fornecer numerários para as despesas da corte e da administração, transformando-se as emissões, nas palavras do autor, em "festa". O cenário do início do século XIX foi de desordem financeira, quantidades enormes de moeda em circulação, produção de ouro em declínio e comércio exterior desfavorável. A fim de acalmar a população, o rei declarou nacionais as dívidas do banco. Prevendo a bancarrota que estava por vir, D. João VI e sua corte fizeram um assalto ao banco e levaram todo o ouro e prata que havia, além dos demais bem, abandonando o estabelecimento que foi à falência. A herança deixada foi uma inflação desenfreada provocada pelas grandes quantidades de emissões para

[122] Heitor Ferreira Lima. *O primeiro banco do Brasil*. Revista Brasiliense, n. 7, São Pulo, set./out. 1956d, pp. 123-154.
[123] Heitor Ferreira Lima. *Notas sobre a estrutura bancária brasileira*. Revista Brasiliense, n. 8, São Paulo, nov./dez. 1956e, pp. 141-142.

cobrir os gastos da corte, sobrevivendo por mais alguns anos até sua completa liquidação, em 1829, através da lei que o extinguiu e passou para o governo a responsabilidade das emissões. O Banco do Brasil causou grandes males ao século XIX; porém, sua extinção gerou a necessidade de um estabelecimento de crédito (LIMA, 1956d, pp. 123-154).

Essa necessidade de um banco central ainda persistia na década de 1950, admitindo o autor, em *Notas sobre a estrutura bancária brasileira*, que sua inexistência ocasionou transtornos não só bancários, mas à política monetária e a operações de financiamento. Inexistia ainda, naquele período, uma estrutura bancária consolidada. O papel dos bancos assumia cada vez mais uma importância maior, pois se acreditava que, posteriormente, deixariam de ser órgãos meramente financeiros e especulativos para se ligarem ao processo de produção "controlando e dirigindo empresas industriais, agrícolas e comerciais". Heitor Ferreira Lima acreditava que, com a evolução e criação de bancos, poderíamos nos tornar mais autossuficientes economicamente.

Essa discussão, feita em 1956 – e que dialogava com os acontecimentos posteriores ao governo de Juscelino, entre 1952 e 1954 –, impulsionou o sistema bancário com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico (BNDE) e da Carteira de Comércio Exterior (CACEX). Além disso, em 1956, na tentativa de atrair capitais públicos (norte-americanos) para o desenvolvimento brasileiro e chamar a atenção estadunidense para os problemas da América Latina, Juscelino propôs a Operação Pan-americana[124] (MALAN, 1995, p. 89). Assim, percebemos que esse era um debate recorrente do governo, que pouco ou muito, esforçava-se para criar tentativas para a evolução do sistema bancário, que, com o desenvolvimento das atividades produtivas, passou a assumir um papel ainda mais influente no sistema econômico, principalmente no que se refere à industrialização.

A questão social

Heitor Ferreira Lima provou que, mesmo considerando as classes dominantes e órgãos governamentais implementadores do progresso, teve um olhar atento para o interesse da população (ROCHA, 1990, p. 22). Talvez, o enfoque do autor em relação ao proletariado não

[124] O único resultado imediato dessa proposta foi a sanção para a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento como forma de articular capitais públicos norte-americanos para a superação do subdesenvolvimento regional (MALAN, 1995, p. 89).

tenha sido tão enfático e, por isso, pecou por se conter demais e deixar de lado, esporadicamente, as classes mais oprimidas. Poucas vezes Ferreira Lima discutiu as classes sociais.

Na *Revista Brasiliense*, esse tema foi debatido pela primeira vez em *O aspecto financeiro da previdência social*,[125] no qual mostrou sua preocupação com as classes mais pobres abordando os problemas da arrecadação na Previdência Social resultantes da falta de contribuição do governo e do patronato. O pagamento da grande dívida geraria um patrimônio volumoso capaz de "ajudar não somente a desafogar as dificuldades, como também a melhorar os serviços prestados aos beneficiários, sem qualquer outro ônus para a organização ou seus contribuintes" (LIMA, 1960b, p. 151). Heitor Ferreira Lima abordou a questão da Previdência e a resolução de seus problemas devido o papel relevante que ambos possuíam proporcionando aos trabalhadores e suas famílias benefícios que seus salários limitados não proporcionam. O debate sobre classes sociais também apareceu em *Fatores matérias e ideológicos da proclamação da República*[126], no qual ressaltou que a conspiração militar para a derrubada da Monarquia foi "relativamente fácil" e não contou com a participação das massas. Isso foi possível graças à propaganda republicana ter tomado todas as classes e camadas sociais mais representativas, como membros da elite intelectual, jovens oficiais do Exército e fazendeiros de café, evidenciando o caráter da classe que fez nascer a República.

Já em *Euclides da Cunha e Castro Alves*,[127] mostrou a admiração que Heitor Ferreira Lima tinha por Castro Alves e Euclides da Cunha, representando "duas atitudes que a história guarda". Castro Alves recitou dentro da conservadora Faculdade de Direito de Recife o poema *O Século*, um desafio à sociedade escravocrata. Voltou seus poemas a temas como atrocidades e injustiças sociais, apegando-se aos ideais progressistas que clamavam por democracia e igualdade de representação das classes sociais. Defendeu o fim da escravidão, a necessidade de expansão do mercado interno e acusou as regalias e privilégios do Império. Euclides da Cunha, por sua vez, em um gesto de rebeldia diante da Escola Militar, onde todos os soldados encontravam-se em posição de sentido – eles estavam em um ato solene para a revista do *Ministro da Guerra da Monarquia* –, avançou rompendo a disciplina, revoltou-se, tentou quebrar a espada e atirou-a aos pés do Ministro. Euclides descreveu acontecimentos,

---

[125] Heitor Ferreira Lima. *O aspecto financeiro da previdência social*. Revista Brasiliense, n. 30, São Paulo, jul./ago. 1960b, pp. 148-154.
[126] Heitor Ferreira Lima. *Fatores materiais e ideológicos da Proclamação da República*. Revista Brasiliense, n. 43, São Paulo, st./out. 1962b. pp. 168-179.
[127] Heitor Ferreira Lima. *Euclides da Cunha e Castro Alves*. Revista Brasiliense, n. 24, São Paulo, jul./ago. 1959, pp. 11-121.

revoluções sociais e desastres se mostrando "extraordinário conhecedor de nossa história, de nossa geografia, de nossa botânica e das ciências em geral, de Darwin a Marx, passando por Kant e Maudsley" (LIMA, 1959, p.118).

Ferreira Lima concluiu que Euclides da Cunha não falou de nossa história com suficiente clareza como a tratou Castro Alves. Todavia, foram dois nomes consagrados que tiveram os mesmos ideais – embora em épocas diferentes. Afirmou que se tratava de "dois gênios nacionais, de duas figuras representativas de nossa raça, como homens dedicados ao engrandecimento da pátria e ao crescente bem-estar do povo" merecendo a permanente reprodução de ambos no presente e no futuro (LIMA, 1959, p. 121). Compreende-se, assim, que essa questão das classes sociais, comparada ao tema da industrialização, sempre foi tratada de maneira secundária e sem muito aprofundamento. Talvez disso derivem a maioria das críticas referentes ao autor que muitas vezes é acusado de privilegiar a questão da técnica de produção e de deixar de lado "o problema das relações sociais e dos processos de trabalho" (ROIO, 2014, p. 31).

A questão regional

Mesmo não tratando diretamente sobre as relações de produção e as classes menos favorecidas, a preocupação de Heitor Ferreira Lima com a população como um todo aconteceu. Isso pode ser evidenciado com os dois artigos que dedicou à região mais pobre do país durante o tempo em que escreveu para a *Brasiliense*: o Nordeste. Em 1958, escreveu *Problemas do Nordeste*[128], elucidando que essa região é a mais subdesenvolvida do país e, concomitantemente, a com maior número de recursos e potencial humano. Com isso, ela poderia se transformar em um mercado para produtos manufaturados e grande fonte de matéria-prima. Porém, o atraso que tomou a região – desde sempre – impediu seu desenvolvimento. Talvez, esses projetos de governo não captassem as causas desses problemas que eram as raízes históricas.

O problema fundamental do Nordeste era agrário, responsável pela baixa renda, concentração latifundiária, desinteresse dos grandes proprietários de terra em qualquer aquisição maquinaria para a produção – possuíam mão-de-obra barata e abundante, baixa produtividade, economia para sobrevivência, dentre outros fatores. Resolvido o problema agrário, quase que automaticamente se resolveria o problema da seca e acabaria com os

[128] Heitor Ferreira Lima. *Problemas do Nordeste*. Revista Brasiliense. n. 17, São Paulo, mai./jun. 1958b, pp. 13-34.

"vestígios do feudalismo". Outros problemas evidentes na região eram: a emigração devido seca, as más condições de trabalho e as dificuldades de sobrevivência. Embora o clima sempre tenha sido apontado como o maior vilão, foram “as condições reinantes no campo, decorrentes do sistema agrário atrasado de produção, o responsável pelo êxodo das populações nordestinas” (LIMA, 1958b, pp. 21-26).

Havia a necessidade de valorização da região, transformação do povo em produtores de maiores rendimentos, ampliação do mercado e das riquezas naturais em proveito coletivo. Verbas existiam. Porém, destinaram-se para “satisfazer interesses de políticos, coronéis, fazendeiros, administrações locais”. Dessa forma, o Nordeste era uma região rica e "quando conveniente e racionalmente irrigados a produção é abundante e fácil”, além do que, possuía um futuro extraordinário na mineração e no campo industrial (LIMA, 1958b, pp. 30-31).

Ao chamar a atenção para os problemas dessa região, Ferreira Lima buscou pedir ação, pois não eram “mais planos e estudos” que nos faltavam, mas “realizações, trabalho concreto e prático" (LIMA, 1958b, p. 15). Isso pode ser interpretado como uma crítica ao que vinha sendo feito pelo Nordeste por parte do governo. Destacaram-se o Congresso de Salvação do Nordeste[129] e a Conferência dos Bispos do Nordestes[130].

O Congresso de Salvação do Nordeste aconteceu em 1955, numa tentativa do governo Vargas de criar “uma política nacional de correção dos vários desequilíbrios regionais que se acentuaram com a industrialização do país”. Teve como objetivo “definir uma ampla política nacional cobrindo setores como energia elétrica, a agricultura e a posse de terra, o combate ás secas, saúde, minérios, educação, cultura e transportes”. Contou com resoluções que regulavam a terra, combatiam o latifúndio improdutivo, a seca, estímulo à industrialização, agricultura e comércio que favorecessem a região, dentre outros (IANNI, 1971, p. 161).

Já a Conferência dos Bispos do Nordeste inaugurou “a ofensiva da Igreja rumo a uma efetiva penetração no campo”. A Igreja se comprometeu “com um plano gradual de soerguimento da região que contará com a mais aberta simpatia e cooperação oficial” de ministros, auxiliares do governo e do próprio presidente[131]

O governo continuou a idealização de projetos para a região e, em 1959, aprovou a Operação Nordeste (OPENO), como sua 31ª meta, e a Superintendência do Desenvolvimento

---

[129] Realizada em Recife, em agosto de 1955. “Nas resoluções do Congresso, enfatiza-se a necessidade de um planejamento global que regule o uso da terra, combata o latifúndio improdutivo e as secas, ao mesmo tempo que estimule a implantação industrial, o aproveitamento hidrelétrico, a agricultura e um comércio internacional que fortaleça a região” (CARMARGO, 1994, p. 161).

[130] Realizada em Capina Grande, em maio de 1956.

[131] Aspásia de Alcântara Camargo. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: Boris Fausto (Org.). História geral da civilização brasileira. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.3, p. 163.

do Nordeste (SUDENE)[132]. Dessa vez, Ferreira Lima, em *Soluções para os problemas do Nordeste*[133], de 1961, teceu elogios às novas iniciativas do governo.

Ao propor a discussão de soluções e aplicações práticas para o Nordeste, afirmou que no início dos anos 1960 uma nova era se abria para o Nordeste visando mudar o quadro da economia estagnada, seu retardo e sua efetivação em relação às demais regiões. Estava, o autor, se referindo à SUDENE, órgão que, segundo ele, visou a "dinamização econômica daquela região, a fim de mudar-lhe a estrutura, eliminando por esse meio os males sociais que a atingem" (LIMA, 1961b, p. 9).

Porém, encontrou resistências por parte de classes sociais e governadores nordestinos que se interessam em não mudar a situação dessa região que beirava a escravidão. Os problemas desse local começaram, a partir daquele período, a serem tratados com base nas suas verdadeiras causas e efeitos, como antes: com medidas que atacaram as raízes e proporcionam maiores rendimentos dos investimentos. As medidas tomadas possuíam bases científicas, rejeitando o caráter empirista e improvisado, dando fim do "paternalismo" existente e visando a solucionar os problemas em longo prazo. A SUDENE se baseou na "experiência vitoriosa de regiões com problemas mais ou menos semelhantes em outras partes do mundo" assegurando, assim, "o triunfo e conquista a simpatia de todos os estudiosos dos assuntos econômicos e sociais do Brasil, que aspiram por melhores dias para o futuro" (LIMA, 1961b, p. 22). Deste modo, Ferreira Lima demonstrou o caráter humano de sua obra, sua preocupação com a ascensão de todas as regiões do país de forma igualitária e a importância das classes menos favorecidas para enfrentarmos os problemas do país.

Provavelmente, o autor não esperava que o fato de não ter se aprofundado na discussão sobre as relações de produção e as classes oprimidas fosse se transformar em argumentos negativos em relação a sua obra. Talvez, para Ferreira Lima, bastaram as referências feitas à necessidade de elevação do nível de vida das pessoas para o progresso efetivo do país. Cabe a nós, neste trabalho, não entrar nessa questão, já que esse não é nosso objetivo. Porém, vale elucidar que isso contribuiu para que o autor fosse considerado um intérprete renegado[134] em relação aos outros nomes da mesma época que fizeram história e se

---

[132]"[...]uma estratégia global de racionalização da produção agrícola (combinada à implantação industrial e à expansão das fronteiras agrícolas", o objetivo é confinar a resolução dos conflitos sociais à Zona da Mata, onde se pretende ao mesmo tempo estimular a elevação da produtividade e liberar parte das terras para o cultivo familiar de alimentos" (IANNI, 1971, p. 169).

[133] Heitor Ferreira Lima. *Soluções para os problemas do Nordeste*. Revista Brasiliense, n. 34, São Paulo, maio./abr. 1961b. pp. 8-22.

[134] Argumento de Marco Del Roio em *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados* de 2014.

destacam até os dias de hoje quando o tema é a formação econômica do país e os problemas do nosso atraso.

O que se conclui, diante da apresentação de todos esses temas, é que giram em torno de uma questão crucial para Heitor Ferreira Lima: a industrialização. Ao debater o capital estrangeiro, o sistema de transportes e o sistema bancário, o autor buscou evidenciar quais as deficiências de cada setor e possíveis pontos para seus avanços. Isso porque, ambos eram fatores fundamentais para que o processo de industrialização obtivesse sucesso e bons frutos. Somente através de um sistema de crédito autossuficiente, de um sistema de transporte estruturado para movimentação de insumos – e produção – e do capital estrangeiro voltado aos interesses do nosso país, poderíamos alcançar uma indústria com base nacional pautada no desenvolvimento de um mercado interno. Nosso processo de industrialização precisava se tornar independente das amarras estrangeiras e de todos os interesses do imperialismo. Além disso, para que o progresso fosse alcançado, a industrialização teria de abranger todo o país, sem excluir regiões como o Nordeste, dotada de recursos e de um amplo potencial humano. A industrialização precisava ser um interesse comum entre todas as classes, incluindo a classe agrária dominante no sertão nordestino que preconizava a manutenção de um trabalho escravo repleto de exploração.

A sociedade prezava por um país justo – no qual as classes oprimidas recebessem atenção e políticas de apoio do governo. Para o autor, somente a industrialização de caráter nacional[135], sem subordinação aos interesses do capital estrangeiro melhoraria as condições de vida da população e possibilitaria o progresso. Essa atenção à industrialização nos escritos de Ferreira Lima para *Revista Brasiliense* nos faz levantar um outro ponto característico do autor: a discussão da origem quando aborda a história. Porém, não é qualquer origem, mas a ligada às forças produtivas e ao seu desenvolvimento no decorrer do tempo. Dessa forma, constatou-se que o motor da história, para Heitor Ferreira Lima, é a indústria, que nada mais é do que a técnica, a forma produtiva fundamental, movimentando a história[136].

---

[135] Vale salientar que Ferreira Lima admitiu a importância dos capitais e investimentos estrangeiros no processo de industrialização do país. Porém, o mesmo só seria bem-vindo quando direcionado aos interesses da nação.

[136] Esse debate sobre o motor da história foi um dilema que acompanhou Karl Marx. Segundo o filósofo alemão, a economia influenciava a vida social, e, na tentativa de compreender esse impacto, utilizou do materialismo dialético. Esse método observou as transformações da história e considerou como seu motor a luta de classes que permanecia sempre num confronto de interesses entre a classe dominante e a classe dominada. A questão sobre o motor da história pode ser analisada quando trazemos à tona um debate muito importante e que marcou a historiografia marxista: a transição do feudalismo para o capitalismo (MARX, 1998). Em 1950, esse debate ganhou força com a publicação da obra *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*, que teve a contribuição e o debate de estudiosos como Maurice Dobb, Paul Sweezy, Rodney Hilton, Christopher Hill e outros. Não cabe, neste trabalho, apresentar uma resenha sobre essa obra importante, entretanto, considerou-se necessário expor duas opiniões que tomaram destaque e podem nos auxiliar a entender melhor a posição de

Posta essas características fundamentais, concluiu-se que esses trabalhos para a *Revista Brasiliense* buscaram analisar e apresentar um panorama histórico da formação econômica do país, para, dessa maneira, fornecer mecanismos para interpretarmos o passado na tentativa de não repetirmos os mesmos erros no presente e no futuro. É necessário destacar, como já foi visto, que o autor partia sempre de uma questão do presente; e não somente abordando a reconstituição da história. Ferreira Lima foi além ao abordar também a origem de cada tema: a origem dos bancos, a origem dos empréstimos estrangeiros, a origem da industrialização, a origem dos transportes, e assim por diante.

Assim, as articulações desses temas expressam a visão de história do autor pautada na busca de seu sentido, sempre voltando suas discussões para as origens.

Heitor Ferreira dentro do debate marxista sobre o motor da história. Optamos por expor brevemente nessa nota a posição de Maurice Dobb e Paul Sweezy. O primeiro deu impulso as suas ideias quando publicou, em 1946, *A Evolução do Capitalismo*, obra na qual considerou que as contradições feudais internas, com enfoque nos modos de produção, foram responsáveis pela separação dos servos e senhores feudais. Isso porque o excesso de exploração dos servos por parte dos senhores feudais acentuou a luta de classes gerando uma revolta dos médios e pequenos proprietários, dissolvendo, assim, o sistema feudal. Dessa forma, ao propor que a causa central do colapso do feudalismo foi a exploração da força de trabalho, Dobb defendeu que o motor da história, assim como Marx, encontrava-se na luta de classes (DOBB, 1980). Essa ideia foi criticada por Paul Sweezy no final dos anos de 1940. Segundo Sweezy, Dobb não mencionou um fator importante para que as mudanças tomassem força: o crescimento rápido das cidades. Esse fator ocasionou uma maior liberdade de emprego, melhoria da posição social dos servos e, com isso, a evasão rural dessa força de trabalho para as cidades. Segundo Sweezy, as influências externas como o desenvolvimento das forças produtivas e o intercâmbio externo e interno foram os fatores responsáveis pela dissolução do sistema capitalista. O desenvolvimento do comércio intensificou as forças produtivas, aprimorou a divisão do trabalho e aumentou a produtividade resultando no abandono do campo pelos servos (SWEEZY, 1977). Assim, o motor da história nesse caso consistia no desenvolvimento técnico, ideia que se aproxima da proposta de Heitor Ferreira Lima.

Capítulo III – A História Econômica em Heitor Ferreira Lima

Como já mencionado no primeiro capítulo, a partir de 1945, Heitor Ferreira Lima acompanhou, por meio da imprensa, os acontecimentos do PCB. Isso porque passou por um período de frustações e exclusão por parte da direção do partido (LIMA, 1982, p 275). Tomou, então, novos rumos e se preocupou "de fato com a definição da sua vida profissional", começando a escrever e publicar em jornais, revistas e livros (ROCHA, 1990, p. 19). Vimos, no capítulo anterior, os artigos que publicou na *Revista Brasiliense*. Este capítulo, por sua vez, tem como objetivo apresentar as primeiras obras publicadas por Heitor Ferreira Lima, que correspondem ao recorte de 1950 e 1960.

Com a apresentação desses livros, o objetivo será fornecer ao leitor a possibilidade de compreender melhor a proposta de Heitor Ferreira Lima dentro da história econômica - sobre o que escreveu? Quando? Como? Por quê? Essas são algumas das perguntas que buscaremos responder.

Para isso, o capítulo foi dividido em cinco partes. As quatro primeiras foram destinadas à discussão das obras por ordem cronológica: *Evolução Industrial de São Paulo*, *Formação Industrial do Brasil: período colonial* (1961), *Mauá e Roberto Simonsen* (1963) e *Do Imperialismo à Libertação Colonial* (1965). Apontou-se as especificidades de cada uma delas e a maneira como o autor se apropriou de conceitos como formação, evolução, indústria, técnica etc. A quinta e última parte buscou reunir as ideias de Heitor Ferreira Lima sobre passado e seu possível projeto de futuro.

3.1 Heitor Ferreira Lima e as obras publicadas entre 1950 e 1960

3.1.1 *Evolução Industrial de São Paulo*

Heitor Ferreira Lima publicou, em 1954, seu primeiro livro sobre história econômica chamado *Evolução Industrial de São Paulo*, obra na qual acompanhou o processo de industrialização do estado de São Paulo[137] através da análise de relatos, recenseamentos

[137] Desde as manufaturas coloniais até a estrutura formada em 1950.

estatísticos, relatórios de empresas e instituições financeiras[138] – embora assumisse que havia muitas disparidades, em grande parte dos registros industriais, e uma insuficiência de estatísticas.

Considerada uma homenagem ao aniversário de fundação de São Paulo, essa obra apresentou um "esboço histórico"[139] do desenvolvimento industrial da cidade, mostrando a formação do maior parque manufatureiro nacional, com base no material disponível e uma parte já publicada pelo autor na *Revista Industrial de São Paulo* e *O Observador Econômico e Financeiro*. Mesmo assumindo alguns "vazios" e defeitos, a realização dessa obra se fez necessária porque ninguém até aquele momento havia escrito sobre a "história das nossas realizações no campo industrial". Um dos objetivos da publicação de *Evolução Industrial de São Paulo*, segundo Ferreira Lima, foi despertar o estímulo dos demais pesquisadores em uma época em que os "estudos de economia ocupavam um lugar de crescente relevo na nossa formação cultural" (LIMA, 1954, p. 10).

Nessa obra, três pontos fundamentais merecem atenção: a utilização do termo "evolução" em seu título, a definição de indústria e a associação da indústria ao progresso.

Referente ao primeiro ponto, quando nos indagamos sobre o motivo que levou Heitor Ferreira Lima a utilizar o termo "evolução" no título desse livro, temos que ter a clareza do seu objetivo. O intuito na obra foi destacar três fases do desenvolvimento industrial no estado de São Paulo: a primeira fase, intitulada "período colonial", que se estendeu até o final do século XVIII; a segunda fase, marcada pela chegada da corte portuguesa ao Brasil no século XIX; e a terceira fase, destacada pelo impulso industrial nos primeiros 50 anos do século XX.

Como se pôde observar, o autor abordou uma sucessão de acontecimentos, relacionados à indústria, marcados pelas "mudanças ao longo do tempo"[140] e, no caso, mudanças cada vez melhores. Isso tem total sentido, pois ao procurarmos o conceito de evolução[141] no dicionário histórico encontramos que o mesmo consiste na "mudança ao longo

---

[138] Marisa Saenz Leme. *Heitor Ferreira Lima: alguns aspectos de convivência e obra.* In: Paulo Sérgio Pinheiro; Marcos Del Roio. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990, p. 50.

[139] Segundo o autor, a obra foi considerada como um "esboço histórico", pois vários fatores como "crédito, mercado, taxa de lucro, salário, influência do capital alienígena, formação de preços, ciclos econômicos, competição dos similares estrangeiros, velhice dos maquinários, etc." não foram considerados devido à falta de tempo e carência de dados, havendo necessidade de preenchimento de erros e defeitos (LIMA, 1954, p.12).

[140] Conceito de evolução encontrado no dicionário histórico, como já elucidado anteriormente (SILVA; SILVA, 2009, p. 131).

[141] Para "definirmos evolução, precisamos inevitavelmente definir também outro conceito influente na História: progresso", tornando-se essa associação inevitável. A ideia de que "toda evolução é necessariamente um progresso" está na base do pensamento ocidental que sofreu influência da Revolução Industrial. O contexto da

do tempo" e o progresso no "direcionamento para essas mudanças sempre para melhor" (SILVA; SILVA, 2009, p. 131). É exatamente esse significado que o autor buscou atribuir ao título dessa obra: mudanças cada vez melhores nas indústrias ao longo do tempo.

E a característica de cada mudança se tornou crucial para que Ferreira Lima construísse o significado de indústria em sua obra. Quando o leitor se depara lendo sobre os estabelecimentos industriais no Brasil colonial, pode ser tomado por questionamentos e certa confusão. O que seria indústria para Heitor Ferreira Lima? Estaria o autor cometendo anacronismo? Não seria muito pretencioso escrever sobre indústrias nos séculos XVI ao XIX? Para responder a essas perguntas a dissertação se debruçou sobre as páginas de *Evolução Industrial de São Paulo* antes de qualquer julgamento precipitado ou iníquo. Ferreira Lima sabia exatamente o que queria dizer, pois uma de suas primeiras justificativas na obra de 1954 se refere à utilização da palavra indústria, exaurindo-se de qualquer acusação de anacronismo.

Segundo o autor, no livro de 1954, não utilizou o termo indústria, "na moderna acepção da palavra",[142] ao se referir à São Paulo colonial. O significado de indústria, no sentido moderno da palavra, ligava-se ao surgimento da máquina automática[143] e à produção em grande quantidade para a exportação. No entanto, essas máquinas só foram utilizadas no Brasil anos mais tarde e São Paulo, naquele período, vivia de uma "economia quase que primitiva, bastando-se a si mesma", resumindo-se à lavoura e às atividades primitivas como a "preação de índios, conquista de territórios e descoberta de minas" (LIMA, 1954, p.17-25).

Isso evidencia que Ferreira Lima admitiu que a indústria possuía vários sentidos que dependiam de seu contexto/período histórico. Ao abordar a produção no período colonial do estado de São Paulo, utilizou termos como indústria de tecidos"[144], "grande indústria

---

Revolução Industrial no século XIX impulsionou a ideia de progresso como "necessário, inevitável e benéfico" para a sociedade, passando a associá-lo ao liberalismo e ao imperialismo. Com a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, essa definição de progresso passou por algumas modificações, renascendo com a teoria desenvolvimentista de crescimento econômico do Terceiro Mundo que se alicerçava diante da ideia de que "a Europa (mas agora também os Estados Unidos) era o modelo a ser seguido, e os países não industrializados deveriam se sentir atrasados diante do estágio alcançado pelo capitalismo norte-americano e europeu" (SILVA; SILVA, 2009, p. 134). Assim, o conceito de evolução, a partir da "ascensão da economia industrial no Ocidente", no século XIX, passou se se associar diretamente ao progresso. Quando Ferreira Lima utilizou o termo "evolução" no título de sua obra estava se referindo ao conceito ocidental que o associa ao "progresso". Ele relacionou ambos ao processo de ascensão econômica. Ou seja, alicerçou sua ideia no argumento de que precisávamos crescer, assim como os países industrializados (SILVA; SILVA, 2009, p. 134).

[142] Ao utilizar o termo "acepção moderna" de indústria o autor estava se referindo ao seu sentido, já que a palavra acepção significa "sentido em que se emprega um termo". Isto é, refere-se ao sentido da industrialização em cada contexto.

[143] Máquina de fiar automática de Hargreaves (1764-1767) e os avanços da máquina a vapor de James Watt (1769), fato que marcou a Revolução Industrial na Europa em meados do século XVIII (LIMA, 1954, p. 17).

[144] Referindo-se à produção de panos para vestimentas, chapéus, redes e "colchas felpudas" (LIMA, 1954, p. 22-23).

açucareira"[145] e "atividades industriais"[146]. Esses termos foram empregados para se referirem à todas as atividades que elaboravam a matéria-prima e apresentavam um produto acabado[147]com o uso da força humana, considerada técnica rudimentar.

No início do século XIX, com a chegada da corte portuguesa e algumas das suas decisões[148], o terreno industrial ficou impossibilitado de qualquer avanço e expansão. As "únicas medidas de vulto", em São Paulo, nessa época, foram dois principais empreendimentos na área siderúrgica[149] e outros que, segundo o autor, embora numerosos, não tiveram tanta importância (LIMA, 1954, pp. 29-34). Nesse contexto, o autor assumiu o termo indústria da mesma maneira que no período colonial: como a transformação da matéria-prima em produto através da força braçal[150].

Já referente ao século XX, destacou os primeiros cinquenta anos que marcaram a "industrialização do Brasil". Industrialização essa que teve como centro principal o estado de São Paulo, representante do "progresso manufatureiro de todo país" (LIMA, 1954, p. 50). Esse "impulso da industrialização paulista"[151] foi mesurado pelo autor através do aumento dos estabelecimentos industriais e da qualidade do que se produzia. Pequenas oficinas e fábricas se transformaram em grandes estabelecimentos manufatureiros, a produção dos bens de consumo passou a ter maior variedade e o ritmo de produção de artigos manufaturados

---

[145] O termo "grande indústria" foi adotado para a atividade açucareira, que, na época, gerou maior retorno financeiro. As cifras só não foram maiores devido ao atraso da região nordeste, situada fora da órbita das viagens marítimas, e por ser um ambiente pouco propício devido às fortes geadas (LIMA, 1954, p. 18-25).

[146] Referindo-se às pequenas manufaturas domésticas de uso pessoal, às pequenas oficinas artesanais (ferreiros, alfaiates, sapateiros, padeiros, carpinteiros etc.) e às explorações siderúrgicas.

[147] Da lã e do algodão se produzia o tecido; da cana se produzia o açúcar; do ferro se produzia os fuzis; do feltro se produzia o chapéu, e assim por diante.

[148] A vinda da família real portuguesa ao Brasil teve como reflexo: abertura dos portos ao comércio mundial; a revogação do Alvará de 1875, proibindo a instalação de fábricas no país; concessão de privilégios alfandegários a Inglaterra, fazendo com que os artigos manufaturados necessários fossem todos importados (Tratado de Comércio e Navegação de 1810).

[149] A Fábrica de Ferro de Ipanema e a Fábrica de Armas.

[150] O autor cita exemplos, como a perfuração manual dos canos dos fuzis e a movimentação braçal dos teares rudimentares.

[151] Ferreira Lima abordou brevemente as etapas ocorridas no fim do século XIX e começo do XX, que impulsionaram o surto manufatureiro industrial: Abolição (fins do século XIX): lança uma massa no mercado que passa a ser consumidora de artigos que antes não se usavam, ampliando o mercado interno; Intensificação da imigração estrangeira: consumidores de produtos ordinários e comuns. Vieram, também, artífices industriais transformando oficinas em fábricas; crescimento da produção de energia elétrica que se tornou abundante e preço mais baixo: surto da indústria siderúrgica e metalúrgica na Europa, barateando ferro e máquinas possibilitando aquisições em larga escala; evolução dos transportes: melhor comunicação entre as nações, expandindo o comércio; baixa da taxa de câmbio: elevação do preço dos importados, incentivando o mercado interno; guerras mundiais: atividades das grandes potências se concentraram na indústria bélica, interrompendo transações marítimas, obrigando a produção de artigos necessários e que eram importados (LIMA, 1954, pp. 105-109).

cresceu. Assim, São Paulo deixou de ser "meramente agrícola, produtora de café[152]" para se transformar em um importante "centro industrial" como mercadorias variadas e "alto padrão técnico de produção" (LIMA, 1954, p.115).

Ao apresentar detalhadamente o crescimento do número de industriais/fábricas[153], Ferreira Lima teve como objetivo mostrar que passamos a produzir mais e importar menos. Nosso padrão técnico possibilitou que começássemos a produzir artigos de consumo imediato; gêneros alimentícios industrializados; ferramentas e outros instrumentos de trabalho; caldeiras; máquinas como teares; pequenas máquinas operatrizes e mecânicas; produtos da indústria pesada como ferro gusa, aço, laminados, trilhos; e matérias de transporte como vagões para a montagem dos trens no próprio país. Só não produzíamos, ainda, produtos manufaturados que exigiam "elevado aperfeiçoamento técnico" (LIMA, 1954, pp. 115-117).

Essa discussão apontou que, ao adotar o uso da palavra indústria, Heitor Ferreira Lima tinha em mente o contexto no qual a inseriria, como mostra a tabela abaixo

Quadro II - O emprego do termo "Indústria" em *Evolução Industrial de São Paulo*

	Significado de Indústria	**Padrão Técnico empregado na produção**
Século XVI ao XVIII	Matéria-prima elaborada e apresentada como produto acabado.	Padrão técnico rudimentar (ferramenta manual e força braçal).
Século XIX	Matéria-prima elaborada e apresentada como produto acabado.	Padrão técnico rudimentar (ferramenta manual e força braçal).
Século XX	Matéria-prima elaborada e apresentada como produto acabado.	"Alto" padrão técnico de produção/"progresso das forças produtivas" (máquinas)

Fonte: elaboração própria.

[152] Segundo o autor, foi o café que deu início à expansão econômica no século XX e lançou as bases da indústria ao incrementar importações e exportações, fomentar a imigração, desenvolver transportes e criar uma elite de elevada posse financeira (LIMA, 1954, p. 50).

[153] O autor utilizou de ambos os termos como sinônimos, embora reconhecesse que estavam longe dessa denominação "na acepção que hoje se dá ao termo" (LIMA, 1954, p. 80).

Assim, Ferreira Lima fez parte do leque de estudiosos que considerou a indústria "em si mesma", ou seja, considerou-a unicamente como "progresso das forças produtivas", como "progresso técnico" e como "aumento da produtividade", limitando seus estudos dos aspectos sociais em "como seus frutos são repartidos"[154]. Ao utilizar o progresso técnico como parâmetro para explicar o desenvolvimento da história relacionado à economia, evidenciou que a mesma dependia exclusivamente de elementos que estão no "interior dos próprios fatores econômicos" (fatores endógenos)[155].

Essa posição de Heitor Ferreira Lima em relação à indústria vai contra a perspectiva que a defende como um processo social "resultado de um sistema complexo de contradições sociais", lutas econômicas, política e ideológicas. Nesse conceito, considera-se o surgimento da indústria como "o desenvolvimento das forças produtivas/relações sociais capitalistas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes" (SILVA, 1989, pp. 12-14). Segundo Silva (1989), na sociedade industrial, as relações de produção capitalista transformam o processo de trabalho, como bem salientou Marx[156]

> Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve de ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Lá é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo (MARX, 1984, p. 43).

Dessa maneira, as condições de trabalho capitalistas dominam o trabalhador indicando "a revolucionarização das forças produtivas pelas relações capitalistas". Como Ferreira Lima não abordou o desenvolvimento da indústria como um processo social, ele acabou dando margem a interpretações que o acusam de "esconder o verdadeiro conteúdo do processo", o qual parece ter um "desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das formas produtivas" (SILVA, 1989, pp. 13-16). Assim, o autor abordou o surgimento e o desenvolvimento da indústria sob uma ótica diferente, porém, nem melhor e nem pior que os demais estudiosos do tema.

Posto isso, coube discutir o terceiro ponto: ao esboçar a evolução industrial de São Paulo, Heitor Ferreira Lima pretendeu ressaltar a importância da indústria como sinônimo de

---

[154] Sérgio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1986, p.13.
[155] José D'Assunção Barros. *História Econômica: considerações sobre um capo disciplinar*. Revista de Economia Política e História Econômica, n.11, janeiro de 2008.
[156] Karl Marx. *O capital.* São Paulo, Abril Cultural, 1984, v.1, t.2, cap. 13, p. 43.

progresso nacional. Somente a indústria nos levaria rumo "à libertação econômica, ao aproveitamento total das fontes de matérias primas, ao aumento do nível de vida do povo, ao fortalecimento geral de nossa estrutura econômica" (LIMA, 1954, p.50). A transformação de São Paulo em um importante centro industrial composto por fábricas "adiantadas, modernas e de grande capacidade" ressaltavam "a rapidez do progresso" (LIMA, 1954, pp. 115-116). São Paulo venceu "em meio século etapas que outros países realizaram em tempos bem maiores", passando de uma economia agrária e semicolonial para um sistema industrial capitalista, com problemas a serem resolvidos[157], mas com progresso evidente (LIMA, 1954, p. 115-121). Portanto, essa obra deu ainda mais força à posição de Ferreira Lima sobre a indústria e sua ligação ao progresso.

3.1.2 *Formação Industrial do Brasil: período colonial*

Após esboçar a evolução da indústria em São Paulo entre os séculos XVI e XX, Ferreira Lima dedicou, em 1961, um trabalho que contemplasse a formação da indústria no Brasil no período da colônia. Resultado de quinze anos de pesquisa sobre a nossa história e sobre os problemas industriais que chegaram até o autor – devido às funções que exerceu a partir de 1945 no *Conselho de Economia Industrial* –; e pelo seu gosto em esclarecer um assunto de importância nacional, essa obra teve como influência fundamental o presidente do *Conselho*, Roberto Simonsen, "entusiasta da industrialização no Brasil" que acreditava que "o nosso progresso se encontrava intimamente ligado ao desenvolvimento industrial". Ferreira Lima utilizou como fontes históricas alguns trabalhos clássicos como mostra o trecho abaixo

> Os trabalhos de que me servi são as obras clássicas de Antonil, Gandavo, Brandônio, Gabriel Soares de Souza, os relatórios dos vice-reis, as narrações de viajantes que por aqui andaram e informações colhidas em historiadores como Varnhagem, Rafael Galanti, Pedro Tuques, Frei Vicente do Salvados e Fernão Cardim, com as valiosas anotações de Capistrano de Abreu, Afonso Taunay, Rodolfo Garcia (LIMA, 1961a, p. 4).

[157] Apesar de o autor reconhecer o progresso industrial, principalmente nos primeiros 50 anos do século XX, ele afirmou que ainda existiam muitas insuficiências no país, como a excessiva concentração federal e estadual, a existência vultosa somente de empresas pequenas, a centralização de capitais em um número pequeno de pessoas, a falta de especialização dos capitais em determinados ramos de atividade, o alto custo e baixo rendimento da produção, a ausência de um elevado nível técnico de padrão nos produtos nacionais, o maquinário obsoleto, a carência de mão de obra especializada, dentre outros problemas (LIMA, 1954, p.125). Porém, o objetivo de Heitor Ferreira Lima não foi buscar os motivos dessa tal insuficiência, mas, sim, o de realizar "um simples bosquejo histórico da evolução industrial de São Paulo". Segundo Ferreira Lima, para que o capitalismo, principalmente o industrial, fosse impulsionado, órgãos como bancos (função de transformação estrutural da nossa economia) e a Bolsa (deverá alargar suas funções) deveriam se transformar (LIMA, 1954, pp. 142-143).

O autor apresentou um levantamento sobre todas as produções realizadas na colônia que consistiam na produção indígena; produção de açúcar; explorações siderúrgicas; produção de tecidos; construção naval; atividades artesanais; casas de moeda e de fundições; e outras produções diversas[158]. Para Ferreira Lima, o período colonial foi um período histórico que terminou no final do século XVIII porque a "obra da metrópole estava acabada e nada mais poderia trazer", esgotando-se suas possibilidades. Havíamos atingido nosso máximo na produção, na quantidade e em variedade[159]. Ao apresentar um balanço do final do século XVIII, chegou à conclusão que exportávamos mais do que importávamos. Encontrávamo-nos em "pleno desenvolvimento, com apreciável produção e uma participação no comércio internacional não desprezível" (LIMA, 1961a, p. 294).

Essa situação deu ao povo "consciência nacional" e "aspiração por independência", originando reivindicações das forças produtoras, comerciantes, lavradores, industriais e capitalistas. Essas reivindicações foram produto dos benefícios provenientes da indústria, as quais poderiam ser ainda maiores se conquistássemos a liberdade de produção e comércio. Entre as principais reivindicações se destacaram

> [...] a liberdade de exportação, a abolição de intermediários e monopolistas, melhora dos meios de transporte, uniformidade de medidas, melhor policiamento, eleições mais limpas nos governos municipais, diminuição da taxa de juros, melhora nos processos da justiça, estabelecimento de uma Bolsa de Mercadorias e combate à ociosidade (LIMA, 1961a, pp. 296-297).

A persistência de uma nação inteiramente subordinada à Metrópole impedia qualquer avanço industrial[160] e fazia perdurar uma produção sem o desenvolvimento desejado, técnica retardatária, abastecimento insuficiente do mercado interno. Diante desses fatos, ao desembarcar no Brasil, o príncipe regente promulgou as leis que fizeram do país "praticamente independente". Porém, ao nos "libertamos da dominação colonial, caímos sob a

---

[158] Aproveitamento de fibras; alimentação; culturas de cochonilha e de bicho-da-seda; preparação do anil; produção de azeite de baleia; extração de sal; confecção de móveis; construção civil.

[159] Exportávamos uma grande variedade de importantes gêneros alimentícios e matérias-primas como açúcar, algodão, café, cacau, couro de boi, arroz, anil, tabaco, madeira de construção, pau de tinturaria, salsaparrilha, copaíba e goma (LIMA, 1961a, pp. 292-293).

[160] Ferreira Lima levantou alguns fatores que impediram nosso avanço industrial na colônia: leis e medidas coercitivas do desenvolvimento industrial (alvarás que proibiam o funcionamento de indústrias, produções, ofícios etc.); pesados encargos tributários sobre a produção; limitação do mercado interno (pequena população da qual um terço eram escravos); limitações do progresso técnico (atraso cultural, por exemplo); deficiência dos meios de transporte; escassez de capital (todo fruto de trabalho da colônia era direcionado a metrópole) (LIMA, 1961a, pp. 299-304).

pressão do imperialismo estrangeiro, fazendo isso com que a nossa indústria nascente não encontrasse o almejado campo propício para o seu desenvolvimento". Fomos submetidos mais uma vez aos interesses externos como salientou Ferreira Lima no trecho que segue

> Ao invés das nossas aspirações, predominaram as injunções da política internacional, às quais nos tivemos de submeter. É uma luta que dura de séculos, portanto, a luta pela nossa industrialização, e da qual até agora não saímos ainda completamente vencedores, muito embora tenhamos feito já notáveis progressos nesse terreno e condições melhores se nos apresentem no momento para alcançar esse sonhado desiderato. Hoje possuímos outras vantagens para isso, inclusive uma experiência própria e alheia valiosíssima e maior compreensão e união das forças nacionais com os seus sentidos concentrados nesse grande alvo: a emancipação econômica da nação (LIMA, 1961a, p. 305).

Assim, o autor utilizou a indústria como um motor da história, ou seja, a principal responsável pela mudança de um "período histórico" para o outro: o período colonial para o Brasil Império.

Segundo Ferreira Lima, *Formação Industrial do Brasil: período colonial* seria a publicação de um "volume inicial" de uma coleção que apresentaria materiais posteriores – os quais abordariam os demais períodos[161] –, mas que, de fato, não se concretizou. A conclusão a que chegamos é a de que se tratou de uma obra que buscou a origem da indústria no país. Isso faz todo o sentido quando pensamos que Heitor Ferreira Lima utilizou no título desse livro a palavra "formação".

Essa palavra foi utilizada com o intuito de admitir um sentido de constituição, ou parte essencial, de algo. Para analisar a formação da indústria no Brasil, o autor recorreu às origens das atividades produtivas na colônia: a origem da indústria indígena, a origem da indústria açucareira, a origem das explorações siderúrgicas, a origem da construção naval e as origens das demais atividades produtoras coloniais.

Além disso, o autor buscou, também, a origem de dois temas fundamentais para compreender a indústria no contexto mundial: a origem da técnica e a origem da revolução industrial. Esses dois temas se complementaram, no sentido de que Ferreira Lima relacionou a revolução industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII ao surgimento das máquinas na indústria de tecidos. Assim, a máquina de fiar possibilitou a passagem da sociedade feudal para a sociedade capitalista; em outras palavras, a substituição da ferramenta manual pela

[161] [...] a época de D. João VI, o Primeiro Império, o Segundo Império, a partir de Mauá, até o Encilhamento; a Primeira República, até a crise do café de 1929, inclusive os efeitos da primeira Guerra Mundial; a Revolução de 1930 e os seus resultados sobre a economia, até à Segunda Guerra Mundial, e finalmente o tempo presente, ou seja, a fase de indústria pesada no Brasil (LIMA, 1961a, p. 4).

máquina (LIMA, 1961a, p. 44). Ao afirmar isso, Ferreira Lima evidenciou, assim como na obra de 1954, que a técnica[162] marcou a evolução da humanidade e a "passagem de uma época histórica para a outra", determinando o "desabrochar das ciências, das letras, das artes e do comércio" e preparando "a era do mundo moderno, em que a indústria iria atingir seu pleno apogeu" (LIMA, 1961a, p. 20-24).

> [...] tem-se ampliado entre nós as pesquisas sobre o nosso passado econômico, o que constitui sintoma salutar e animador, pois dessa forma enriqueceremos um patrimônio de conhecimentos de imensa valia para compreensão do processo de nosso desenvolvimento (LIMA, 1961a, p. 5).

Tendo isso em vista, o autor lançou em *Formação Industrial do Brasil: período colonial* os alicerces fundamentais de uma história econômica com características próprias. A história econômica em Ferreira Lima, portanto, partia sempre do estudo das origens e acreditava que o motor da história era a técnica. Para completar essa ideia, outra especificidade do autor que se destacou na obra de 1961 foi a definição peculiar de indústria que já havia tomado forma em *Evolução Industrial de São Paulo*.

O fator peculiar diz respeito ao uso do termo indústria para se referir às atividades produtivas desenvolvidas na colônia. Novamente, o autor utilizou essa palavra sem se referir a seu sentido moderno, mas conforme o contexto que se inseria à discussão. Quando se referiu à produção indígena, utilizou a expressão "indústrias indígenas", embora tenha reconhecido que o termo fora empregado de forma "um tanto exagerado" (LIMA, 1961a, p. 73). Já referente à "indústria açucareira", enfatizou que o sentido atribuído foi o "da elaboração da matéria-prima e apresentação no mercado de um produto já acabado, pronto para o consumo imediato" (LIMA, 1961a, p. 94).

Elucidou também as atividades como a produção de tecidos, a construção naval, as casas de moeda e fundição, o artesanato e as explorações siderúrgicas. Ao abordar, por exemplo, a "exploração siderúrgica", o autor teve como objetivo mostrar como elas auxiliaram no processo industrial em desenvolvimento, pois propiciavam o surgimento de

---

[162] Referente à técnica, Ferreira Lima afirmou que sua origem se deu quando "o homem buscou com um pedaço de pau um prolongamento das mãos, para levar a cabo determinados intentos" (LIMA, 1961a, p. 9).
O autor apresentou, ainda, o desenvolvimento da técnica nos vários períodos da história da humanidade: período neolítico (uso da pedra lascada, ossos e chifres de animais como ferramenta); civilizações antigas (foices de madeira, terra cozida e metálica; trança de fios como tecidos); Grécia (contribuiu com bens matérias e noções de ciência pura como *matemática, lógica, política, medidas*) e por Roma (contribuíram com o *direito* e os trabalhos de engenharia como aquedutos, estradas e pontes); Idade Média (melhoria dos meios de transporte, cunhagem de moeda, uso do moinho movido à água e vento, uso da energia animal e hidráulica, aperfeiçoamento do trabalho metalúrgico); tempos modernos (invenção da bússola, do leme, do relógio, da imprensa, da pólvora, dentre outras).

matérias primas, como o ferro – utilizado na fabricação de armas e instrumentos de trabalho por meio da força braçal.

Essa obra nos faz compreender melhor o conceito de indústria na obra de Heitor Ferreira Lima. A indústria sempre foi considerada pelo autor como todas e quaisquer transformações de matéria-prima em produto acabado. O que define se o termo está sendo utilizado em sua acepção moderna ou não é o padrão técnico de cada contexto histórico. Na colônia, a transformação de matéria-prima em um produto acabado dependia de um padrão técnico rudimentar que consistia na força braçal. Já nos primeiros 50 anos do século XX foi marcado por um "surto industrial" justamente porque passou a utilizar de um alto padrão técnico[163].

3.1.3 Mauá e Roberto Simonsen

Em 1963, foi a vez da publicação de *Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento*[164]. Nessa obra, o autor examinou esses dois personagens importantes como "testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época", que, nesse caso, se referia ao desenvolvimento da industrialização no século XIX e no século XX. A biografia[165] foi utilizada por Heitor Ferreira Lima como instrumento de pesquisa e de saber histórico, embora o saibamos que a mesma não

> [...] tem como vocação esgotar o absoluto do "eu" de um personagem, como já o pretendeu [...]. Ela tampouco tem que criar tipos. Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida. Seu método, como seu sucesso, deve-se à insinuação da singularidade nas ciências humanas, que durante muito tempo não souberam o que fazer delas. A biografia, assim, é o lugar por excelência da pintura da condição

[163] Em *Evolução Industrial de São Paulo*, ele afirmou que São Paulo se transformou, no século XX, em um importante centro industrial ao produzir mercadorias variadas e de "alto padrão técnico de produção" (LIMA, 1954, p. 115).

[164] Essa obra reuniu dois trabalhos com fins distintos e escritos em épocas diferentes: um trabalho sobre Mauá, de 1952, realizado para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em seu 125º; e outro sobre Roberto Simonsen, fruto do volume *Homens de São Paulo* (LIMA, 1963, p. 6).

[165] A biografia como forma de fazer história foi dotada de certa rejeição, deixando de ser segundo plano somente a partir dos anos 1970 e 1980. Isso porque a Nova História, que tinha nomes importantes, como Fernand Braudel, enfatizava a história total e "recusava as análises que só retinham um único fator em detrimento da multiplicidade de componentes particulares, das circunstâncias que levavam a uma conjuntura" (DEL PRIORE, 2009, p.9). Esse modo subjetivo e artificial, como se vinha fazendo biografia até então, recebeu inúmeras críticas no texto *L'illusion biographique*, de Pierre Bourdieu, nos anos de 1980.

> humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus semelhantes (LEVILLAIN, 2003, p. 176).

Essa, porém, não foi a primeira vez que Ferreira Lima fez uso das biografias como uma ferramenta para fazer história. Em 1942, publicou sua primeira obra intitulada *Castro Alves e sua época,* na qual buscou compreender os aspectos da economia e da sociedade europeia, os acontecimentos franceses que condicionaram o comportamento ideológico nacional e o surto industrial brasileiro do século XIX através da visão histórica de Castro Alves (LUCAS, 1990, p. 29-32). Em 1954, foi a vez de E*volução Industrial de São Paulo* em que dedicou um capítulo sobre as *Figuras pioneiras da industrialização paulista.* Nele, discutiu, ainda, a concentração industrial e centralização do capital nas mãos de um pequeno número de famílias e se escreveu breves escorços biográficos das figuras pioneiras da industrialização paulista, como Coronel Rodovalho[166], Conde Matarazzo[167], irmãos Jafet[168], Jorge Street[169], Roberto Simonsen, Comendador Pereira Ignacio[170] e Morvan Dias Figueiredo[171]; apresentando ao leitor os vultosos empreendimentos que esses nomes possibilitaram em uma São Paulo de acanhados recursos e inúmeros obstáculos ao avanço.

Para Ferreira Lima, as biografias desses personagens expressavam "a própria história da grandeza industrial de São Paulo e do Brasil" em um cenário de "contínuo florescimento econômico", (LIMA, 1954, p.155- 163). E, embora reconhecesse o problema da concentração e centralização industrial nas mãos desse pequeno grupo, acreditava que essas figuras tiveram importância fundamental no salto inicial para que a industrialização nacional se tornasse possível. Representavam, assim, um ponto de movimento na história da indústria no estado de São Paulo: o impulso dessa industrialização após um longo período de evolução.

---

[166] Próspero comerciante e, posteriormente, sócio fundador de inúmeras atividades industriais como a fábrica de tecidos *Anhaia & Cia*, da serraria a vapor *Gustavo Sydow & Cia*, além de ter sido dono de um dos maiores empreendimentos da época: estabelecimento fabril de Caieiras. Fundou a *Portland*, famosa fábrica de cimento, e outros empreendimentos. Teve uma vida pública e jamais "perdeu a confiança no progresso de São Paulo" (LIMA, 1954, p. 151).

[167] Dono de uma organização imensa, Conde Matarazzo foi dono de um vasto parque manufatureiro, a *Sociedade Anônima Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo*, com meia centena de fábricas.

[168]Os irmãos Jafet foram quatro: Nami, Benjamin, Basílio, João e Miguel. Donos de inúmeros empreendimentos, destacando-se a *Fiação, Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jafet S.A.*

[169] Considerado um industrial socialista, Jorge Street tentou compreender e solucionar problemas sociais decorrentes da luta entre capitalismo e trabalho. Em suas fábricas, criou condições humanas de trabalho aos operários, ação essa considerada revolucionária à época, constituindo-se como "percursor da assistência social ao trabalhador" (LIMA, 1954, p. 178).

[170] Estrangeiro, natural de Portugal, se transformou em um poderoso industrial no Brasil. Uma das maiores indústrias que criou foi a *Indústria Votorantim S/A*.

[171] Fundador de uma das mais prósperas indústrias do país: a firma *Nadir Figueiredo Indústria e Comércio*. Foi amigo e colaborador íntimo de Roberto Simonsen, atuando também como ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Já *Mauá e Roberto Simonsen* foi a primeira obra dedicada inteiramente à discussão de dois personagens que marcaram a história da indústria no Brasil. Segundo Ferreira Lima, não pretendeu fazer uma biografia desses percursores industriais, mas "focalizar alguns de seus mais importantes empreendimentos". O trabalho sobre Mauá foi publicado no *Jornal do Comércio*, em 1952, e o trabalho sobre Simonsen fez parte de um livro chamado *Homens de São Paulo*, publicado pela editora *Martins*, em 1955. O primeiro, com o intuito de "abordar assuntos e figuras do passado, relacionadas ou de interesse ainda com o presente"; o segundo, para compor "uma série de estudos biográficos de eminentes figuras que avultam na história do Estado Bandeirante, tão rica de personagens" (LIMA, 1963, pp. 5-6).

Sobre Mauá, Ferreira Lima abordou desde a sua ascensão gloriosa como banqueiro, financista e industrial à sua ruína e falência. Houve quem o visse como um patriota que lutou pelo desenvolvimento do país e quem o julgou como egoísta e ambicioso na busca por seus interesses. A posição adotada pelo autor foi a de um Mauá patriota que "com sua obra, com suas realizações, cuja evidência não pode ser negada, personificou uma das aspirações do tempo, a aspiração capitalista" (LIMA, 1963, p. 29). Mauá se destacou como um homem rico e poderoso que concretizou grandes empreendimentos, como a obtenção de uma grande soma de capitais estrangeiros, que marcaram a renovação da economia de sua época através do surgimento de comércio, dos meios de transporte e comunicação, das primeiras indústrias etc. Porém, esse apoio do capital alienígena se limitou aos empreendimentos de infraestrutura como serviços urbanos, transportes e comunicação. Ao criar fábricas que produziam artigos de consumo, dando um passo inicial para a industrialização do país, chocou-se com os interesses externos – que tinham no Brasil um mercado para compra de seus produtos. Percebendo esse desfavorecimento do capital estrangeiro, o mercado externo usou de algumas estratégias como a diminuição das tarifas de 1860[172] (LIMA, 1963, p. 30-34). Assim, ao agir de forma antagônica aos interesses do capital estrangeiro e como adversário do sistema agrário e escravocrata, Mauá teve seus dias de glória contados. Desse escorço sobre Mauá, conclui-se que a opinião de Lima não foi pautada em elogios a um personagem da classe burguesa, mas na importância desse personagem que abriu "com sua ação fecunda novo capítulo em nossa evolução econômica" uma nova fase de nossa história (LIMA, 1963, p. 12).

[172] Favoreceu a entrada de mercadorias estrangeiras no país e prejudicou a maior fábrica que o Brasil possuía: o estabelecimento *Ponta da Areia*.

Já sobre Roberto Simonsen, Ferreira Lima não poupou elogios, considerando-o um "estudioso apaixonado dos problemas nacionais" que agiu de maneira "realista, objetiva e prática". Sua admiração perdurou inclusive na reedição dessa obra, em 1976, que recebeu várias modificações, inclusive do título, que passou a se chamar *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*, porém, continuou a observar o legado do industrial de forma admiradora

> [...] Roberto Simonsen deu ampla demonstração de sua capacidade profissional como engenheiro, levando a cabo obras de vulto, que requeriam aptidão, largos conhecimentos, qualidades de direção e dedicação ao trabalho. Renovou métodos de trabalho em suas atividades, como a introdução entre nós, do sistema racional de trabalho e legou valiosa experiência, efetuando construção de larga envergadura, em condições difíceis e variadas (LIMA, 1976, p. 160).

Na obra de 1963, Ferreira Lima examinou a obra de Simonsen para evidenciar sua importância como símbolo de uma fase histórica do século XX marcada pela "decadência do sistema agrário de produção e ascensão do sistema do capitalista, com a importância crescente da industrialização" (LIMA, 1963, p. 44).

Segundo o autor, a preocupação fundamental de Simonsen foi em como elevar a baixa renda nacional. Para isso, elaborou um programa para a economia do país chamado *A planificação da Economia* e apresentou ao *Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial* em 1944[173]. Nesse documento, enfatizou o planejamento, o papel do Estado na economia e a industrialização como meios para aumentar a renda nacional[174]. Simonsen acreditava que não podíamos continuar limitando nossas atividades à exploração da indústria

[173] Devemos destacar que a figura de Roberto Simonsen que Ferreira Lima trabalha na obra de 1963 estava diretamente atrelada àquela figura inserida no debate com Eugênio Gudin. Esse debate teve início quando a *Comissão de Planejamento Econômico* tomou conhecimento do documento *A planificação da Economia*, produzindo, Gudin, uma resposta chamada *Rumos da política econômica*, em 1945, tentando descontruir todas as considerações de Simonsen. Para o liberal, era necessário acabar com todos os mecanismos de intervenção estatais e com a ideia de que o "planejamento" era a salvação de todos os problemas econômicos do país. Defendeu a livre circulação do capital estrangeiro, a igualdade com o capital nacional e o fim das restrições às remessas de lucros das empresas estrangeiras instaladas no país. Argumentou a favor de uma industrialização com recursos próprios, condenando os investimentos públicos e a liberação de crédito (GUDIN, 1945, p. 56-61). Assim, Eugênio Gudin acreditava na vocação agrária do país, e, por isso, defendeu um Brasil que se consolidasse como exportador agrícolas e uma indústria que coubesse ao setor privado "sem se relegar a agricultura à posição de vaca leiteira para financiar a industrialização" (CAMPOS, 1994, p. 240).

[174] "[...]a planificação do fortalecimento econômico nacional deveria, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral" (SIMONSEN, 1944, p. 130).

extrativa e do cultivo de terra "a sabor" dos interesses alienígenas por meio da "vassalagem" dos acordos externos (LIMA, 1963, p.71-76).

Para que a industrialização fosse possível, guiado pelos preceitos positivistas, defendeu um método científico e organizado de trabalho para obtenção da máxima eficiência, isso através de cursos de profissionalização, popularização de institutos de pesquisa e a viabilização de financiamentos – através da criação de bancos, por exemplo. (LIMA, 1963, p. 63-64). Consciente de que nossa mão de obra técnico-profissional sofria deficiências, criou a *Escola de Sociologia e Política*, a fim de preparar especialistas que soubessem dos nossos problemas sociais, econômicos e políticos, encarregando-se da cadeira de História Econômica do Brasil. Não "aspirava somente à formação das elites para assumir a direção de nossos negócios administrativos, públicos e privados", mas defendia que ela atingisse toda a massa da população e criou, com esse intuito, o *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial* (SENAI). Simonsen "[...] estimulava os estudos econômicos, incentivava os debates dos problemas nacionais, reunia equipes, financiava pesquisas, ajudava os interessados nesses assuntos" e, nos anos 20, fundou o *Departamento e Conselho de Economia Industrial da Federação* e *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo* visando estudar os materiais e documentos dessas instituições e acompanhar a evolução econômica e financeira (LIMA, 1963, p. 104). Em 1931, foi a vez do surgimento da *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* (FIESP) que tinha diretrizes estabelecidas para um programa industrial no Brasil. A partir dessas diretrizes preparou um plano econômico que pode ser representado no *I Congresso Brasileiro de Economia* em 1943.

> Roberto Simonsen considerou que o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências do capital, tecnologia, *know-how*, capacidade de organização, liderança, etc. Por isso, as novas perspectivas de desenvolvimento econômico e, em especial, industrial, exigiam a formulação e utilização de novos instrumentos de ação, incluindo-se o planejamento e o pensamento técnico-cientifico" (IANNI, 1977, p. 55).

Essa exposição das ideias de Simonsen demonstra que a admiração de Ferreira Lima por essa figura foi além. Além porque percebemos, ao esmiuçar a biografia desse pioneiro industrial, que seus preceitos estão presentes na história econômica construída por Ferreira Lima. Assim como Simonsen, Ferreira Lima encontrou na técnica de produção uma maneira de libertar o país da dependência em relação ao exterior. Somente com o aprimoramento técnico, que segundo Simonsen aconteceria através da abertura de escolas

profissionalizantes e institutos tecnológicos, alcançaríamos a industrialização, mecanismo que possibilitaria a elevação da renda nacional.

Ademais da técnica como um fator crucial para movimentar nossa história, Simonsen defendeu uma cooperação estrangeira. Organizou, com esse intuito, uma *Comissão de Corporação Econômica* visando tornar eficiente essa cooperação estrangeira, principalmente no que se refere à obtenção de auxílio norte-americano e aos planos de desenvolvimento da América Latina. Segundo Simonsen, os norte-americanos deveriam se conscientizar das nossas necessidades e cooperar econômica e tecnicamente ao que tínhamos direito, já que nos sacrificamos na segunda guerra mundial. Seu posicionamento consistia no seguinte: para o financiamento inicial seriam "empenhados 50% das disponibilidades que então possuíamos no estrangeiro e seria negociado com os Estados Unidos os suprimentos de que carecêssemos em aparelhos e equipamentos a serem importados, representando esse montante menos de 0,2% da renda nacional-americana" (LIMA, 1963, P. 84-85). Essa posição de Simonsen em relação ao capital estrangeiro serviu de inspiração para Lima, e percebemos isso com maior clareza quando observamos seus artigos sobre o assunto na *Revista Brasiliense*. Como vimos no Capítulo 2, Ferreira Lima tomou um posicionamento em relação ao capital estrangeiro, no qual defendeu que necessitávamos deles para o estabelecimento de indústrias sólidas e fortes, porém, com devida autonomia e movido aos interesses nacionais ao invés dos interesses estrangeiros.

Essa ideia também apareceu quando o autor mencionou a ruína de Mauá e defendeu que a principal causa consistiu nos interesses antagônicos aos interesses externos. Enquanto Mauá almejava a criação de fábricas que produzissem para o mercado interno, os interesses externos se pautaram na manutenção do mercado para seus produtos. Mauá pôde contar com o fluxo de capital externo somente até o momento em que o utilizou para a exploração de minas, criação de bancos, exploração de serviços públicos como iluminação, transportes, comunicação, urbanização. Isso porque essas obras demandavam grandes quantidades de produtos estrangeiros que só podiam ser adquiridos via importação. Dessa forma, já naquela época, Mauá mostrou que tinha consciência de que os interesses externos eram completamente estranhos aos interesses nacionais; e mesmo reconhecendo a importância do capital alienígena nos primeiros passos rumo a industrialização, admitiu que gerou absoluta dependência econômica e sacrificou nosso desenvolvimento (LIMA, 1963, p. 40).

Assim, a obra *Mauá e Roberto Simonsen* nos mostrou aspectos importantes da história econômica construída por Ferreira Lima. Além de evidenciar sua peculiaridade ao

utilizar biografias para fazer história, nos auxiliou na compreensão da posição do autor sobre o capital estrangeiro e na compreensão da influência de Simonsen em seus escritos.

3.1.4 *Do Imperialismo à Libertação Colonial*

Em 1965, foi a vez de *Do Imperialismo à Libertação Colonial*. Nesta obra, Ferreira Lima colocou em discussão duas noções fundamentais da História Econômica: a noção de que existem diversos "sistemas econômicos"[175] e a noção de "racionalidades econômicas". Para Ferreira Lima, cada sistema econômico tem uma racionalidade econômica que "não é diretamente aplicável ou mesmo válida em relação a uma outra sociedade no tempo e espaço" (BARROS, 2008, p. 15)[176]. Apontou, nessa obra de 1965, que não podíamos transplantar para sociedades coloniais/subdesenvolvidas a racionalidade típica do capitalismo norte-americano e europeu.

Assim, Ferreira Lima se insere no leque de historiadores econômicos brasileiros que renova e atualiza o campo História Econômica, aqueles que se mostram

> [...] cada vez mais atentos à questão de quem em cada período histórico, ou em cada sociedade historicamente localizada, deve-se buscar uma racionalidade econômica própria e específica do período examinado, e não simplesmente transplantar uma racionalidade capitalista para períodos anteriores nos quais esta racionalidade não existia (BARROS, 2008, p. 46).

Consciente de que alguns historiadores e economistas historiadores, ao "levantar e analisar economicamente os fatos relativos a uma sociedade econômica", consideravam as teorias econômicas são universais cometendo a "coleta anacrônica de fatos econômicos do passado", propôs a elaboração de postulados e princípios que abarcassem as especificidades e

[175] "Conjunto maior que integra de maneira coerente certos fatos econômicos que de outra maneira estariam dispersos, ressaltando que este sistema possui uma historicidade definida – está definida por um conjunto de relações recíprocas que os fatos econômicos de determinado tipo estabelecem entre si (BARROS, 2008, p. 10).

[176] Em História Econômica existem três posicionamentos em relação às teorias econômicas: aqueles que assumem que a teoria econômica de determinado sistema econômico é universal, ou seja, aplica-se a todos os demais sistemas e sociedades; os que consideram que cada sistema econômico tem suas leis e mecanismos econômicos; os que assumem posição intermediária e defendem que há alguns mecanismos fundamentais que aparecem em todas as sociedades, isto é, há fundamentos mais ou menos universais (BARROS, 2008, pp. 15-18).

os problemas desses países. A criação de uma teoria que abarcasse esses aspectos particulares libertaria[177] esses países do imperialismo[178].

Para fortalecer essa ideia, Ferreira Lima esboçou um panorama econômico mundial dos últimos setenta anos (1980 a 1960) dividido em três partes: a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão e o período que se estendeu da Segunda Guerra Mundial à libertação colonial; buscando apresentar a teoria econômica/pensamento econômico que prevaleceu em cada um deles (LIMA, 1965, p. 9).

Referente ao início do século XX, o autor destacou o apogeu do capitalismo e do chamado imperialismo, no qual se destacaram "o agrupamento das enormes organizações industriais e monopólios, e o surgimento da oligarquia financeira"; e a primeira Guerra Mundial. Diante desse cenário, o principal problema que preocupava os economistas era a distribuição de renda. Em resposta a essa preocupação, o pensamento econômico foi tomado pela formação de três correntes distintas: os liberais[179], os reformistas sociais[180] e os

---

[177] À definição de libertação colonial, devemos nos atentar a dois conceitos: o de liberdade e o de colonização. O conceito de liberdade desperta uma face "abstrata e filosófica", vigorando, porém, a ideia de "individualismo, como autonomia individual" que dominou a Revolução Francesa e sua luta contra o "despotismo e servidão". Essa luta ganhou força com um "documento símbolo de liberdade", chamado *Declaração dos Direitos do Homem*. No entanto, outras definições foram aparecendo nas sociedades fora do Ocidente[177], na escravidão, no cristianismo, na física, dentre outros. Assim, a liberdade ora teve uma definição prática (liberdade política e econômica), ora teve uma definição filosófica (liberdade interior). O conceito do qual se apropriou o autor está ligado à forma prática de liberdade na qual as "nações colonizadas da América Latina, como o Brasil, que começaram a se sentir tolhidas pelo monopólio metropolitano e a se julgar escravas da metrópole" ansiando pela "liberdade nacional" em relação à metrópole portuguesa (SILVA; SILVA, 2009, pp. 264-265). A colonização, por sua vez, define-se como conceito e categoria histórica que significa "expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões", podendo ter, também, o sentido de "cuidar", "conquistar" e "mandar". No Brasil, esse conceito está ligado à ideia de "domínio, exploração e submissão dos nativos" e às "relações de dependência e controle político e econômico". Obras como *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* veem a colonização como a explicação dos "problemas sociais" e das "desigualdades" (SILVA; SILVA, 2009, pp. 67-68). Essa visão contempla Heitor Ferreira Lima que empregou o conceito de colonização com esse mesmo sentido.

[178] O conceito de imperialismo possui um leque amplo de definições e apareceu apenas no século XIX quando se formaram os monopólios e a "concorrência entre economias capitalistas". O auge do imperialismo ocorreu com a expansão monopolista e conquistas de territórios ocasionados pela partilha da África, dominada por potências que buscavam novos mercados no início do século XX. Talvez, a definição que nos interessa seja a que compreende o imperialismo como "práticas e estratégias de controle específicas" que "um centro metropolitano elabora para controlar o território distante". Ferreira Lima se apropriou do conceito de imperialismo ligado a dependência econômica da América Latina, ou seja, ao domínio financeiro e comercial. No caso do Brasil, num primeiro momento, um imperialismo inglês por meio de empréstimos; num segundo momento, um imperialismo norte-americano marcado pelo controle dos nossos investimentos e pelo acúmulo de dívidas provenientes dos empréstimos de capital estrangeiro (SILVA; SILVA, 2009, pp. 218-220).

[179] "Os liberais de 1900 continuavam a identificar liberdade como concorrência, vendo no panegírico da concorrência uma justificação do laissez-faire [...] não admitiam a intervenção do Estado [...] para as angústias e necessidades dos trabalhadores, propunham a criação das Bolsas de Trabalho, que, conjugadas com a concorrência perfeita, tornariam o preço justo" (LIMA, 1965, pp. 41-42).

[180] "[...] tinham por finalidade melhorar as condições de vida e trabalho das classes operárias, começaram a preconizar o desenvolvimento da ação sindical, o lançamento de impostos fundiários progressivos, a criação de cooperativas, a expansão de explorações públicas etc., como remédio para os males sociais da época" (LIMA, 1965, p. 42).

socialistas[181]. Embora o marxismo e o reformismo tivessem influência sob os trabalhadores e alguns intelectuais, prevaleceu o pensamento liberal.

Concernente ao período da Grande Depressão, Ferreira Lima apresentou a Crise de 1929 e sua extensão pelos diversos países. A maior contribuição em resposta a crise nesse período entre guerras foi o pensamento do economista John Maynard Keynes, que aconselhou como saída da depressão "a baixa dos salários e manejamento da taxa de juros" pelo Estado (LIMA, 1965, p. 106).

Já relativo ao período da Segunda Guerra Mundial, o autor evidenciou que todos os interesses econômicos se subordinaram à mesma, havendo a perda da liberdade econômica, instaurando-se uma economia de guerra. Após a Segunda Guerra, a realidade dos países mudou e, no campo econômico, observou-se uma redução nas relações comerciais da Europa com o resto do mundo. No campo financeiro, muitos países que eram credores saíram como devedores, a exemplo da Inglaterra e da França, que se tornaram dependentes dos empréstimos norte-americanos. Tinha-se um ambiente de decadência que "comprometeu a produção, arruinou comércios e hipotecou finanças por muitos anos" (LIMA, 1965, p. 136). Diante disso, os Estados Unidos elaboraram o Plano Marshall, um programa de recuperação dos países europeus (reconstrução dos Aliados) via crédito americano aos países destruídos. A partir desse Plano, foram criadas duas importantes instituições: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, visando a "manutenção da estabilidade monetária para facilitar o crédito e a estabilização monetária.

A guerra deixou antigas potências como Inglaterra, França, Japão e Itália enfraquecidas. Isso possibilitou que os povos coloniais conseguissem formar "exércitos de libertação" devido ao armamento que conquistaram durante a guerra e o interesse das classes sociais pela emancipação. Exemplos dessa libertação colonial após a Segunda Guerra Mundial foram as colônias do Oriente Médio, da África e de parte da Ásia (LIMA, 1965, p. 147-148). Esses países, chamados pelo autor de subdesenvolvidos, tornaram-se "senhores de seus destinos" e, a fim de se libertarem economicamente das metrópoles, criaram indústrias nacionais.

Porém, muitos deles ainda sofriam com os obstáculos da "velha ordem"[182]. Para transformar "tamanha envergadura", Ferreira Lima afirmou que deveríamos encontrar

[181] "[...] o marxismo havia adquirido dentro dela uma grande influência, com figuras de destaque como Karl Kaustky e Rosa Luxemburgo, na Alemanha; Paul Lafargue e Jules Guesde, na França; Plekhanov e Lenin na Rússia. Na Inglaterra, o socialismo era representado pelo trabalhismo que tinha como ideológicos os "Fabianos", agrupamento de intelectuais de grande projeção, como Sidney e Beatriz Webb, Bernand Shaw, H. G. Wells e J. Hobson, que não passavam de reformadores sociais empíricos" (LIMA, 1965, p. 42).

postulados e princípios para a realidade dos países subdesenvolvidos, já que as teorias econômicas em voga eram insuficientes e contraditórias. Pois foram "elaboradas em outras épocas e em outros meios", erguidas "dentro de uma base em que o papel assinado às nações subdesenvolvidas era precisamente aquele contra o qual se rebelavam" e para países com uma história diferente[183]. O caminho mais curto para solucionar os problemas e as necessidades dos países subdesenvolvidos, segundo Ferreira Lima, era o abandono dessas doutrinas inadequadas. Essa experiência já estava sendo levada a efeito em diversas regiões do mundo como observado

> [...] a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para o nosso continente e idêntico órgão da ONU para a Ásia, e autores como Paul Baran, Raúl Prebish, Gunnar Myrdal, Albert Hirshman, Paul Sweezy, Arthur Lewis, além de outros, com várias tendências. Entre os brasileiros podem mencionar-se os nomes de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e João Paulo de Almeida Magalhães como os de maior destaque (LIMA, 1965, p. 158).

Para que se desenvolvessem teorias que abarcassem a realidade desses países atrasados, era necessário, e fundamental, compreender os problemas que impediam nosso avanço. Para isso, Ferreira Lima apontou nas últimas páginas de *Do Imperialismo à Libertação Colonial* um esboço dos principais problemas que países como o Brasil ainda enfrentavam no início da segunda metade do século XX. O "atraso econômico" e o "lento ritmo de desenvolvimento" ainda persistiam devido aos seguintes fatores:

> 1º) manutenção, no total ou em parte considerável, da estrutura agrária pré-capitalista, que os caracterizava;2º) pequeno desenvolvimento da indústria pesada (com raras exceções), freando o processo de industrialização; 3º) manutenção, pelos monopólios imperialistas, de fortes posições econômicas e financeiras, que impedem o desenvolvimento nacional; 4º) substituição do domínio direto pelo indireto, com a transferência do poder a grupos nacionais ligados ou a serviço dos antigos dominantes; 5º) continuação da dependência do mercado internacional para seus produtos de exportação, sempre artigos primários, de cotação decrescente; 6º participação cada vez maior dos capitais estrangeiros nos limitados processos de industrialização, restringindo assim os volumes de reinvestimento; 7º) lenta substituição dos produtos de importação, refletindo-se nas maiores importações de artigos

---

[182] A estrutura de produção desses países ainda era agrária, com métodos arcaicos e produção para a exportação, de acordo com interesses estrangeiros; a indústria nacional era incipiente, desenvolvendo somente o setor de bens de consumo; toda renda gerada no país se concentrava na mão de "alienígenas"; a situação financeira era precária; a pequena elite intelectual estava sob influência da cultura e religião estrangeira (LIMA, 1965, p. 156).

[183] Os países desenvolvidos "contaram desde o início com a acumulação primitivas, isto é, o ouro, a prata, as pedras preciosas e as especiarias extraídas na época das descobertas, e posteriormente com as riquezas do solo e subsolo e mercados dos povos conquistados na era do colonialismo (LIMA, 1965, p. 157).

> manufaturados, de matérias-primas e equipamentos (LIMA, 1965, pp. 163-164).

Assim, somente quando os estudiosos e economistas entendessem esses pontos de atraso da nossa economia, conseguiríamos estabelecer teorias de fato eficazes.

Mais uma vez, o autor buscou oferecer ao presente as experiências do passado, na tentativa de subsidiar as tentativas de solução do presente. Nessa obra, conseguiu evidenciar que "a teoria não é mais que a experiência concentrada" que "encontra na história" o principal "auxílio para sua formulação". Em *Do imperialismo à Libertação Colonial*, Ferreira Lima pode esmiuçar a ideia que apresentou na *Nota Preliminar* de *Formação Econômica do Brasil*: período colonial, na qual afirmou que

> É necessário, por conseguinte, estimular por todos os meios, os trabalhos que visam o estudo da História Econômica, pela importância que representa. Nesse sentido podem prestar ajuda de enorme relevância [...] Seria altamente meritório, além disso, se os governos (federal, estaduais e municipais) se dedicassem também a esse objetivo, mandando elaborar através de órgãos técnicos e do pessoal competente que possuem, estudos de História Econômica regional, estadual, municipal ou simplesmente de algum produto que no passado ou no presente tenha certa magnitude. Somente depois disso é que se poderá levar a efeito uma obra de síntese perfeita a respeito de nosso passado econômico e social (LIMA, 1961a, p. 5-6).

Dessa forma, a importância da história apareceu como aspecto fundamental na elaboração de teorias para países subdesenvolvidos. Ao apresentar um esboço econômico mundial e o pensamento predominante em cada período, Ferreira Lima pretendeu comprovar que as teorias econômicas foram criadas em resposta às necessidades dos países desenvolvidos em cada uma das fases apresentadas.

3.1.5 Análise do passado e projeto de futuro em Heitor Ferreira Lima

A leitura dessas obras possibilitou compreender, ainda melhor, as ideias de Heitor Ferreira Lima acerca da história econômica do Brasil, presentes também nos artigos da *Revista Brasiliense*. Esses trabalhos apresentaram como ideia fundamental a importância do conhecimento do passado. O argumento fundamental do autor ligou a ideia de progresso, e superação do atraso no Brasil, ao estabelecimento de uma indústria nacional. Para que o

estabelecimento dessa indústria repercutisse da maneira desejada se fazia necessário a reconstituição do passado para que não repetíssemos os mesmos erros no futuro. Assim, Ferreira Lima não só incentivou essa reconstituição, como também contribuiu para sua concretização, pois, segundo o autor, havia uma ausência de material sobre uma síntese do nosso passado econômico e social (LIMA, 1961a, p. 6).

A pesquisa sobre a história econômica do país prestaria ajuda às "entidades das classes patronais, as fundações e mesmo as grandes empresas, por meio de organizações que já possuem ou por outras que sejam criadas com essa finalidade". O autor acreditava que a instrumentalização de uma síntese perfeita do passado econômico e social nacional caberia ao governo por meio da criação de órgãos técnicos e pessoais (LIMA, 1961a, p. 6).

Dessa forma, compreendeu-se porque não mediu esforços para esboçar em suas obras a evolução industrial de São Paulo, a formação da indústria na colônia, analisar a economia mundial, assim, como na *Brasiliense*, em seus detalhados artigos que reconstituíram o panorama industrial, a história dos bancos, a inserção do capital estrangeiro e tantos outros assuntos que contribuíram para essa síntese do passado.

Em *Formação Industrial do Brasil*, quando o autor salientou que essas pesquisas auxiliariam as classes patronais, ele quis evidenciar que essa classe implementaria a indústria nacional no país. Essa ideia de Ferreira Lima apareceu nas obras em que destacou personagens pioneiros da indústria no Brasil como Visconde de Mauá, Roberto Simonsen, Jorge Street, Conde Matarazo, Coronel Rodovalho, dentre outros nomes. Demonstrou, por esses indivíduos, considerável admiração, principalmente ao reconhecer que industriais como Mauá e Simonsen lutaram pela criação de um mercado interno que substituiria as importações e faria com que o Brasil alcançasse a tão sonhada independência industrial. Admirava o descontentamento de Mauá com a manutenção da estrutura agrária do país de base escravocrata e o não emprego da mão-de-obra escrava em seus empreendimentos. Reverenciava, também, a preocupação de Roberto Simonsen em elevar a baixa renda nacional e a tentativa de elevar o padrão de vida da população, reconhecendo a importância da ajuda do capital estrangeiro, das técnicas e do protecionismo para o progresso do país via industrialização. Talvez, o que mais tenha contribuído para a admiração de Ferreira Lima em relação à Roberto Simonsen tenha sido sua oposição à vassalagem dos acordos externos nos tratados de comércio e o intercâmbio que favoreciam somente os países industrializados

Constituiu-se, assim, como intelectual que enfatizou o papel da burguesia industrial na formação das indústrias do país, reconhecendo em *História do pensamento econômico brasileiro*, de 1976, na qual continuou os elogios à Roberto Simonsen, que "a corrente de

pensamento econômico melhor adaptada às nossas condições particulares" emergiu da criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e do aparecimento de Simonsen "preconizando a industrialização, como meio de erguer o baixo padrão de vida da população e superar o retardamento material em que nos encontrávamos" (LIMA, 1976, p.5).

Essa admiração pela burguesia industrial custou caro ao autor. Recebeu críticas por deixar de lado as classes exploradas e oprimidas e, também, a discussão sobre a natureza das relações sociais de produção. Esse papel de destaque foi ocupado pelas classes dirigentes e patronais consideradas implementadoras/promovedoras do progresso que tem "poder inelutável e triunfador" (LIMA, 1982, p. 290). Essas críticas, inclusive, fizeram com que muitos intelectuais questionassem o marxismo de Ferreira Lima e afirmassem que "a contribuição marxista ao estudo da problemática brasileira" se confundia várias vezes com "os anseios de crescimento e independência nacional" (LIMA, 1978, p. 4). Porém, como já salientamos, essa ênfase dada às classes patronais não teve como intuito deixar de lado as classes oprimidas. Tanto que ao analisarmos suas publicações na *Revista Brasiliense* encontramos alguns volumes que se dedicaram à questões sociais brasileiras, como, por exemplo, artigos como os que discutiam a previdência social enfatizando a necessidade de uma reforma que proporcionassem benefícios aos trabalhadores e suas famílias; que teceram elogios às obras de Castro Alves e Euclides da Cunha por se preocuparem com o bem-estar do povo; e sobre a questão regional, no qual levantou a necessidade de melhorar as condições de vida no nordeste e acabar com a estrutura agrária, a baixa renda, a concentração de latifúndios, condições do trabalhador no campo etc. O ponto crucial foi que o autor trabalhou em defesa da indústria como um meio de atingirmos o progresso e, devido ao fato da burguesia industrial ser responsável pelo processo de implementação da indústria nacional, enfatizou somente o papel das mesmas.

Críticas também foram direcionadas ao uso da noção de indústria pelo autor, que, segundo Marco Del Roio (2014), é uma noção "genérica". Porém, quando analisamos as obras de Heitor Ferreira Lima, temos clareza do que quis dizer. Segundo o autor, o significado de indústria dependia do contexto no qual se inseria o termo. No caso de suas obras, utilizou-o para se referir às atividades produtivas de técnica rudimentar do XVI ao XIX. Dessa forma, o parâmetro utilizado por ele para mensurar se o termo "indústria" dizia respeito ao sentido moderno da palavra foi o nível técnico. Ao enfatizar, em suas obras e em seus artigos, o processo de formação das indústrias como responsáveis pelas transformações dos períodos históricos, Ferreira Lima admitiu o progresso técnico como a força motriz da história.

É nítido que o campo de interesse[184] de Heitor Ferreira Lima foi o campo da produção, objeto "primordial da historiografia marxista". Todavia, como já salientamos no início desse capítulo, a teoria marxista abordou o conceito de modo de produção procurando dar conta "de toda a produção da vida material de uma sociedade, a partir da apropriação do trabalho humano e da utilização dos meios de produção (matérias primas, instrumentos)". Se levarmos isso em consideração, concluiremos que o autor se inseriu "fora" da teoria marxista ao destacar em suas obras as técnicas de produção e deixando de lado as relações de produção. Enquanto o materialismo histórico acreditava que a História "era a história dos modos de produção e da luta de classes", Ferreira Lima acreditava que a mesma era a história do progresso técnico (BARROS, 2008, pp. 37-38).

Por isso, acreditou que precisávamos preparar melhor os trabalhadores investindo na melhoria das técnicas de produção, já que as mesmas demostraram ser responsáveis pela passagem de uma época histórica para outra. Esse enfoque nas técnicas evidenciou a influência de um paradigma importante utilizado pelo autor para "encaminhar sua leitura da sociedade": o Positivismo[185].

Positivismo esse herdado de sua admiração por Simonsen e que tomou forma quando o autor defendeu em sua obra, as leis e os métodos objetivos para a sociedade. Isso, através do preparo técnico e da realização de pesquisas para diagnosticar os obstáculos ao progresso, apresentando a Ciência como o melhor meio para compreender a sociedade ao invés dos apelos a superstições (MAZA, 2004, pp. 33-34). Porém, como já exposto anteriormente, "nenhum paradigma é melhor que o outro", longe disso, tratam-se se uma "opção teórica" que podem coexistir com outros paradigmas distintos.

Dentre todas essas características presentes nas obras e nos artigos de Heitor Ferreira Lima, uma se mostrou fundamental: a reconstituição do passado. Em *Evolução Industrial de São Paulo*, o autor abordou, pela primeira vez, sua ideia sobre a importância da história, recapitulando-a, posteriormente, em *Formação Industrial do Brasil.* A história, segundo ele, vai além do interesse acadêmico e curiosidade pelo passado. A história econômica nos permite compreender a formação do país. Da mesma maneira, os defeitos e distorções que constituem a nação. Através da análise da história e de nossas experiências se encontraria

[184] Em História Econômica, um fator que não gera qualquer dúvida é quando os objetos de estudo envolvidos nas atividades econômicas privilegiam: a produção, a circulação ou o consumo (BARROS, 2008, p. 37).

[185] "[...] o que se convencionou chamar de positivismo é, na realidade, a escola metódica, influenciada pelo pensamento do filósofo alemão Leopold von Ranke, que supervalorizava o documento e defendia a objetividade na História. A escola metódica teve seu auge no final do século XIX, defendida sobretudo pelos historiadores franceses Langlois e Seignobos, que pregavam uma História narrativa, política, com forte caráter nacionalista" (SILVA; SILVA, 2009, p. 190).

soluções para o presente. Considerada investigação do passado, além de tudo, auxilia a formulação das teorias, como pudemos observar em *Do imperialismo à libertação colonial*, e não devia ser menosprezada, pois atua como ferramenta necessária na resolução de questões que exigem soluções (LIMA, 1954, pp.10-11).

Seus artigos também mostraram reconstituições históricas de períodos cruciais para o impulso da indústria no país. Realizou balanços da indústria; a importância e os perigos dos capitais estrangeiros nesse processo; a importância de setores como a marinha mercante; a construção naval; o setor bancário e o setor financeiro nesse processo; além da reconstituição da história do nosso primeiro banco do Brasil; do comércio no tempo de D. João VI; dentre outros temas.

Realizou todas essas pesquisas, pois sabia que a história auxiliava na solução dos diversos problemas nacionais e cabia ao historiador "oferecer aos seus contemporâneos o leque de experiências do passado, que são dotadas de condições para subsidiar o desenvolvimento econômico" (ROCHA, 1990, p.21).

Isso também evidencia porque o autor escolheu discutir, nessas primeiras obras, a evolução industrial de São Paulo, a formação industrial do Brasil no período colonial, os personagens pioneiros na industrialização nacional e a economia mundial de setenta anos (1890-1960). Esboçando a evolução dos ramos manufatureiros em São Paulo, em 1954, Heitor Ferreira Lima mostrou a transição de uma economia agrária semicolonial para um sistema industrial capitalista ainda insuficiente, abrindo caminho para a libertação econômica nacional. O objetivo não foi abordar os motivos dessa insuficiência, mas, sim, esboçar o processo e concentração industrial de São Paulo, assim como a centralização de capital nas mãos de um grupo de famílias poderosas. Ao analisar a formação industrial do Brasil no período colonial, em 1961, lançou um panorama manufatureiro abordando as atividades indígenas, o ciclo do açúcar e todas as atividades coloniais dos três séculos coloniais com o objetivo de encontrar os motivos que impediram o avanço colonial. As medidas de dominação da coroa portuguesa impediram a libertação colonial e a solução estaria na emancipação da indústria nacional.

Em *Mauá e Simonsen*, recapitulou a história desses dois personagens cruciais para a industrialização do país e publicou-a num período decisivo para o destino do Brasil, no qual se lutava contra o atraso e subdesenvolvimento. Já na obra de 1965, enfatizou o papel do passado como peça fundamental para discutir as medidas a serem tomadas para solucionar os problemas do presente que consistem na dominação imperialista que impede a formação de uma indústria autônoma e de força própria.

Dessa maneira, Ferreira Lima alicerçou seus esboços históricos sob o pressuposto da determinação econômica – condições materiais determinam os aspectos da vida social – ou seja, a economia é a "infraestrutura da sociedade" e determina a "ação dos homens no campo político, administrativo e social em geral" (LIMA, 1961a, p. 6). Dessa forma, sempre traçou panoramas sob aspectos econômicos como a formação e evolução da indústria e a liberação colonial via industrialização. O motor da história para Heitor Ferreira Lima consiste no desenvolvimento da indústria/progresso técnico considerados sinônimos de progresso (ROCHA, 1990, p. 21). Ele escreveu em pleno século XX, momento no qual o conceito de evolução, considerado também progresso, estava relacionado ao avanço da economia industrial. Assim, ao utilizar esses termos para concretizar seus esboços históricos, o autor fez uso do conceito ocidental, que relacionou evolução e progresso à economia.

Como já vimos, essa ideia de que "o tempo é linear" e "toda evolução é necessariamente um progresso" advinda do Iluminismo e da Revolução Industrial, passou a ser questionada após a Segunda Guerra Mundial. Esse questionamento não se direcionou ao conceito de evolução, mas a ideia de progresso que foi revitalizada por Jacques Le Goff

> Hoje, a crítica ao progresso está presente em todas as ciências sociais e humanas, apesar de, como já dissemos, muitas vezes não corresponder à prática. Mas da mesma forma que Foley revitalizou a ideia de evolução, o historiador francês Jacques Le Goff tenta revitalizar a de progresso. Para ele, o progresso pelos direitos humanos deveria ser uma ideia defendida por todos em nossos dias, entendendo essa forma de progresso como a melhoria das condições de vida da humanidade em todas as sociedades. Além disso, ele lembra Lévi-Strauss, que acreditava que o progresso existe em uma diversidade de processos diferentes. Para Lévi-Strauss, a história não é um processo linear de acumulação de conquistas, e nela diversas formas de civilização podem coexistir, representando cada uma um processo diferente de progresso (SILVA; SILVA, 2009, p. 1340).

Heitor Ferreira Lima fez uso do conceito ocidental de evolução que se confunde com o conceito de progresso. Talvez, a maioria das críticas feitas ao autor, que geralmente atribui a ele o papel de economicista, baseia-se nas ideias difundidas por Le Goff na pós-modernidade. Le Goff defendeu, como observamos no excerto acima, o "progresso pelos direitos humanos" ligado à "melhoria das condições de vida da humanidade em todas as sociedades" e a ideia de que cada civilização tem um processo "diferente de progresso". Porém, mesmo utilizando do conceito ocidental de evolução/ progresso, Ferreira Lima tinha essa consciência defendida por Le Goff voltada ao caráter mais humano do conceito. Ao se inspirar no positivismo de Simonsen, Ferreira Lima não realizou uma "transposição de realidades históricas diferentes"

para o Brasil; pelo contrário, teve consciência de que de nada adiantaria "copiarmos os modelos estranhos", cabendo ao Brasil aproveitar "apenas os ensinamentos técnicos" e adotar "os necessários corretivos de ordem política e social, para evitar a transplantação correlata dos males verificados". Simonsen defendeu a repartição equitativa dos "frutos produzidos pela tecnologia" para a sociedade e se preocupou com a elevação da renda nacional brasileira, demonstrando esses aspectos que visava a melhoria de vida das sociedades (LIMA, 1963, pp. 89-90).

Contudo, mesmo tendo essa consciência, a visão de progresso de Heitor Ferreira Lima – baseada no positivismo de Simonsen – mostrou, ao longo do tempo, incapaz de "libertar o homem". Ao contrário, "as forças produtivas do capitalismo, justificadas e estimuladas pelo saber científico-tecnológico, só fizeram aumentar a dominação predatória do homem sobre a natureza e do homem sobre o homem" servindo apenas aos que a "possuem e manipulam" (SILVA; SILVA, p. 58). Assim como Simonsen, embora tenha demonstrado interesse num primeiro momento pela classe trabalhadora, buscou o progresso através de "mecanismos que não contemplavam a plena expressão dos direitos políticos das camadas populares" (MAZA, 2004, p. 234).

Ferreira Lima viveu num Brasil no qual o debate nacional-desenvolvimentista ganhou forças após a perda da hegemonia liberal, colocada em cheque após a crise no cenário internacional nos anos 1930. O Brasil vivia, naquela época, a efervescência de "novas concepções de desenvolvimento, provocando reações diversas, conforme os interesses em jogo. Era um modo diferente de encarar questões antes não resolvidas, com instrumental teórico até aí aceito quase que como um dogma" (LIMA, 1978, p. 5).

Ferreira Lima foi um "homem do seu tempo" e escreveu "para esse tempo", já que, a partir dos anos 1950, a política desenvolvimentista e industrial ganhou força e reinou durante três décadas através de políticas de forte presença estatal, desenvolvimento do mercado interno e intensificação do processo de substituição de importações. Apenas nos anos 1980, com a crise da dívida externa, que o modelo desenvolvimentista perdeu forças. Nos anos 80, Ferreira Lima publicou uma única obra, *Caminhos Percorridos*. Dessa forma, os escritos dele mostraram a certeza do contexto no qual se inseria o autor. Segundo Quentin Skinner, o historiador das ideias deve pensar nos textos a partir dos contextos em que foram criados para compreender o que se pretendia ao escrevê-los. Mais do que compreender o que foi dito, é necessário entender "o que o autor em questão pode ter tido a intenção de dizer ao dizer o que disse" (SKINNER, p. 79, 2005). Um historiador das ideias precisa explicar o contexto em que algo foi escrito para assimilar o que o autor quis comunicar, por meio do que diz, aos leitores

e, assim, encontrar entre as várias possibilidades de interpretações a que corresponde ao que se pretende dizer ou às possibilidades de interpretação do dizer. Assim, o conhecimento histórico, que permite identificar os problemas nos quais os autores clássicos escreviam, é inseparável do período em que os textos foram escritos.

Considerações Finais

Esse trabalho pretendeu compreender a história econômica em Heitor Ferreira Lima no período de 1950 e 1960. Para que isso fosse possível, traçou-se um roteiro que buscou entender a trajetória do autor, suas influências intelectuais e seu contato inicial com a história e a economia, para então, posteriormente, analisar suas publicações na *Revista Brasiliense* e as obras publicadas no referido recorte histórico. Os artigos mostraram todo o amadurecimento intelectual do autor, que pôde escrever sobre um leque de temas relacionados à industrialização. Pôde, também, além de contribuir para uma síntese histórica, fazer balanços sobre o período em que escrevia, mostrando nossas principais dificuldades no processo industrial, além de abordar temas relacionados à questão social e regional. Muitos de seus artigos discutiram temas a partir de sua origem, mostrando a importância que o autor deu à concepção da nossa formação industrial. O mesmo pode ser dito para as obras publicadas entre 1950 e 1960, em que sistematizou todas as suas ideias pautadas também no processo de industrialização como meio para o progresso nacional. Essas obras puderam apontar conceitos importantes e auxiliar nossa pesquisa no que se refere a como o autor construiu um pensamento sobre a história econômica.

Dessa forma, os "contextos que nos permitam, por sua vez, identificar" o que o autor pretendeu com seus escritos (SKINNER, 1999, p. 22). Heitor Ferreira Lima publicou suas obras e seus artigos para a *Revista Brasiliense* em um período de impulso industrial no país. Sofreu influência de Roberto Simonsen, um dos pioneiros na intensificação desse processo, quando foi convidado para participar do Conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em 1944, iniciando um trabalho de admiração à burguesia industrial.

Nesse sentido, há os que defendam[186] que exista uma inflexão expressiva na obra do autor: como um militante que fez parte da primeira geração do PCB, formado sob moldes da Escola Leninista de Moscou, em pleno ano de 1920, e que defendeu assiduamente uma revolução proletária por não acreditar que a burguesia fosse capaz de ser a força motriz da mesma, por ter ligações com os restos feudais no país, pôde mudar seu pensamento a partir da entrada na FIESP? A partir desse episódio de contato com Simonsen, Ferreira Lima partiu em defesa da burguesia industrial e da luta pela industrialização no país. Ou seja, temos aqui a transição de um militante da primeira geração do PCB para um economista do maior órgão representante da indústria nacional. Talvez, essa "transição" seja a culpada pela sua "marginalização" em relação aos demais pensadores de sua época, como Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

Ferreira Lima saiu do PCB justamente pelas brigas e perseguições resultantes no final dos anos 30. Essa perseguição veio do grupo carioca de Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), como já explorado no primeiro Capítulo do presente trabalho. O grupo carioca, liderado por Bangu, venceu o grupo paulista de Lima, ganhou a direção do PCB e defendeu a burguesia como propulsora de uma revolução democrático-burguesa[187] – como também já comentamos no capítulo anterior[188]. Tratava-se da defesa de uma burguesia capaz de realizar uma fase de nossa revolução.

Após a realização do 7° Congresso da Internacional Comunista em Moscou, entre julho e agosto de 1935, a Terceira Internacional mudou sua tática e orientação para os Partidos Comunistas "propugnando a mudança de tática "classe contra classe" para a

---

[186] A destacar Marco Del Roio, em *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*, de 2014: "O entusiasmo de Heitor Ferreira Lima pelo processo de industrialização – transparente nas páginas que escreve – e a ausência de senso crítico quanto à ação das classes dirigente do país fazem dele um admirador do progresso, um autor mais economicista que efetivamente marxista e, mais importante, um intelectual orgânico da burguesia. No entanto, um intelectual que, na prática, defendeu uma particular forma de revolução burguesa, uma revolução passiva, como caracterizaria Gramsci, posto que foi conduzida por uma fração das classes dominantes, mas dotada de um programa, aquele da industrialização como rota da independência nacional. Enfim, a força motriz da revolução era mesmo a burguesia industrial, assim como queriam seus adversários no PCB em 1930 e também os que se seguiram na aplicação da política de União Nacional?" (ROIO, 2014, p. 34).

[187] Criação de uma "frente única" apoiada a setores progressistas, incluindo, aqui, a burguesia industrial na luta pelo antifascismo.

[188] "A clandestinidade e o deslocamento da direção comunista para o Nordeste possibilitaram que o Comitê Regional de São Paulo – uma organização relativamente forte que conseguiu se preservar do envolvimento no movimento insurrecional de 1935 – surgisse como um polo alternativo de direção partidária, tornando provável a contenda. Os comunistas de São Paulo continuaram considerando o proletariado industrial vetor da revolução brasileira e tenderam a negociar o apoio à candidatura do governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, à presidência da República, em troca do estabelecimento de liberdades públicas, enquanto o Comitê Central "provisório" de Bangu preferia apoiar o escritor paraibano José Américo. O conflito eclodiu com força quando o Comitê Central conseguiu o respaldo da Internacional Comunista e transferiu-se novamente para o centro-sul do país. A posição do Comitê Central acabou prevalecendo, à custa do enfraquecimento do partido em São Paulo e da adesão de algumas lideranças, como Hermínio Sacchetta, ao movimento trotskista" (ROIO, 2007, p. 67).

"formação de frentes amplas contra o fascismo". Os comunistas brasileiros deixaram a questão agrária de lado e passaram a considerar, em primeiro plano, a revolução brasileira sob a força motriz da burguesia industrial, além de valorizarem "a luta pela industrialização" (ROIO, 2007, p. 67). Assim, percebemos que Lima não rompeu com os preceitos ideológicos do PCB como um todo, mas, sim, com os preceitos da primeira geração, ou, mais precisamente, com o grupo que correspondia ao Comitê Regional Paulista.

Este trabalho não teve a pretensão de julgar o autor e muito menos atribuir a ele rótulos como o de economicista. Muito pelo contrário, buscou-se compreender um aspecto fundamental das ideias de Heitor Ferreira Lima: um autor que presenciou um debate entre liberais, que objetivavam preservar o caráter agrário e dependente do país, e nacionais-desenvolvimentistas que viram na industrialização um meio para tão sonhada independência. Heitor escolheu a segunda vertente. Ou seja, um autor que escreveu para o seu tempo e esteve inserido em vários contextos da história. Num primeiro momento, um militante da primeira geração do PCB, e, num segundo momento, um assessor/economista da FIESP que defendeu os grandes industriais do país. Ambas as visões só tinham como objetivo único a busca pelo progresso nacional.

A partir disso, o trabalho sobre história produzido por Heitor Ferreira Lima (1950-1960) abrangeu tanto a "Teoria da História" como a "filosofia da história". O Heitor Ferreira Lima como teórico da História se inseriu no espaço coletivo de reflexão referente ao positivismo, ao sofrer influências do pensamento de Roberto Simonsen. Essa influência esteve ligada às ideias de Simonsen, como o emprego das técnicas e da ciência. Como já salientamos, não temos como objetivo, ao afirmar isso, encaixar Ferreira Lima no paradigma e engessá-lo. Longe disso, o autor apenas recebeu influências dessa corrente por meio de sua ligação com Simonsen nos anos 1940. Essas influências estão muito mais ligadas às ideias defendidas por Simonsen, do debate com o Eugênio Gudin.

Assim, existe um Heitor "economista", que abordou conceitos fundamentais sobre a industrialização; um Heitor "historiador", que estudou a realidade histórica para conseguir realizar uma síntese histórica, e, por conseguinte, fornecer mecanismos para alcançarmos o progresso; e um Heitor "filósofo" que passou o decorrer da vida em busca de respostas para o futuro da sociedade brasileira.

Ao analisar seus artigos da *Brasiliense* e suas obras, pode-se confirmar que a história econômica em Heitor Ferreira Lima se direcionou o tempo todo ao alcance do progresso. O intuito de fazer história, empreendido pelo autor durante sua trajetória, esteve ligado ao fornecimento de conhecimento aos implementadores desse progresso. Esse progresso estava

ligado à ideia de industrialização/progresso técnico, fenômeno, segundo o autor, crucial para qualquer tipo de avanço econômico. Ferreira Lima tomou como obrigação de uma vida "escrever uma história das nossas realizações no campo industrial" na tentativa de incentivar e estimular esboços históricos sobre o Brasil.

O autor afirmou, desde 1954, quando publicou *Evolução Industrial de São Paulo,* "que a história econômica de um país não tem um interesse meramente acadêmico, como poderá parecer a muitos". Pelo contrário, "no estudo da história econômica" há "uma importância da qual não podemos prescindir". Somente através dela é que conheceremos "defeitos ou distorções da nossa formação material" que "se prolongam até os dias de hoje" refletindo em "outros domínios de nossas atividades" e na "constituição da nação". Para Ferreira Lima

> [...] olhando para o passado com argúcia e imparcialidade, nele vamos encontrar muitas experiências proveitosas, positivas ou negativas, que nos podem servir de lição modernamente, repetindo-a ou repelindo-a, conforme o caso, ou melhorando-a para nos ajudar a encontrar a solução de vários problemas que nos preocupam atualmente. Se a teoria não é mais do que a experiência concentrada, na história encontra ela a principal auxiliar para a sua formulação. Por isso, o empirismo, que não passa de antítese da teoria, não é mais do que a falta de consideração pelos fatos da história. Não devemos, portanto, menosprezar a investigação do passado, incluindo-a como coisa meramente acessória, apenas de ilustração, ou de simples luxo de erudição, pois ela contém valioso ensinamentos, fatores que permitem resolver, com maior aproximação de exatidão, questões que hodiernamente se apresentam a exigir soluções (LIMA, 1954, pp. 10-11).

Para Heitor Ferreira Lima, a história passou a ser vista além do papel de somente reconstruir memórias, empregando-as a mesma um caráter reflexivo importante, utilizando-as como uma ferramenta de auxílio para os problemas enfrentados no Brasil. Através de seus livros e suas publicações na *Revista Brasiliense*, conseguiu tornar suas ideias possíveis, utilizando seus esboços históricos para defender um progresso pautado na industrialização. Militante, escritor e brasileiro, sua obra se edifica ainda nos dias de hoje, apresentando-se mais atual do que se pode imaginar.

Referências Bibliográficas

Artigos da *Revista Brasiliense*

LIMA, Heitor Ferreira. *Capitais nacionais e investimentos estrangeiros*. Revista Brasiliense, n. 1, São Paulo, set./out. 1955a, pp. 129-149.

LIMA, Heitor Ferreira. *Os primeiros empréstimos externos*. Revista Brasiliense, n. 2, São Paulo, nov./dez. 1955b, pp.108-131.

LIMA, Heitor Ferreira. *Balanço da industrialização brasileira*. Revista Brasiliense, n. 3, São Paulo, jan./fev. 1956a, pp. 115-131.

LIMA, Heitor Ferreira. *Capitais europeus no Brasil*. Revista Brasiliense, n. 4, São Paulo, mar./abr. 1956b, pp. 45-64.

LIMA, Heitor Ferreira. *Fatores Positivos e negativos da evolução da economia brasileira*. Revista Brasiliense, n. 5, São Paulo, mai./jun. 1956c, pp. 62-84.

LIMA, Heitor Ferreira. *O primeiro banco do Brasil*. Revista Brasiliense, n. 7, São Pulo, set./out. 1956d, pp. 123-154.

LIMA, Heitor Ferreira. *Notas sobre a estrutura bancária brasileira*. Revista Brasiliense, n. 8, São Paulo, nov./dez. 1956e, pp. 141-142.

LIMA, Heitor Ferreira. *O comércio Brasileiro no tempo de D. João VI*. Revista Brasiliense, n. 10, mar./abr. 1957a, pp.175-198.

LIMA, Heitor Ferreira. *Produção e necessidade de matérias-primas*. Revista Brasiliense, n. 11, São Paulo, mai./jun. 1957b. pp. 52-69.

LIMA, Heitor Ferreira. *Indústria automobilística no Brasil*. Revista Brasiliense, n. 13, São Paulo, set./out. 1957c, pp. 56-77.

LIMA, Heitor Ferreira. *Primórdios da siderurgia no Brasil*. Revista Brasiliense, n. 14, São Paulo, nov./dez. 1957d, pp. 9-29.

LIMA, Heitor Ferreira. *Instrução 113 e "Royaltes"*. Revista Brasiliense, n. 16, São Paulo, mar./abr. 1958, pp. 8-21.

LIMA, Heitor Ferreira. *Problemas do Nordeste*. Revista Brasiliense. n. 17, São Paulo, mai./jun. 1958a, pp. 13-34.

LIMA, Heitor Ferreira. *Capitais estrangeiros e interesse nacional*. Revista Brasiliense, n. 19, São Paulo, set./out. 1958a, pp. 9-20.

LIMA, Heitor Ferreira. *Euclides da Cunha e Castro Alves*. Revista Brasiliense, n. 24, São Paulo, jul./ago. 1959, pp. 11-121.

LIMA, Heitor Ferreira. *Panorama bancário nacional*. Revista Brasiliense, n. 28, mar./abr. 1960a, pp. 11-24.

LIMA, Heitor Ferreira. *O aspecto financeiro da previdência social.* Revista Brasiliense, n. 30, São Paulo, jul./ago. 1960b, pp. 148-154.

LIMA, Heitor Ferreira. *Um quinquênio de expansão industrial.* Revista Brasiliense, n. 31, São Paulo, set./out. 1960c, pp. 4-24.

LIMA, Heitor Ferreira. *Amparo à pequena e média indústria*. Revista Brasiliense, n. 32, São Paulo, nov./dez. 1960d, p. 19-33.

LIMA, Heitor Ferreira. *Marinha mercante e construção naval*. Revista Brasiliense, n. 33, São Paulo, jan./fev. 1961b, pp. 10-24.

LIMA, Heitor Ferreira*. Soluções para os problemas do Nordeste.* Revista Brasiliense, n. 34, São Paulo, mai./abr. 1961c. pp. 8-22.

LIMA, Heitor Ferreira. *Ferrovias no Brasil*. Revista Brasiliense, n. 37, São Paulo, set./out. 1961d. pp. 47-61.

LIMA, Heitor Ferreira. *Manufaturas e atividades artesanais no tempo de D. João VI*. Revista Brasiliense, n. 41, mai./jun. 1962a. pp. 83-90.

LIMA, Heitor Ferreira. *Fatores materiais e ideológicos da Proclamação da República.* Revista Brasiliense, n. 43, São Paulo, set./out. 1962b. pp. 168-179.

Demais Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. In: FAUSTO, Boris (Dir.). História geral da civilização brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.3.

AMAZONAS, João. *Viva o PCdoB*. In: A Classe Operária, São Paulo, 1987.

ANTUNES, Ricardo. *Um caminho percorrido: A coerência de Heitor Ferreira Lima.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

ARAÚJO, Braz J. de. *Caio Prado Júnior e a Questão Agrária no Brasil.* Revista Temas, nº 1, São Paulo: Ciências Humanas, 1977.

AYMARD, Maurice. *História Econômica*. In: NOVAIS, Fernando Antônio; FORASTIERI, Rogério da Silva. Nova história em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BARROS, José D'Assunção. *História Econômica: considerações sobre um capo disciplinar*. /
Revista de Economia Política e História Econômica, n.11, janeiro de 2008.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. 5.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014, vol.1.

BARROS, José D'Assunção. *Transformações na História Econômica: considerações sobre as mudanças de modelos econômicos no decorrer da História*. Textos de Economia, Florianópolis, v.13, n.2, p. 35-58, jul./dez.2010.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BASTOS, Abguar. *Sua Criatividade.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

BATINI, Tito. *Salve, Heitor Ferreira Lima.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

BEIGUELMAN, Paula. *A Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro.* In: D"INCAO, Maria Angela (org.) História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Secretária do Estado da Cultura/Brasiliense/Ed. da UNESP, 1989.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil - 1924*. 2. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2006.

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BRANDÃO, Octávio. *O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa*. In: ZAIDAN FILHO, Michel. PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo, SP: Global Ed., 1985.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 171-193, 2008. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10327/11997>. Acesso em: 21 set. 2017. doi:http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100012.

BREUILLY, John. *Abordagens do Nacionalismo.* In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BUONICORE, Augusto César. *1948-1958 – Do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958*. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Mauricio Grabois, 2012.

BURKER, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____, Peter. *Os fundadores: Lucien Febrev e Marc Bloch*. In: A escola de Annales. SP: UNESP, 1997.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.3.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa.* Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994. In: Eugênio Gudin, capitalismo e neoliberalismo. São Paulo: Bienal/Educ, 1997.

CASTRO, Ângela Maria de. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935).* In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.3.

CARNEIRO, Caio Porfírio**.** *Uma vida e uma legenda.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; Af, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

CARRION, Raul. *1922-1929 – Os primeiros passos do Partido Comunista do Brasil.* In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

CARONE, Edgar. *O PCB (1922-1943).* São Paulo: Difel, 1982.

_____, Edgar. *Revolução no Brasil Contemporâneo.* São Paulo, São Paulo Editora S.A., 1965, p. 169.

CAVALCANTI, Paulo. *O exemplo de Heitor.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

CHAUNU, Pierre. *A economia: ultrapassagem e perspectiva.* In: NOVAIS, Fernando Antônio; FORASTIERI, Rogério da Silva. Nova história em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CHAVES NETO, Elias. *Cinco anos de existência*. Revista Brasiliense, 1960, nº31.

_____, Elias. Emancipação nacional e defesa da constituição. Resta Brasiliense, 1956, nº5.

_____, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias.* São Paulo, Alfa-ômega, 1977.

_____, Elias. *Nota do primeiro aniversário*. Revista Brasiliense, 1956, nº6.

COLISTETE, Renato Perim. *Caio Prado Jr. e a Análise do Capital Estrangeiro nos Anos 50.* In: Estudos Econômicos. n. 2. São Paulo, v. 24, 1990, pp. 179-368.

_____. *O Desenvolvimento e seus Críticos: As Ideias da Cepal e de Caio Prado Jr. sobre a Internacionalização Econômica nos Anos 50*. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COMITÊ CENTRAL DO PCdoB. *Declaração sobre a política do PCdoB*. Rio de Janeiro, Jornal Voz Operária, 22 mar. 1958. Disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi. *Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen.* 2014. 221 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

DEL PRIORE, Mary. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Topoi, v.10, n. 19, jul./ dez. 2009, p. 7-16. Disponível em: < http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%2001%20artigo%201.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

DIAS, Everardo. *História das Lutas sociais no Brasil*. 2ªed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.

DINIZ, Eli. *O Estado: estrutura de poder e relações de classes*. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.3.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FAUSTO, Boris (Dir.). História geral da civilização brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v. 3.

_____, Boris (Dir.). História geral da civilização brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. 4.

FONTANA, Josef. *A reconstrução. III: a Escola dos Annales*. In: História: análise do passado e projeto social. SP: EDUSC, 1998. pp.137-154.

FRIEDRICH, Engels; MARX, Karl. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, SILVA, Glaydson José da. *Teoria da história*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *Uma Trincheira de Ideias*: A *Revista Brasiliense* (1955-1964) – A Urdidura de um Pensamento Político de Esquerda. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

GORENDER, Jacob. *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica*. In: AMARAL LAPA, José Roberto do (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.

GRUPO FUNDADOR. *Manifesto de Fundação.* Revista Brasiliense, nº 1, São Paulo, set./out. 1955.

GRUPO REVISTA BRASILIENSE. *Reunião da Revista Brasiliense*. Revista Brasiliense, nº33, 1961.

GUDIN, Eugenio. *Análise de problemas brasileiros (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965.

_____, Eugênio. *Rumos de Política Econômica (1944)*. In: GUDIN, Eugênio; SIMONSEN, Roberto. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2010.

GUIMARÃES, Silvana Goulart França. *Mestre Heitor.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____, Eric J. *O presente como História: escrever a História de seu próprio tempo.* Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, n. 43, nov. 1995, p. 103-112.

HILTON, Rodney et all. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate*. Tradução de Isabel Didonnet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento econômico no Brasil* (1930-1970). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

_____, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1971.

IUMATTI, Paulo Teixeira. Caio Prado Júnior, Historiador e Editor. 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2 vols.

JULIANI, Alexandre. *Heitor Ferreira Lima e a industrialização do Brasil.* 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2016.

KAREPOVS, Dainis. *Luta Subterrânea: o PCB em 1937-1938.* São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.

KONDER, Leandro. *História dos intelectuais nos anos cinquenta.* In: FREITAS, Marcos Cesar. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2005, 6ªed, pp. 356-357.

KONRAD, Diorge Alceno. *1930-1935 – Do isolamento inicial à grande ação de massas com a Aliança Nacional Libertadora.* In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

_____, Diorge Alceno. *Repressão e reorganização.* In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. *A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa*. 1994. Tese (Doutorado em economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LEFEBVRE, Georges. *La Naissance de l'Historiografie Moderne*. Paris: Flammarion, 1971.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEME, Marisa Saenz. *Heitor Ferreira Lima: alguns aspectos de convivência e obra.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

LEVILLAIN, Philippe. *Os protagonistas: da biografia*. In: RÉMOND, René (org). Por uma história política. 2° ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Castro Alves e sua época*. São Paulo: Saraiva, 1971.

_____. *Do imperialismo à libertação colonial.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. *Evolução industrial de São Paulo.* São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1954.

_____. *Formação industrial do Brasil: período colonial.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a.

_____. *História do pensamento econômico no Brasil.* 2. ed. São Paulo: Brasiliana, 1978.

_____. *História político-econômica e industrial do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. *Perfil político de Silva Jardim.* São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.

LIMONGI, Fernando Papaterra. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a* Revista Brasiliense. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/Revista Brasiliensecs_00_05/Revista Brasiliensecs05_02.htm>. Acesso em: 9 de janeiro de 2017.

LUCAS, Fábio. *Aspectos da obra de Heitor Ferreira Lima.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas e internacionais do Brasil (1945-1964).* In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v.4.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2.ed. São Paulo-Petropólis: Polis/Vozes, 1984.

MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a Política "Populista" no Brasil (1954-1964).* In: FAUSTO, Boris (Dir.). História geral da civilização brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v. 3.

MARTIN, Andrey Minin. Resenha Nova História em perspectiva. *Revista Diálogos*, Maringá, vol.16, n. 3, p. 1289-1294.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas: Karl Marx – Friedrich Engels. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

_____, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2001.

_____, Karl. *O capital.* São Paulo, Abril Cultural, 1984, v.1, t.2.

MAZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da Nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MELO, Jayro Gonçalves. *A questão da ruptura na historiografia brasileira.* In: D'INCAO, Maria Ângela. História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Unesp/ Brasiliense, 1989.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)*. In: MICELI, Sérgio. Intelectuais à Brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e revolução cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003.

MONTALVÃO, Sérgio de Souza. *Notas sobre a publicação comunista independente: a Revista Brasiliense.* Revista Urutágua. Maringá. n.10. 2004.

MONTEIRO, Adalberto. *PCdoB: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012.

MORAES, João Quartim de. *A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros*. In: MORAES, João Quartim de (Org.). História do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

_____, João Quartim de. *Octávio Brandão*. In: PERICÁS, L. B., SECCO, L. F., (org). Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. Revista brasileira de História [online]. 1998, vol.18, n.35 [cited 2016-09-15], pp.329-360. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-0188. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000100015

MYRDAL, Gunnar. *Teoria economica y regiones subdesarrolladas.* México, DF: Fondo de Cult. Económica, 1959.

NETTO, José Paulo. *Sobre Heitor.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: estudo de História e Historiografia.* São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____, Fernando Antônio. *A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos.* In: Aproximações: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____, Fernando Antônio. *Historiografia, exame de consciência do historiador.* In: Aproximações: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____, Fernando Antônio. *Sobre a história.* In: Aproximações: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____, Fernando Antônio. Entrevista Fernando Novais. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, vol. 42, n. 2, p. 15-31, 2008.

_____, Fernando Antônio; SILVA, Rogério Forastieri. *Introdução: Para a Historiografia da Nova História*. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SILVA, Rogério Forastieri. (Org). Nova história em perspectiva. Propostas e desdobramentos. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

OLIVEIRA DA SILVA, Ricardo. *O debate agrário na Revista Brasiliense*. Revista Oficina do Historiador. Porto Alegre, EDIPUCRS, v.4, n.2, dezembro de 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976).* In: A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios Históricos e políticos*. v. 9. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

_____, Astrojildo. *Formação do PCB*. Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1962.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima.* Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Remessa de Lucros e a Libertação Econômica do Brasil*. Revista Brasiliense, n. 39, São Paulo, jan./fev. 1962, pp. 1-9.

_____, Caio. *As eleições de 3 de outubro*. Revista Brasiliense, n. 32, São Paulo, nov./dez. 1960, pp. 1-18.

_____, Caio. *Capitais Estrangeiros.* Revista Brasiliense, n. 11, São Paulo, mai./jun. 1957, pp. 14-24.

_____, Caio. *Capitais Estrangeiros e Capitais Nacionais*. Revista Brasiliense, n. 18, São Paulo, jul./ago. 1958, pp. 33-42.

_____, Caio. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____, Caio. *História econômica do Brasil.* 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____, Caio. *O Projeto de Lei de Remessa de Lucros*. Revista Brasiliense, n. 41, São Paulo, mai./jun. 1962, pp. 1-11.

_____, Caio. *Os Empreendimentos Estrangeiros e o Desenvolvimento Nacional*. Revista Brasiliense, n. 23, São Paulo, mai./jun. 1959.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *O programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação, 1958, p. 13.

QUADROS, Jânio. *Nova Política Externa do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional, n° 16, 1961.

RAMA, Carlos. *Mouvements Ouvriers e Socialistes*, Paris, Editions Ouvrières, 1959.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ROCHA, Antônio Penalves. *Heitor Ferreira Lima: militante e historiador.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

ROIO, Marcos Del. *A classe operária na burguesa – a política de alianças do PCB: 1928-1935.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990b.

_____, Marcos Del. *A formação de um quadro dirigente do PCB.* In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.

_____, Marcos Del. *Heitor Ferreira Lima.* In: PERICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____, Marcos Del. *Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920- 1940).* In. REIS FILHO, Daniel Aarão.; RIDENTI, Quartim de Moraes (Org.). História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RUBIM, Albino. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. In: MORAES, J. Q. (Org.). História do marxismo no brasil: os influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. v.3.

RUY, José Carlos. *Condições históricas do surgimento do Partido Comunista*. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.). *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil.* 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

RUY, José Carlos. *1958-1969 – Da reorganização de 1962 à Guerrilha do Araguaia*. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (org.). Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Mauricio Grabois, 2012.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie*: *Os Dilemas do Capitalismo Dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.* Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro, RJ: Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil: Fundo de Cultura, 1964.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB.* 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São paulo: editora Alfa-Omega. 1986, p.13.

SIMONSEN, Roberto. *A Planificação da economia (1945).* In: GUDIN, Eugênio; SIMONSEN, Roberto. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2010.

_____, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.

_____, Roberto. O *Planejamento da Economia Brasileira: réplica ao Sr. Eugênio Gudin (1945)*. In: GUDIN, Eugênio; SIMONSEN, Roberto. A controvérsia do planejamento na economia brasileira. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2010.

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento.* In: FAUSTO, Boris (Dir.). História geral da civilização brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. 4.

SKINNER, Quentin. *Meaning and Understand in the History of Ideas*. In: Visions of Politics, Vol. 1, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Modos de produção no Brasil*. In: AMARAL LAPA, José Roberto do (org.). Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Ângela Maria de. *O Brasil de Caio Prado Jr. nas páginas da Revista Brasiliense (1955-64).* Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2004.

SWEESY, Paul. *Uma Crítica*. In: HILTON, Rodney et all. A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate. Tradução de Isabel Didonnet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____, Paul. *Uma Tréplica*. In: HILTON, Rodney et all. A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um debate. Tradução de Isabel Didonnet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da História Econômica.* História Econômica & História de Empresas, [S.I.], v. 11, n. 2, jul. 2012. ISSN 1519-3314. Disponível em: http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=18&path%5B%5D=174 . Acesso em 10 de janeiro de 2017.

_____, Tamás. *História Econômica, Teoria Econômica e Economia Aplicada*. Revista de Economia Política, São Paulo. Vol. 12, no 3, jul./set. 1992:130-136.

VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974.* São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WITTER, José Sebastião. *Heitor Ferreira Lima e Silva Jardim*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. Combates na história: A trajetória de Heitor Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.